

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DAS SOCIEDADES  
IBÉRICAS E AMERICANAS  
MESTRADO**

EDER COELHO PAULA

**LEIGOS ENGAJADOS NA POLÍTICA: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR  
SOBRE A JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA ENQUANTO MOVIMENTO  
SOCIAL (1958-1966)**

Prof. Dr. Emil Albert Sobottka

Porto Alegre, 2007

**EDER COELHO PAULA**

**LEIGOS ENGAJADOS NA POLÍTICA: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR  
SOBRE A JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA ENQUANTO MOVIMENTO  
SOCIAL (1958-1966)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Emil Albert Sobottka

Porto Alegre

2007

**EDER COELHO PAULA**

**LEIGOS ENGAJADOS NA POLÍTICA: UM OLHAR INTERDISCIPLINAR  
SOBRE A JUVENTUDE ESTUDANTIL CATÓLICA ENQUANTO MOVIMENTO  
SOCIAL (1958-1966)**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História das Sociedades Ibéricas e Americanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Emil Albert Sobottka

Aprovado em 16 de março de 2007, pela Banca Examinadora

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Emil Albert Sobottka**

---

**Prof. Dr. René Ernaini Gertz**

---

**Prof. Dr. Érico João Hammes**

Dedico esta tese a Hezir Coelho, mãe querida e à Michele Saraiva Carilo, meu eterno amor, que nunca deixou de apoiar a continuidade das minhas pesquisas.

Aos professores Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Enrique Serra Padrós por seus exemplos de como ser um ótimo professor de história e suas maravilhosas aulas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que colaboraram para a realização deste trabalho, de um modo ou outro, e em especial:

A CAPES, pela concessão de bolsa flexibilizada de mestrado, sem a qual não teria sido possível realizar a pesquisa;

Ao Prof. Dr. Emil Albert Sobottka, pelo incentivo e orientação e pela proposta de uma abordagem interdisciplinar;

Ao Prof. Dr. Helder Gordim da Silveira pelo apoio e incentivo a pesquisa;

Aos funcionários da PUCRS, que permitem o funcionamento dessa grande estrutura, e em especial aos funcionários Carla e Davi;

Aos demais professores do curso de Pós-Graduação em História;

À Administração do IPJ – Instituto da Pastoral da Juventude (Casa Padre Jorge) que conservou os arquivos sobre a JEC que foram trazidos pelo Pe. Hilário Dick em suas viagens por várias partes do Brasil e do mundo;

Aos meus familiares que me apoiaram durante a realização da pesquisa: minha mãe Hezir e meus irmãos Édison, Elton e Heloísa;

À colega Cláudia Tomazoni por ter ajudado na revisão final os meus sinceros agradecimentos;

E por fim à minha noiva e futura esposa Michele Saraiva Carilo que me incentivou a concorrer ao mestrado e me deu todo o suporte emocional necessário.

Quando Frei Mateus falava que o cristão é revolucionário, ele estava dizendo que o cristão é um radical. Era a coisa que mais nos encantava: ser radical. Nesse sentido, creio que a Ação Católica não morreu em mim. Hoje, quando recupero o sentido da democracia e da vida e da morte, enfim, das coisas que eu estou falando (é o que vem do fundo) o que eu recupero é a questão da radicalidade. A liberdade de ser radical num mundo que está organizado fundamentalmente para administrar, reprimir, submeter e aterrorizar. Eu acho que vivemos o contrário nessa geração.

*JEC no Brasil – uma proposta que não  
morreu*

Herbert de Souza (depoimento)

## **RESUMO**

Nesta dissertação buscamos lançar um olhar interdisciplinar para entender como a Juventude Estudantil Católica no período entre 1958 a 1966 passa de movimento institucionalizado da Igreja Católica Apostólica Romana a movimento social engajado na política estudantil e que luta por mudanças sócio-estruturais no Brasil.

O objetivo maior é mostrar que novas oportunidades políticas surgem para a Equipe Nacional da Juventude Estudantil Católica na década de 1950 que tornam possível transformar o movimento institucionalizado em um movimento social através de estruturas de mobilização e novos marcos referenciais entre 1958-1966.

## **ABSTRACT**

In this work, we aim to give an interdisciplinary view in order to understand how the Catholic Student Youth, during the period from 1958 to 1966, changes from a Roman Catholic Church institutionalized movement to a social movement, engaged to student politics and that fights for social-structural changes in Brazil.

The greatest aim is to show that new political opportunities appear to the National Team of Catholic Student Youth in the 1950s which make the transformation from an institutionalized movement to a social movement possible, through structures of mobilization and new framing process dated from 1958-1966.

## LISTA DE SIGLAS

AC – Ação Católica  
ACB – Ação Católica Brasileira  
ACE – Ação Católica Especializada  
AMES – Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas  
AP – Ação Popular  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
HAC – Homens da Ação Católica  
ICAR – Igreja Católica Apostólica Romana  
IPJ – Instituto de Pastoral da Juventude  
JECI – Juventude Estudantil Católica Internacional  
JAC – Juventude Agrária Católica  
JACF – Juventude Agrária Católica Feminina  
JEC – Juventude Estudantil Católica  
JECF - Juventude Estudantil Católica Feminina  
JFC – Juventude Feminina Católica  
JFC – Juventude Feminina Católica  
JIC - Juventude Independente Católica  
JICF - Juventude Independente Católica Feminina  
JMC – Juventude Masculina Católica  
JOC - Juventude Operária Católica  
JOCF - Juventude Operária Católica Feminina  
JUC - Juventude Universitária Católica  
JUCF - Juventude Universitária Católica Feminina  
LAC – Liga Agrária Católica  
LEC - Liga Eleitoral Católica

LEC – Liga Estudantil Católica  
LFAC – Liga Feminina Agrária Católica  
LFEC – Liga Feminina Estudantil Católica  
LFIC – Liga Feminina Independente Católica  
LFOC - Liga Feminina Operária Católica  
LFUC – Liga Feminina Universitária Católica  
LIC – Liga Independente Católica  
LOC- Liga Operária Católica  
LUC – Liga Universitária Católica  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
SAC – Mulheres da Ação Católica  
SLA – Secretariado Latino Americano  
UBES – União Brasileiras dos Estudantes Secundaristas  
UE – União Européia  
UJS – União da Juventude Socialista  
UNE – União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>CAPÍTULO 1 – UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A HISTÓRIA DA JEC</b> .....	17
1.1 A teoria dos Movimentos Sociais e a História em uma abordagem sócio-histórica .....	17
1.2 Revisão Bibliográfica .....	31
<b>CAPÍTULO 2 – A AÇÃO CATÓLICA E A JEC NO MOVIMENTO DE ROMANIZAÇÃO BRASILEIRO</b> .....	41
2.1 A “Romanização” da ICAR no fim do século XIX e início do século XX.....	43
2.2 A ACB Geral e a ACB Especializada.....	46
2.3 A reforma dos Estatutos da ACB de 1946.....	51
2.4. A reforma dos Estatutos da ACB em 1950 e suas conseqüências para o movimento...54	
2.5 A Estrutura interna da JEC (1955-1962).....	66
2.5.1. Estrutura do Movimento.....	68
2.5.2. A expansão do movimento.....	72
2.5.3. A espiritualidade do movimento.....	74
2.6. Os marcos referenciais da JEC nos anos de 1950.....	76
2.7. A JEC na ACB: um movimento em busca de novas oportunidades.....	81
<b>CAPÍTULO 3 – A EQUIPE NACIONAL DA JEC E O MOVIMENTO INTERNO DE POLITIZAÇÃO ESTUDANTIL NA IGREJA CATÓLICA (1958-1966): DO INÍCIO AO FIM DA JEC COMO MOVIMENTO SOCIAL</b> .....	84
3.1. As novas oportunidades políticas (1958-1962).....	86
3.2. As estruturas de mobilização do movimento na década de 1950 até 1958.....	89
3.3. Os marcos referenciais da JEC (até o ano de 1958).....	90
3.4. As novas oportunidades políticas (de 1962-68).....	96
3.5. A estrutura do movimento entre 1958 a 1966.....	97
3.6. Os marcos referenciais do movimento de 1958 a 1966.....	104

3.6.1 . Estratégias de ação da JEC no meio estudantil.....	107
3.7. A JEC: opção por ser um movimento social.....	114
3.8. O fim da JEC como movimento social: um conflito da hierarquia contra o laicato....	117
3.8.1. O projeto da hierarquia para os leigos – diretrizes.....	118
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>121</b>
<b>ARQUIVOS E FONTES CONSULTADOS.....</b>	<b>129</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>131</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>139</b>

## INTRODUÇÃO

Esta tese de mestrado é a conclusão de um projeto iniciado em 2001 quando da confecção da monografia obrigatória do fim de curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul sobre o primeiro movimento de jovens (adolescentes) a inserir o apostolado leigo no Brasil: a Juventude Estudantil Católica (doravante chamada JEC). Na época o meu interesse pelo assunto se deu por eu ser um curioso da história da Igreja que eu freqüentava, a paróquia São Pedro em Porto Alegre e pela vontade de escrever sobre um material quase inédito e que considero importante, devido à formação de quadros de renome nacional como Herbert de Souza, Frei Betto e tantos outros envolvidos na política e ligados à Igreja Católica por este movimento e outros movimentos inseridos na Ação Católica Brasileira.

Minha primeira monografia sobre o assunto explorava o problema das causas do fim deste movimento, responsável pelo crescimento em número de católicos e comprometimento com a hierarquia católica destes jovens brasileiros e alunos do ensino secundário. No entanto minhas conclusões eram difíceis de serem confrontadas, pois eram quase todas baseadas em fontes secundárias como o Jornal Correio do Povo e Última Hora, além do testemunho encontrado em um dos poucos livros que abordam o assunto<sup>1</sup>. Na minha segunda tentativa de escrever sobre o assunto foi importante o achado de dois centros de documentação contendo fontes quase inéditas sobre a JEC. Um deles era o arquivo histórico do IPJ – Instituto Pastoral da Juventude e o outro o arquivo da CNBB em Porto Alegre. Graças ao material encontrado pude rever a minha monografia e escrever

---

<sup>1</sup> Refiro-me ao livro do Frei Mateus Rocha, *Jec – o evangelho no colégio*, de 1958.

com mais propriedade sobre a JEC, além de obter subsídios para elaborar uma proposta de tese de mestrado que acabou se realizando no ano de 2005.

A proposta de tese era trabalhar não só a JEC como também o desenvolvimento de todos os movimentos da Ação Católica Brasileira (doravante chamada ACB). Esta proposta logo foi abandonada, pois demandaria o tempo superior aos dois anos em que eu devo obrigatoriamente entregar meu texto. Voltei, portanto a trabalhar unicamente com a JEC no período de 1958 a 1966, pois é um período em que se evidencia a história que eu quero discutir.

A quase inexistência de trabalhos acadêmicos sobre o assunto e o resgate de uma parte importante da história da Igreja Católica no Rio Grande do Sul e no Brasil também foram fatores motivadores para a realização deste projeto.

A maior parte das fontes de pesquisa se encontrava no Instituto da Pastoral da Juventude em Porto Alegre. Neste local há um acervo montado pelo Pe. Hilário Dick e pelas equipes que passam pelo IPJ ano após ano e acrescentam fontes e conservam-no. Até a fase de finalização desta tese o IPJ ainda se localizava nos fundos do Colégio Anchieta, na chamada Casa Padre Jorge. No entanto, hoje, no ano de 2007, o IPJ está de mudança para a cidade de Canoas, para um antigo Colégio Católico desativado. Até o presente momento os livros do acervo estavam catalogados, mas as fontes de pesquisa como as revistas e jornais da JEC e de outros movimentos da AC estavam sem catalogação, o que dificultou em parte as citações desta tese.

Outra parte das fontes se encontra na sede regional da CNBB, em Porto Alegre. Este acervo não conta com uma estrutura de catalogação e tem sido acrescido e conservado pelas equipes que trabalham no local há mais de quarenta anos.

A ACB, e dentro dela a JEC, é adotada pela Igreja Católica como uma forma de inserção do leigo no trabalho de apostolado a partir de 1930, e desde então adota um modelo de trabalho que está de acordo com a proposta ultramontana da Igreja do início do século XX. A coordenação nacional da JEC a partir da metade da década de cinquenta questionará a hierarquia em vários aspectos, inclusive quanto à proposta ultramontana<sup>2</sup>. de

---

<sup>2</sup> O **Ultramontanismo** refere-se à doutrina e política católica que busca em Roma a sua principal referência em termos de linha de ação política e doutrinal. Este movimento surgiu na França na primeira metade do século XIX. Reforça e defende o poder e as prerrogativas do papa em matéria de disciplina e fé. Destacaram-se como líderes deste pensamento Joseph de Maistre, Lamennais, Louis Veuillot, dentre outros. No seu livro

obediência à hierarquia papal, de forma que se criará aí uma situação insustentável para o laicato e bispos.

O desenvolvimento desta transformação é o assunto que trataremos nas próximas páginas.

Há várias formas de abordagem história para um objeto como a Juventude Estudantil Católica. Assim, poderíamos trabalhar um aspecto apenas do movimento<sup>3</sup> JEC ou optar por uma abordagem ampla da história do movimento.

Em função de existir tão poucos textos sobre o movimento, decidi por abordar o objeto de forma a colocar em evidência um momento decisivo em sua história, já quase no seu final (a partir de 1958) quando acontece a chamada ‘radicalização’ do movimento e o envolvimento dos seus líderes com outros movimentos políticos seculares, como a UNE, UBES e PCB.

Entendo por decisivo, portanto, o mesmo momento em que outros autores, como Muraro<sup>4</sup>, chamam de “radicalização” do meio e que se caracteriza pelo debate político feito internamente pela JEC e outros movimentos da AC sobre vários assuntos não-interessantes à hierarquia como a situação brasileira no mundo, sobre a participação da juventude na solução dos problemas daquele contexto, o comunismo, etc. Veremos adiante que tipos de problemas este envolvimento dos jecistas com a política trouxe para o movimento e como este debate ou até mesmo as ações jecistas eram realizadas.

A intenção com isto é mostrar que a despeito de um movimento ultramontano da mais alta hierarquia católica, da qual faz parte a ACB e tantas outras instituições como a Liga Eleitoral Católica (a LEC) da década de 1930<sup>5</sup> acontecerá por diversos motivos um movimento interno na ACB (nos movimentos jovens) **contrário ao ultramontanismo** e que tem diversas causas como veremos mais adiante, que subverte o sentido do movimento original pressionando a hierarquia a repensar todo o trabalho feito através dos leigos no

---

*O Papa de Hitler – a história secreta de Pio XII*, John Cornwell nos lembra que a expressão **ultramontano** refere-se ao poder papal “além das montanhas” (CORNWELL, 2000, p. 17) e que foi sacramentado no I Concílio Vaticano, em 1870, época em que o papa perde seus domínios na Itália, mas também foi declarado infalível em questões de fé e moral assim como o *primaz* – o líder administrativo e espiritual de toda a Igreja.

<sup>3</sup> Como fez Mainwaring (1983) na maior parte do seu texto com respeito à transformação do pensamento político no tempo de existência da JOC e a relação deste com o ‘legado’ da JOC para a Igreja.

<sup>4</sup> MURARO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 43.

<sup>5</sup> A Liga Eleitoral Católica é criada junto com a JEC em Porto Alegre em 1942, por exemplo, mas ambas estavam presentes no território nacional desde a década anterior.

Brasil, dando origem a vários grupos novos (como os Cursilhos da Cristandade) que tivessem como foco principal a salvação da alma e não o mundo terreno, a realidade de vida dos indivíduos e até uma certa ênfase no afastamento dos cristãos do debate político e filosófico sobre a instituição.

Assim, mostraremos neste trabalho primeiramente como se deu este movimento ultramontano e após como e porquê do surgimento do movimento contrário por parte dos leigos. Para isso utilizamos a Teoria da Oportunidade Política que é mais precisamente uma atualização da Teoria da Mobilização Política, uma teoria com raízes nas Ciências Sociais norte-americanas. Em uma tentativa de unir o que havia em comum nas teorias dos movimentos sociais européias e americanas, foi realizada uma conferência em 1992 no Life Cycle Research Institute na Universidade Católica da América em Washington, sob o título de “Opportunities, Mobilizing Structures and Framing Processes” a qual sintetizava o trabalho conceitual aperfeiçoado em dois grandes encontros acontecidos antes, de 1986 a 1990, sendo o mais importante o de Berlim, em 1990.

Para McAdam<sup>6</sup>, sua obra de 1996 é a síntese dos trabalhos transnacionais realizados no período pelos conferencistas. Nela chega-se a conclusão de que três conceitos estão na base da teoria de todos os movimentos sociais. Tais conceitos são:

- Oportunidades Políticas: os movimentos sociais e revoluções são realizados e moldados pelo conjunto de condições políticas e oportunidades únicas ao contexto nacional na qual eles estão circundados<sup>7</sup>;
- Estruturas de Mobilização: são aqueles vínculos coletivos, tanto informais quanto formais, através dos quais as pessoas se mobilizam e se engajam em uma ação coletiva<sup>8</sup>;
- Processos de Rede ou Marcos Referenciais da Ação Coletiva<sup>9</sup>: é o complexo dinâmico psicológico que mostra a ausência ou presença das percepções da

---

<sup>6</sup> McADAM, Doug; McARTHUR, John D.; MAYER, N. Zald. *Comparative Perspectives on Social Movements – political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. New York: Cambridge University Press, 1996.

<sup>7</sup> *Idem*, p. 2-3.

<sup>8</sup> *Idem*, p. 3-4.

<sup>9</sup> Este termo é a tradução aproximada para a expressão *framing process*, e refere-se basicamente aos referenciais culturais e conceituais que os movimentos se utilizam das mais diversas formas na mobilização em grupo. Referem-se a costumes, obras escritas, conceitos, etc.

atribuição coletiva ou da construção social do movimento<sup>10</sup>. É a dimensão cognitiva da ação coletiva.

A partir de agora vamos tratar mais detalhadamente destes três aspectos que permearão o texto sendo a base de sustentação da argumentação.

---

<sup>10</sup> *Idem*, p. 5.

## **CAPÍTULO 1 – UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR PARA OS MOVIMENTOS SOCIAIS E A HISTÓRIA DA JEC**

Neste capítulo desenvolveremos uma revisão bibliográfica e conceitual sobre a abordagem interdisciplinar e o nosso objeto de pesquisa, a JEC.

Em um primeiro momento, em “A teoria dos Movimentos Sociais e a História em uma abordagem sócio-histórica” indicaremos os conceitos que fazem parte de nossa abordagem sócio-histórica, em especial a Teoria da Oportunidade Política de McAdam, McCarthy e Zald.

Em um segundo momento, na “Revisão Bibliográfica” analisaremos a “origem histórica” da JEC e como este movimento tem aparecido na bibliografia da ICAR. Nosso objetivo é partir do particular para o geral iniciando no assunto JEC em si para chegar à história da ACB na ICAR.

### **1.1 A teoria dos Movimentos Sociais e a História em uma abordagem sócio-histórica**

Esta é uma obra interdisciplinar. Isso porque ela se baseia não só em conceitos históricos como também em conceitos existentes em paradigmas das Ciências Sociais, mais precisamente da “Teoria das Estruturas de Oportunidade Política”.

Por *história* eu entendo a narrativa do passado feito com o maior rigor científico possível garantindo a máxima aproximação com a realidade e, conseqüentemente, com a veracidade. Segundo Pesavento<sup>11</sup> “mesmo que se tenha em conta que é impossível atingir a veracidade absoluta do acontecido... os historiadores mantêm a meta de chegar lá”<sup>12</sup>. É narrativa também, pois “é representação que se coloca em textos que falam sobre algo que não é possível reconstruir pela experiência”<sup>13</sup>.

Para DIEHL<sup>14</sup>, as operações da pesquisa histórica se realizam em três passos operativos: inicia com a *Heurística*, o segundo passo surge com a *Crítica* e o terceiro passo é a *Interpretação*. Apesar de eu me deter mais adiante no paradigma interpretativo interdisciplinar, vou falar um pouco mais sobre os dois primeiros processos-metodológicos.

Diehl nos mostra que a “**heurística** será então o procedimento do *buscar* as fontes, cuja estrutura e teor de informações devem ser necessários e satisfatórios para a resposta ao questionamento histórico proposto e para a solução do próprio problema histórico”<sup>15</sup>. Dessa forma a procura pelas fontes vem antecedida por uma questão ou questões. A fonte é o documento onde o historiador buscará a resposta através de suas perspectivas e possibilidades encontradas nas próprias fontes. O nosso objeto de estudo, a JEC enquanto movimento social carecia de fontes que viessem de seus protagonistas. Desta forma procurei ao máximo encontrar relatos, testemunhos, revistas escritas pelos (as) jecistas, documentos da Equipe Nacional, etc. Como veremos, até hoje, a maior parte dos textos escritos sobre a JEC vinha de membros do clero. É claro que teremos uma *história*, uma narrativa, uma memória sobre a JEC vinda também destes textos. Mas teremos a “voz” das pessoas leigas que fizeram parte da JEC presentes nestes? Podemos dizer que a história dos movimentos de jovens do século vinte já foi contada e não há mais nada a dizer sobre eles? Penso que não, já que, das obras em que pesquisei, pouquíssimos historiadores e sociólogos tiveram a oportunidade de trabalhar com o mesmo material.

Já a *crítica de fontes*, para Diehl, “é o procedimento de pesquisa histórica com o qual se garimpam as informações sobre o passado. Essas informações devem ser testáveis e

---

<sup>11</sup> PESAVENTO, Sandra J. “Que história é esta? Uma incursão nos desafios do presente”. In: *Projeto – Revista de Educação: História*. Porto Alegre: Editora Projeto, v 2, n° 2, 2000.

<sup>12</sup> *Idem*, p. 12.

<sup>13</sup> *Idem*, p. 13.

<sup>14</sup> DIEHL, Astor Antônio. *Do Método Histórico*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997, p. 20-27.

<sup>15</sup> *Idem*, p. 34. O grifo foi feito por mim.

seguras sobre o *que, quando, como* e, em determinadas situações, também o *porquê* do fato ter ocorrido”<sup>16</sup>. Esta crítica é *externa* quando determina o valor do documento (*crítica da autenticidade*) e é *crítica interna* por examinar a qualidade das informações contidas na fonte. A crítica interna tem a ver com o *tempo presente* e a proposta da pesquisa. É a crítica das fontes “com seus procedimentos técnicos (que) garante que se chegue próximo à plausibilidade da exposição histórica, que se assenta, por sua vez, sobre o conteúdo factual das *histórias*”.<sup>17</sup>

Sobre a *interpretação*, Diehl nos mostra que “é a operação histórica que une a intersubjetividade testável, componente dos fatos do passado, com a dimensão do tempo. Essa relação pode ser representada a partir de então como *histórica*”<sup>18</sup>. Diehl faz uma ótima analogia para o papel da interpretação no processo de *construção histórica*: a crítica arranja as “pedras” enquanto que a interpretação as rearranja “conforme determinados planos de construção teórica da realidade histórica”<sup>19</sup> ou conforme *perspectivas orientadoras do passado*. Essas perspectivas são as teorias históricas, como o marxismo, o positivismo, o realismo, o historicismo, a nova história, a micro-história e tantas outras.

Falamos de teorias da história. Então, qual a teoria que está presente neste trabalho e onde podemos situá-la na historiografia?

Esta não é apenas uma tese histórica. Poderia ser uma obra histórica sobre um movimento religioso da Igreja Católica do século XX, mas não a é apenas. Penso que nesta tese nos aproximamos da teoria que costumamos associar à Terceira Geração dos Annales<sup>20</sup> no referente ao tema (um movimento social da ICAR que tem sua “voz” mostrada nesta obra, uma história *vista de baixo*, por tanto) e do que José Carlos Reis chamou de “duas posições fundamentais: a adoção do ponto de vista temporal das ciências sociais, isto é, a estruturação do evento, e a prática da interdisciplinaridade”<sup>21</sup>, que são as posições que *ligam* todas as gerações dos Annales.

---

<sup>16</sup> *Idem*, p. 35.

<sup>17</sup> *Idem*, p. 38.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 39.

<sup>19</sup> *Idem*, p. 39-40.

<sup>20</sup> Se é que podemos falar em uma “geração” ou “escola dos annales”. Naturalmente, este não é o espaço apropriado para a discussão teórica cabível. Para uma melhor compreensão da História dos *Annales* veja CARDOSO, C. e VAINFAS, R.(orgs.) *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Camus, 1997 e DOSSE, François. *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio/Ed. Unicamp, 1992.

<sup>21</sup> REIS, José Carlos. Da “história global” à “história em migalhas”: o que se perde, o que se ganha. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso;

Pensamos que, talvez, as similaridades com os *Annales* terminam aqui, talvez. Nosso objetivo não é o de fazer uma *história global*, ou uma história política do movimento, mas, *narrar a história da JEC na década de cinquenta e sessenta* sob o ponto de vista da *teoria da oportunidade política*, mostrando que a JEC não era nessa época um movimento institucional, porém um *movimento social*. Discordamos, no entanto, de que essa seja uma história *fragmentada*. Como veremos, a perspectiva interdisciplinar liga o objeto ao contexto político brasileiro e mundial dando a oportunidade de conhecermos a história do objeto em particular e a sua ligação com o entorno, ao mesmo tempo em que tem a qualidade de possibilitar uma visão histórica “vinda de baixo”. Estamos longe no entanto de uma proposta de *história global* ou *total*<sup>22</sup>. Entendemos que este trabalho pode contribuir para a história deste movimento, assim como para outros futuros trabalhos. Além disso, poderá ser corrigido e reinterpretado, de maneira que todo o material escrito sobre ele nos dará uma compreensão melhor da “realidade” histórica do movimento.

Segundo Dumoulin podemos considerar a interdisciplinaridade como a “fusão das ciências do homem” que tende a se manifestar “antes por uma justaposição das abordagens, como nos *area studies*, do que mediante uma verdadeira integração tendente à criação de uma Ciência do Homem”.<sup>23</sup> Em seu artigo Dumoulin nos mostra que esse fenômeno cultural teve uma intensidade maior no século XX onde o diálogo universitário entre as disciplinas foi variado, já que

a antropologia é, a partir da década de 1950, uma referência para os historiadores britânicos, enquanto a sociologia inglesa, pouco valorizada na universidade, em nada inspirou os ingleses antes do fim da década de 1960... Em compensação, a história econômica francesa se desenvolve à distância das faculdades de direito e da economia teórica, enquanto a história econômica americana... Dobra-se às normas da econometria.<sup>24</sup>

---

XAVIER, Regina Célia Lima. *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre : Ed. Universidade/UFRGS, 2000, p. 193.

<sup>22</sup> História *global* aqui entendida como uma abordagem *holística* de uma sociedade, ou como propõe REIS (2000, p. 198) “a história total pode ser compreendida como tudo ou todo e os textos dos fundadores (*Annales*) podem sustentar as duas interpretações”.

<sup>23</sup> DUMOULIN, O. Interdisciplinaridade. In: BURGUIÈRE, André (Org.). *Dicionário das Ciências Históricas*; tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993, p. 453.

<sup>24</sup> *Idem*.

Por se tratar de um novo paradigma dentro da sociologia, a Teoria da Oportunidade Política proposta por McAdam, Tilly, McCarthy, Zald, Sidney Tarrow (e outros) ainda não foi suficientemente testada, entretanto apresenta uma série de aspectos que levamos em consideração ao adotá-la para o nosso objeto de estudo, em especial, o fato de ser uma teoria que se adapta a qualquer atividade de mobilização de indivíduos na sociedade que tem interesses em comum, o que é o caso da JEC no período que analiso.

Tais atributos foram levados em questão na nossa escolha. Também esta teoria nos ajuda a explicar a motivação para o surgimento do movimento, a sua estruturação e o papel da hierarquia e dos leigos na história da ICAR do século passado. Daí a sua adoção e o caráter interdisciplinar desta tese que já não é apenas histórica.

A base desta teoria está no significado do conceito de “oportunidade política”, que já vimos no subtítulo anterior.

Para McAdam, é importante que delimitemos o termo *oportunidade política* para que os acadêmicos não façam uso do termo de uma forma diferente à proposta. Para isso, ele especifica as (quatro) dimensões da oportunidade política, resgatando o trabalho de quatro autores que procuraram delinear o conceito<sup>25</sup>. São elas:

1. A relativa *abertura ou fechamento* do sistema político institucionalizado;
2. A estabilidade ou instabilidade daquele amplo cenário de *alianças da elite* que tipicamente *enfraquecem* a política;
3. A presença ou ausência de *elites aliadas*;
4. A capacidade do estado e a propensão para a repressão (política)<sup>26</sup>;

Para McAdam, a primeira dimensão enfatiza a importância da estrutura formal e institucional dos sistemas políticos. As segundas e terceiras dimensões tratam das relações de poder e da importância anexa da estrutura *informal* de poder. Já a quarta dimensão da oportunidade política é destacada por McAdam (ainda que muitas vezes ignorada por alguns autores que vêem a repressão como uma *expressão* do estado) por fazer parte da

---

<sup>25</sup> McADAM, Doug; McARTHY, John D.; MAYER, N. Zald, 1996, p. 26-29.

<sup>26</sup> *Idem*, p. 27.

*natureza* repressiva do estado, a exemplo da revolta estudante chinesa de 1989, quando divisões nas elites chinesas abriram um precedente para a ação dos estudantes dentro de um estado que normalmente repeliria a mobilização<sup>27</sup>.

Além disso, McAdam ressalta que o conceito de oportunidade política vem sendo usado como chave explicativa para muitos pesquisadores com respeito a duas variáveis: o *sincronismo* e os *resultados* da mobilização política<sup>28</sup>. No entanto, essas duas variáveis referem-se ao início do movimento e às conseqüências para si e para os movimentos vindouros.

Poucos trabalhos na área até o fim dos anos oitenta e início dos noventa tratavam da importância do contexto internacional sobre a oportunidade política. Daí o valor dos recentes trabalhos de Layton, McAdam e Wang que, analisando respectivamente a expansão das oportunidades políticas em nível mundial a partir dos movimentos dos direitos civis norte-americanos, criou novas oportunidades políticas para as comunidades do leste europeu nos planos da proto-EU, além das que surgiram a partir da visita do presidente Nixon à China em 1969 as quais motivaram as elites tailandesas a pressionar o governo chinês. Tais fatos nos mostram uma outra dimensão da oportunidade política.<sup>29</sup>

Mas quando falamos de oportunidades políticas não estamos dizendo, como alguns críticos, que os movimentos sociais só atuam quando outros personagens sociais como as elites ou o governo lhes dão o espaço para a ação.<sup>30</sup> Como nos mostra McAdam e outros teóricos como Della Porta, Tarrow, Zald, também *os movimentos são capazes de produzir as suas próprias oportunidades políticas*, e isso não foi diferente com a JEC, como veremos mais adiante<sup>31</sup>.

---

<sup>27</sup> *Idem*, p. 28.

<sup>28</sup> *Idem*, p. 29.

<sup>29</sup> *Idem*, p. 36-37.

<sup>30</sup> Para uma crítica a Teoria da Oportunidade Política e à Teoria da Mobilização Política leia GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997, p. 69-120. Segundo Gohn, “A crítica principal é que a MP... vê dinamismo apenas num dos pólos da sociedade... o das elites dominantes, atuando por políticas públicas ou outros mecanismos sistêmicos” (*Idem*, p. 112). Esta crítica não confere com a atualização da Teoria da Mobilização Política e teremos a oportunidade de ver mais adiante que também a JEC foi capaz de criar suas próprias oportunidades políticas.

<sup>31</sup> Os ensaios destes teóricos citados podem ser encontrados em McADAM, Doug; McARTHUR, John D.; MAYER, N. Zald. *Comparative Perspectives on Social Movements – political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. New York: Cambridge University Press, 1996.

Tendo falado do conceito de oportunidade política e procurado demonstrar suas características, vamos retomar as características de outro conceito chave na teoria da oportunidade política, que é a *estruturação das oportunidades políticas*, ou seja, a *mobilização de recursos* que o movimento tem a sua disposição (ou os seus adversários) para pôr o movimento em funcionamento ou mantê-lo funcionando.

Aqui o significado de estrutura dentro da Teoria da Oportunidade Política será mais bem explicado adiante. No campo das ciências humanas, no entanto, o conceito é bem conhecido. Para Braudel<sup>32</sup> (1978, citado por AYMARD, p. 309. In: BURGUIÈRE, André (Org.). *Dicionário das Ciências Históricas*, 1993), o significado de *estrutura*, apreendido das ciências sociais indica “uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, reunião, arquitetura, porém, mais ainda, uma realidade que o tempo usa mal e veicula muito longamente”. Segundo Aymard, algumas estruturas, “tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: elas obstruem a história, atrapalhando-a, orientando assim seu fluxo. Outras se desfazem com mais rapidez. Mas todas são ao mesmo tempo sustentáculos e obstáculos”<sup>33</sup>. Como analisaremos, essa noção de estrutura visto pela historiografia (principalmente a francesa) tem uma tendência evolutiva que remete a “durações” mais longas, o que não é o nosso caso, por isso a definição do conceito explicitada abaixo.

Para Tarrow<sup>34</sup>, a *estrutura de oportunidade política* é um termo do qual ele se refere como sendo um “consistent but not necessarily formal, permanent or national – signals to social or political actors which either encourage or discourage them to use their internal resources to form social movements”<sup>35</sup>. Para Braudel, o significado de *estrutura*, apreendido das ciências sociais indica “uma organização, uma coerência, relações bastante fixas entre realidades e massas sociais. Para nós, historiadores, uma estrutura é, sem dúvida, reunião, arquitetura, porém, mais ainda, uma realidade que o tempo usa mal e veicula muito longamente”<sup>36</sup>. Segundo Aymard, algumas estruturas, “tornam-se elementos estáveis de uma infinidade de gerações: elas obstruem a história, atrapalhando-a, orientando assim seu

---

<sup>32</sup> BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre história*. São Paulo: Perspectiva, 1978, 289 p.

<sup>33</sup> AYMARD, Op. Cit. p. 309.

<sup>34</sup> *Idem*, p. 41-61.

<sup>35</sup> *Idem*, p. 54. Tradução: “consistente – mas não necessariamente formais, permanentes ou nacionais – sinais para os atores sociais ou políticos os quais encoraja-os ou desencoraja-os a usar os seus recursos internos para formarem movimentos sociais”.

<sup>36</sup> BRAUDEL, Op. Cit. p. 132.

fluxo. Outras se desfazem com mais rapidez. Mas todas são ao mesmo tempo sustentáculos e obstáculos”.<sup>37</sup> Como veremos, essa noção de estrutura visto pela historiografia (principalmente a francesa) tem uma tendência evolutiva que remete a “durações” mais longas, o que não é o nosso caso, por isso a definição do conceito explicitada abaixo.

Posteriormente Tarrow aponta quatro destes *sinais* que aparecem como ajudando os movimentos ou aos seus inimigos a estruturar oportunidades políticas. São estes: 1- a *abertura do acesso ao poder*; 2 – *as mudanças de alinhamento*; 3 – a *disponibilidade de aliados influentes* e; 4 – *ruptura dentro e entre as elites*<sup>38</sup>.

Quanto ao primeiro sinal, Tarrow nos explica que nem sempre a presença ou existência da oportunidade política *cria* automaticamente movimentos sociais. Mas, de fato, quando esses se formam, encorajam a ação coletiva. Ele traz à tona a pesquisa de Beisinger (1991) sobre a *glasnost* e a *Perestroika* como motivadores da ação política na União Soviética por certos movimentos sociais que procuravam uma maior abertura política para terem acesso ao poder, ou para terem suas reivindicações atendidas, em um período inicial de liberação e democratização<sup>39</sup>.

O segundo sinal se refere às *alianças instáveis*. Tarrow traz os exemplos das eleições dos EUA em 1930 e 1960, em que o desequilíbrio das forças eleitorais fez com que os partidos eleitorais dessem força e representatividade inéditas aos movimentos de operários, negros e direitos civis. Coincidentemente, esses movimentos de 1930 produziram os ciclos de protesto de 1960 pelos direitos civis. Mas não só a instabilidade eleitoral é apontada por Tarrow como um fator de encorajamento da ação coletiva. Ele aponta também o exemplo da revolta camponesa espanhola que procurou ter suas reivindicações por terras atendidas no meio de uma luta de elites na capital. O mesmo ocorrendo na luta dos camponeses da Calábria que redimensionaram as suas terras na Revolução de 1848.<sup>40</sup>

O terceiro fator é o que Tarrow chama de *aliados influentes*. Para ele, “allies can act as a friend in court, as guarantors against brutal repression, or as acceptable negotiators on

---

<sup>37</sup> AYMARD, Op. Cit. p.309.

<sup>38</sup> *Idem*.

<sup>39</sup> *Idem*.

<sup>40</sup> *Idem*, p. 55.

behalf of constituencies which – if left a free hand – might be far more difficult for authorities to deal with”.<sup>41</sup>

Neste caso, Tarrow nos traz dois exemplos em que os aliados políticos fizeram toda a diferença na evolução dos seus movimentos: o primeiro exemplo é o do Movimento dos Fazendeiros Americanos (do período entre 1940-1960), que tiveram três fases diferentes nas assembleias constituintes do período mencionado: primeiramente foram prejudicados pelos liberais urbanos que boicotaram os produtores de alface e uva; na segunda fase o movimento recebeu o apoio da Organização dos Operários que deu suporte a eles na legislatura da Califórnia. Atualmente o grupo tem recebido o apoio de uma nova geração de administradores simpatizantes do Departamento de Agricultura. Tarrow também traz o exemplo da Igreja Católica, que apoiou o fim do comunismo na Polônia de forma definitiva assim como a Igreja protestante na Alemanha Oriental.<sup>42</sup>

O quarto e último *sinal* da estrutura da oportunidade política apontado por esse teórico é a *divisão das elites*. Para ele, uma elite dividida abre mais espaço para a ação de grupos fora do sistema do poder. Além disso, tais divisões encorajam porções da elite a se colocarem como “tribunos do povo”, defensores dos direitos de grupos e movimentos. Foi o caso do extenso ciclo de protestos italiano, onde foi determinante o papel do Partido Socialista Italiano em se colocar como “tribuna do povo” dentro do governo<sup>43</sup>.

Dos autores que vimos até agora, Tarrow é quem melhor nos detalha a forma como os movimentos *fazem* suas próprias oportunidades. Novamente de forma didática, o autor nos aponta quatro “*making opportunities*”<sup>44</sup> que os grupos têm a sua disposição:

---

<sup>41</sup> *Idem*. Tradução: “Aliados podem agir como amigos na Côrte, como Garantidores contra a repressão brutal, ou como negociantes aceitáveis no interesse de círculos eleitorais os quais – quando deixado uma mão livre – podem ser muito mais difíceis para as autoridades lidar com”.

<sup>42</sup> *Idem*, p. 56. Como veremos, a existência de aliados influentes dentro da hierarquia foi um dos fatores decisivos para o início da JEC enquanto movimento social. E a desistência da hierarquia em apoiar, em dar suporte a JEC, principalmente depois do golpe militar de 1964, foi um dos motivos pelos quais a JEC enquanto movimento social e como movimento institucional teve um fim. Fim em nível nacional decretado pela hierarquia em 1966, que se comportou na maior parte da história do movimento como aliada.

<sup>43</sup> *Idem*, p. 56.

<sup>44</sup> Uma tradução literal do termo seria “*fazendo oportunidades*”. Aqui o autor se refere às ações dos movimentos sociais no sentido de *criarem* novas estruturas através de suas próprias ações, através de sua vontade. A tentativa aqui é a de desvincular a teoria da oportunidade política das críticas de alguns autores que apontavam falhas na mesma por ligar as oportunidades políticas dos movimentos sociais como eventos que só aconteceriam *se as elites deixassem*, ou se acaso *se abrissem brechas no estado* que permitissem essas ações. Tarrow, assim como McAdam e outros autores já citados, procuraram demonstrar que a força de mudança *também está* no movimento, *também está* na ação coletiva.

1º: Expansão das *oportunidades* do próprio grupo: um grupo pode observar mudanças na sua estrutura de oportunidades em função de suas oportunidades. Tarrow cita o exemplo de um grupo de protesto que aumenta as suas oportunidades através da expansão de seu próprio repertório de ação coletiva em novas formas. Em outras palavras, a *inovação* das ações de um grupo pode aumentar suas chances de sucesso e sua estrutura de oportunidades<sup>45</sup>;

2º Expandindo as *oportunidades* para *os outros*: para Tarrow, a segunda característica da ação coletiva, relativa a força de mudança vinda do próprio movimento, corresponde à capacidade de um movimento em expandir oportunidades *de* outros movimentos. Ele usa como exemplo o caso dos movimentos de protesto pelos direitos civis norte-americanos do início da década de sessenta, que colocaram novas formas de compreensão na agenda política própria, mudando inclusive a noção tradicional de “direitos”, o que aumentou ou mudou as reivindicações de muitos movimentos<sup>46</sup>. Da mesma forma, as oportunidades podem ter conotações negativas quando um movimento ofende outro, podendo gerar um *contra-movimento*, às vezes até violento;

3º Criando *oportunidades* para os *oponentes*: grupos de protesto podem criar oportunidades políticas aos seus oponentes. Segundo Tarrow, isso pode acontecer, por exemplo, quando os ganhos conseguidos pelo primeiro grupo produzem *custos* ou *impressão de custos* ao segundo<sup>47</sup>;

4º Criando *oportunidades* para as *elites*: segundo Tarrow, os movimentos podem criar oportunidades para as elites em um *sentido negativo* (quando as ações dos revolucionários dão *motivo* para a *repressão*) ou em um *sentido positivo* (quando os revolucionários criam oportunidades que as elites podem usar para se atribuírem o papel de “*tribunos do povo*” ou “*representantes do povo*”).

O terceiro e último conceitos chaves da *Teoria da Oportunidade Política* é o conceito de MacAdam para Marco Referencial ou *framing process*<sup>48</sup>.

---

<sup>45</sup> *Idem*, p. 58-59.

<sup>46</sup> *Idem*, p. 59.

<sup>47</sup> *Idem*, p. 59-60.

<sup>48</sup> O conceito de *framing process* é de difícil tradução para o português. Mas, como veremos, por estar ligado aos referenciais teóricos aos quais os movimentos baseiam seus *ideais*, ou sua *cultura de grupo*, uma tradução aceitável adotada aqui e também por outros acadêmicos é o de *marco referencial*.

Para Zald<sup>49</sup> *frames*, ou **marcos referenciais** do movimento, como chamaremos daqui em diante são “the specific metaphors, symbolic representations, and cognitive cues used to render or cast behavior and events in evaluative mode and to suggest alternative modes of action”.<sup>50</sup> Zald ainda diferencia o conceito de *marco referencial* dos conceitos de **cultura** e de **ideologia**. Para Zald, cultura são as “shared beliefs and understandings, mediated by and constituted by symbols and language, of a group or society”.<sup>51</sup> E ideologia “is the set of beliefs that are used to justify or challenge a given social-political order and are used to interpret the political world”.<sup>52</sup>

Zald procura diferenciar o conceito de *marco referencial* de **cultura** e de **ideologia**, de forma a ligar o conceito ao estudo dos movimentos sociais. Como veremos, marcos referenciais podem ser absorvidos e usados por uma sociedade inteira, como slogans ou imagens, tornando-se parte de seu “estoque cultural”. Mas marco referencial não é cultura apenas. Além disso, simplificar marco referencial como ideologia traria o problema da simplificação do uso apenas político do conceito, empobrecendo-o. Os marcos referenciais, como veremos, estão inseridos em um “processo competitivo” dentro de seus movimentos que os diferencia da ideologia dos partidos, por exemplo.

Como os movimentos sociais são construídos dentro das sociedades, as estratégias de ação e os **marcos referenciais** são construídos dentro dos limites de cada cultura. Desta forma, Zald aponta que a os slogans do movimento feminista contemporânea sobre o aborto, como, por exemplo, “o corpo da mulher é dela”, faz muito sentido dentro de uma sociedade como a americana, onde há uma luta pelo espaço das mulheres e por sua liberdade, mas menos sentido ou quase nenhum sentido em uma sociedade onde a mulher é dependente, principalmente dos homens<sup>53</sup>. Também dentro do *estoque cultural* de uma sociedade, os movimentos ensinam às pessoas como **protestar** e como **se organizarem**. Existe uma *troca* neste *estoque cultural* entre **movimentos sociais**, **sociedade** e **sistema estatal**.

---

<sup>49</sup> McADAM, Doug; McARTHY, John D.; MAYER, N. Zald, 1996, p. 261-274.

<sup>50</sup> *Idem*, p. 262. Tradução: “As *metáforas específicas*, as *representações simbólicas* e as *sugestões cognitivas* usadas para fornecer ou moldar comportamentos e eventos em modo evolutivo e para sugerir modos de ação alternativos”. Grifo meu.

<sup>51</sup> *Idem*, p. 262. Tradução: “Crenças e compreensões compartilhadas, mediadas e constituídas por símbolos e linguagem, de um grupo ou sociedade”.

<sup>52</sup> *Idem*. Tradução: “É o conjunto de crenças que são usadas para justificar ou desafiar uma ordem sócio-política e é usada para interpretar o mundo político”.

<sup>53</sup> *Idem*, p. 267.

Assim, repertórios como o uso de barricadas por movimentos sociais podem ser empregado por pessoas não ligadas aos movimentos sociais quando houver a necessidade, assim como o estado pode apreender alguns desses repertórios para poder agir como em ações contra os movimentos. É por isso que o *estoque cultural* de uma sociedade vive em constante variação, assim como as estratégias de ação. Zald cita, por exemplo, o aumento do número de *marchas* a Washington como uma estratégia que vem crescendo ao longo das décadas devido à importância da cidade e dos atores sociais que lá vivem ou trabalham<sup>54</sup>.

Sobre o estoque social, Zald destaca que nem todos os movimentos sociais têm acesso a realização de todas as estratégias de um estoque cultural. Os movimentos e seus líderes usam os repertórios disponíveis e compatíveis com as suas características. Assim, em 1993 e 1994, grupos hispano-americanos usaram a tática da greve de fome para reivindicarem cotas étnicas em programas de bolsas<sup>55</sup>. Da mesma forma, não parece violência demais aos grupos antiaborto bombardearem uma clínica; todavia, para os grupos pró-aborto, essa tática não é considerada apropriada.

Zald atribui um papel importante à cultura e ao marco referencial dentro da história do estudo dos movimentos sociais. Segundo ele, as *contradições culturais* podem levar à mobilização quando dois ou mais temas que são contraditórios são trazidos a uma contradição por força dos eventos ou quando a realidade dos comportamentos é vista como substancialmente diferente<sup>56</sup>. Com o acidente de Chernobyl, por exemplo, a percepção da sociedade sobre a energia nuclear mudou, tirando força política dos simpatizantes do uso dessa energia e credenciando os ativistas de movimentos antinucleares a pedirem emergência para a ação<sup>57</sup>.

Para Zald, contradições culturais e rupturas culturais criam oportunidades e contextos para mobilização, como acabamos de ver; porém os atores sociais como jornalistas, políticos, líderes, escritores, lutam em um processo ativo de enquadramento de ideologias, questões, definir a culpa, definir símbolos e definir táticas<sup>58</sup>. É a *construção da cultura*. A geração destes *marcos mestres* pode ser usada por outros, pois geram interpretações curtas do mundo, culpam, sugerem linhas de ação. Zald traz o exemplo de

---

<sup>54</sup> *Idem*.

<sup>55</sup> *Idem*, p. 268.

<sup>56</sup> *Ibidem*.

<sup>57</sup> *Ibidem*.

<sup>58</sup> *Ibidem*.

Rosa Parks, que, ao se negar, por ser negra, a se dirigir ao fundo do ônibus, gerou um exemplo de enfrentamento que virou exemplo para sua comunidade, o qual logo passou a ser usado por outras pessoas ajudando no sucesso do movimento pelos direitos dos negros nos EUA.

Esses *processos competitivos* de construção dos *marcos referenciais* que Zald e outros autores destacam não apenas se dão **externamente** (por exemplo, na luta de pontos de vista entre um movimento e seu contramovimento para, por exemplo, persuadir autoridades e simpatizantes a apoiarem a sua causa) como **internamente** (dentro dos movimentos há competições pela definição de quais são as melhores táticas de ação ou de quais são os principais objetivos do movimento. Isso os pesquisadores têm de levar em conta.)<sup>59</sup>. Dessa forma, Zald nos mostra que não existe a opinião dos líderes do movimento sobre o marco referencial, mas opiniões externas sobre ela, que podem levar ou não a mudanças posteriores.

E não apenas o próprio movimento pode mudar o seu marco referencial, como a *mídia* pode manipular a mensagem que os movimentos passam. A causa dos movimentos é debatida em vários lugares, desde uma roda de amigos em um bar a uma mídia de massa como um jornal, por exemplo. Mas a mídia pode, além de transmitir esta mensagem, *transforma-la*. Os interesses dos patrocinadores, a posição política dos donos do veículo e outros fatores mais podem influir na mensagem que os movimentos querem passar.

Ao discutir o impacto dos movimentos sociais na sociedade, Zald nos lembra que estes podem adicionar elementos ao estoque cultural da sociedade. Marcos referenciais vencedores costumam virar slogans e símbolos da cultura geral, já os símbolos dos movimentos perdedores costumam ser marginalizados. Movimentos vencedores têm suas estratégias e marcos referenciais apropriados por outros movimentos.

Estes três fatores (a *oportunidade política*, a *estrutura das oportunidades políticas* e o *marco referencial* ou *framing*) formam a base da teoria usada nesta dissertação.

Há muitas formas de se abordar a história de um movimento católico de jovens como a JEC. No entanto, ao escolher esta abordagem, estamos reconhecendo que a JEC **também foi um movimento social**, ainda que apenas em uma parte de sua história. Daí a minha escolha. Também pensamos que esta é a melhor abordagem, pois destaca os *fatores*

---

<sup>59</sup> *Idem*, p. 268-269.

que tornaram possível um movimento institucionalizado e preso a regras que limitavam a ação do laicato fora do ambiente eclesial (falo dos Estatutos da Ação Católica Brasileira) e que não abriam margem de forma alguma a ações políticas que não aprovadas pela hierarquia<sup>60</sup>.

E entendemos que foi a oportunidade política do contexto político-social do fim da década de cinquenta e do início da década de sessenta que forneceu o ambiente de debate propício aos dirigentes da JECM e JECF, além de outros movimentos católicos como a JOC e a JUC a envolverem-se diretamente na política. Além disso, o uso da estrutura institucional possibilitou o crescimento do movimento, ainda que distante dos princípios estabelecidos nos Estatutos da ACB de 1946 e 1950. E foi essa mesma estrutura institucional que, com a eleição de 1964, e, antes, a partir de 1962 causou o fim do movimento, justamente pelo distanciamento dos dirigentes da hierarquia.

Os marcos referenciais que já vinham sendo criados desde a década de cinquenta, traziam as raízes de uma prototeologia da libertação: o ideal do *Paraíso Terrestre* (ou Paraíso na Terra). O homem deveria lutar pelo bem de todos *agora*. E a influência comunista e de esquerda vinda do Partido Comunista e de elementos engajados na UNE e UBES mudou a concepção de muitos dirigentes, que já não consideravam o comunismo (tão combatido pela Igreja por causa do seu ateísmo e pela perseguição religiosa, além da defesa do sistema capitalista, ainda que a Doutrina Social da Igreja apontasse para um meio termo entre os dois sistemas antagônicos) um *problema*. Talvez até fosse para muitos um exemplo, já que um considerável número de ex-membros da JUC e JEC estiveram envolvidos em guerrilhas ou treinamento em Cuba<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> Naturalmente as ações políticas estavam intimamente ligadas à Ação Católica. A própria criação da Liga Eleitoral Católica é um exemplo escandaloso do uso do laicato para favorecer a ICAR. Mas, como veremos adiante, o uso da instituição para fins políticos e pessoais e também o envolvimento de dirigentes católicos com a política eram proibidos nos estatutos da ACB.

<sup>61</sup> Vale lembrar que Herbert de Sousa, preso político, liderou tanto a JEC quanto foi um dos líderes criadores da Ação Popular. Também GASPARI (2002) aponta (ainda que não claramente *quem*) que “nos primeiros meses de 1965 o governo desbaratou tramas de paraguaios ligados à esquerda católica em São Paulo” (p. 190). Até mesmo certas ordens estavam envolvidas com movimentos de contra-revolta, como podemos encontrar em BETTO (1983), onde o Frei nos conta o envolvimento dos Dominicanos com o “acobertamento” da presença de certos indivíduos, como o próprio Carlos Marighela, conhecido perseguido político.

## 1.2 Revisão Bibliográfica

Há uma bibliografia (ainda que escassa) sobre a ACB. Ela existe. Mas não podemos dizer que o mesmo aconteça com a JEC: o livro do Frei Mateus Rocha<sup>62</sup> é um dos únicos livros escritos em português sobre o assunto. E ele pouco fala do trabalho realizado pelos jecistas no Brasil. Na verdade a obra é a compilação de textos adaptados ao português de como se criam as unidades da JEC nas escolas e sobre o “tipo ideal” de jecista: um jovem apóstolo (moço ou moça), ciente da autoridade eclesial e que queira ajudar ao mundo em que vive. É uma obra datada, portanto, e remonta à época do movimento de maior crescimento em número de membros e tinha o objetivo de “uniformizar” a JEC pelo Brasil, fazendo que tanto a JEC do Norte como a do Sul se parecessem, tomando por base as diretrizes impostas pela obra.

Há, no entanto, grande quantidade de obras que tratam sobre a história da Igreja e de seu envolvimento com a juventude e com a política no Brasil. É dela que trataremos agora.

Frei Betto<sup>63</sup>, em sua obra de 1981, escreve sobre a importância da ACB como o primeiro movimento católico de inserção do leigo que obteve sucesso nesta empreitada. Mas é Carvalheira<sup>64</sup> o primeiro a escrever um resgate de memória da JEC e outros movimentos pertencentes a ACB, na década de oitenta. Entretanto, por tratar-se de um artigo, os limites de espaço e a função do escritor dentro da Igreja não permitiam um aprofundamento do assunto.

A melhor aproximação do trabalho que apresentaremos trata-se do livro do Pe. Hilário Dick<sup>65</sup>, um pesquisador com ampla experiência no objeto, além de filósofo e historiador da juventude mundial. Em seu livro, escrito com base em ampla bibliografia coletada por ele de documentos de época das coordenações regionais e nacionais, o Pe. Hilário escreve uma história da JEC desde o seu surgimento na década de trinta, sua história como movimento católico e apresenta alguns testemunhos de jecistas. É uma obra indispensável para quem quer trabalhar com o movimento. O esforço de Dick em copiar os

---

<sup>62</sup> ROCHA, Frei Mateus. *JEC: o evangelho no colégio*. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1958.

<sup>63</sup> BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base?* 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

<sup>64</sup> CARVALHEIRA, Dom Marcelo Pinto. *Momentos Históricos e Desdobramentos da Ação Católica Brasileira*. In: Coleção Teologia Orgânica, nº 9, Rio de Janeiro, 1982.

<sup>65</sup> DICK, Pe. Hilário. *JEC no Brasil – uma proposta que não morreu*. São Paulo: CCJ, 1992.

manuscritos da JEC e guardar alguns documentos elaborados pelos próprios jecistas em seus encontros como os “*Cadernos da JEC*” e os “*Planos de Estudo*” deram origem a um dos mais completos, senão o mais completo arquivo histórico do movimento, o arquivo histórico do IPJ (da Casa Padre Jorge, em Porto Alegre).

É conhecida também a produção bibliográfica dos chamados “brasilianistas” (estrangeiros que escrevem sobre o Brasil) sobre a história da ICAR no Brasil. Dois desses se destacam na produção bibliográfica sobre a história da Igreja no Brasil: Ralph Della Cava e Scott Mainwaring. Suas análises políticas sobre a Igreja Católica do Século XX, já famosas, estão presentes em diversos artigos, livros e outras publicações. Mas como o próprio Della Cava escreve: “Não existe nenhum estudo de conjunto sobre a extinção dos grupos especializados de ação católica ou sobre a ação por ‘ensaio e erro’ dos catequistas neste período”.<sup>66</sup> Até 1988 não havia ainda uma publicação sobre um dos maiores movimentos da Ação Católica Especializada brasileira: a JEC. O primeiro livro seria o livro do Pe. Dick<sup>67</sup>.

Ambas análises dos brasilianistas não se prestam a uma análise detida nos detalhes de funcionamento dos grupos especializados. O foco está na história política da Igreja Católica e sua estruturação no século passado, bem como na sua ligação com as diversas camadas sociais.

Suas conclusões a respeito dos movimentos da AC, apesar de, particularmente, considera-las muito próximas do que está presente na documentação escrita pelos próprios leigos, nem sempre, como veremos, estão completas. Isso só será possível pelo estudo de caso de cada um dos movimentos especializados, da análise de sua ligação com a hierarquia e com a administração nacional e regional e tendo a opinião dos próprios militantes, que, esperamos, surjam com o tempo através das mãos de novos pesquisadores.

Assim, quando Della Cava atribui uma grande importância à eleição dos candidatos “conservadores” ao Secretariado Nacional da CNBB e ao apoio dado à Santa Sé às suas posições na dissolução dos movimentos especializados da ACB em 1968, temos aí uma

---

<sup>66</sup> DELLA CAVA, Ralph. A Igreja e a abertura, 1974-1985. In: STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 267.

<sup>67</sup> Desde então, apenas quatro pesquisadores publicaram na Plataforma Lattes até o ano de 2007 alguma publicação que tivesse alguma ligação com o tema desta pesquisa, incluindo a mim. Dos outros três, dois haviam participado de uma mesma pesquisa sobre levantamento de fontes sobre o tema JEC e ACB, e outro havia escrito um artigo sobre o assunto, não publicado por editora. Maiores detalhes em <http://lattes.cnpq.br>, que é o sítio da Plataforma Lattes no Brasil.

informação incompleta. Como é mostrado em um estudo monográfico sobre o assunto,<sup>68</sup> nós não podemos falar de fim do movimento nem em termos de Brasil, nem de mundo. A AC italiana possui até um sítio de informações ainda hoje. A JOC, em Porto Alegre, possui ainda reuniões anuais e um centro histórico. E o Pe. Hilário Dick<sup>69</sup> mostra em seu livro que os jecistas, mesmo tendo seu secretariado nacional deposto pela Secretaria da CNBB em 1968, continuaram se encontrando e tentando se reorganizar em nível regional, mesmo sem apoio da hierarquia. Isso talvez demonstre algumas tensões internas entre padres e bispos que devam ser mais bem analisadas.

Giovanni Semeraro faz uma análise primorosa da Igreja no século XX, em sua obra<sup>70</sup>, dando especial atenção a ACB e aos seus desdobramentos, entre eles a Ação Popular e os Movimentos de Educação de Base, um dos últimos movimentos católicos de caráter francamente políticos<sup>71</sup> e de “esquerda”. No entanto, o foco de sua análise está em um dos movimentos da ACB especializada: a JUC<sup>72</sup> e a Ação Popular<sup>73</sup>.

O objetivo de nosso trabalho é delinear e mapear o processo de rompimento com o projeto de neocristandade (o ultramontanismo) através da JEC nos anos cinquenta pela análise da documentação dos próprios jecistas da época. Este processo se dá de forma lenta,

---

<sup>68</sup> PAULA, Eder Coelho. *O FIM DA JEC COMO MOVIMENTO NACIONAL E A SOBREVIVÊNCIA DO MOVIMENTO NA REGIÃO SUL*. Porto Alegre: mimeo, 2002.

<sup>69</sup> DICK, Op. Cit.

<sup>70</sup> SEMERARO, Giovanni. *A primavera dos anos 60 – a geração de Betinho*. São Paulo: Edições Loyola/Centro João XXIII, 1994.

<sup>71</sup> O último movimento notadamente politizado e voltado para uma mudança social através do envolvimento da ICAR, Estado e sociedade são as CEB's. Pensado por sacerdotes e leigos para ser um movimento de renovação social e cultural, as CEB's tem suas raízes na ACB. Os movimentos religiosos atuais, como a Renovação Carismática, o Regnum Christi, os movimentos de primeiro anúncio baseados nos Cursilhos da Cristandade, são movimentos voltados para o não-questionamento hierárquico e social. Para maiores detalhes, uma sugestão é o livro de Frei Betto: *O que é Comunidade Eclesial de Base?* 3ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

<sup>72</sup> JUC é a sigla de Juventude Universitária Católica que era o “braço” da hierarquia nas faculdades. Era responsável pelo recrutamento e formação de quadros da ACB nas universidades, e o destino de todos os jovens jecistas que passavam no vestibular ingressavam nela, em princípio. Na década de sessenta, principalmente após o golpe, era um dos alvos preferidos da repressão. No entanto, não podemos esquecer da JEC, perseguida pela presença de jecistas em órgão como UBES e UNE.

<sup>73</sup> A Ação Popular era uma associação de jovens ligados anteriormente a ACB (principalmente) e que devido às tensões com a hierarquia resolveram se desvincular da igreja para criarem uma organização própria. Desta forma pessoas ligadas a partidos políticos como o PCB e sem vínculo religioso puderam também dar sua contribuição através da Ação Popular, conhecida como AP. Suas contribuições se deram principalmente no campo da educação e política. Pessoas como José Serra e Herbert de Souza fizeram parte de seus quadros. Para maiores detalhes sobre a AP, leia SEMERARO, Giovanni. *A primavera dos anos 60 – a geração de Betinho*. (1964-1984). 7ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

mas evidente nesta década. Todavia, para Semeraro, este rompimento só se dará na década de sessenta:

... em ambos os planos (Plano Pastoral de Conjunto - PPC, e o Plano de Emergência da CNBB), os bispos rompiam explicitamente com a concepção de missão da Igreja da neocristandade, reivindicando muitas inovações, inclusive melhor planejamento e coordenação pastoral, um papel mais ativo para o laicato, a renovação paroquial, um sentido de comunidade mais forte, práticas episcopais menos autoritárias.<sup>74</sup>

Como veremos, a partir do momento em que os leigos quiseram utilizar-se da estrutura “igreja” para a mudança social ou agir em nome desta, indo além do imposto desde o início da ACB pela hierarquia, de forma tácita ou claramente, temos aí uma superação da missão da Igreja ultramontana. Afinal, apenas o papa e, no máximo, a hierarquia, teriam primazia sobre o assunto. Quando o laicato se mostra disposto a ultrapassar esta barreira, a questão ultramontana é esquecida. É esse item que até agora não está claro, na nossa opinião, nos textos destes autores, ainda mais se tratando de estudos de caso, como veremos.

Em política, temos um termo para os católicos do mundo que, desde o início do século passado no mundo e desde a década de vinte e trinta adotavam esta postura de questionamento (de certa forma) ao poder papal: católico liberal. Após o advento da República nos países ocidentais, “o termo... católico liberal... ressurgiu... para indicar o católico que como tal se comporta na sua vida religiosa, mas não aceita as diretrizes emanadas pelas hierarquias eclesiásticas no sentido de votar por um determinado partido que garanta os interesses da Igreja”.<sup>75</sup> De certa forma, o termo se aplica ainda hoje aos católicos que adotam tal postura. Porém poderíamos extrapolar esta barreira política e talvez usarmos o termo “católico liberal” para os católicos da JEC analisados aqui, ou, pelo menos, compará-los aos católicos liberais, já que estes adotam esta postura de questionamento há muito mais tempo (desde a década de vinte) do que a década de sessenta.

---

<sup>74</sup> SEMERARO, Op. Cit., p. 37.

<sup>75</sup> BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política/Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e gianfranco Pasquino; tradução Carmen C. Varriale... [et al]; coordenação da tradução João Ferreira; revisão geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais. 5ª ed. – Brasília : São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, p. 156.

Em seu livro *Cristianismo, sociedade e revolução*<sup>76</sup>, Charbonneau expõe alguns aspectos do catolicismo do início do século XX, como o anticomunismo, a questão ultramontana e o aspecto da moral cristã, importantes para que entendamos o ideal de formação cristã católica. Mas novamente não temos um foco sobre os movimentos especializados. Para Charbonneau, "o socialismo... se é verdadeiro socialismo... não pode conciliar-se com a doutrina católica, pois concebe a sociedade de modo completamente avesso à verdade cristã".<sup>77</sup> Mesmo sendo um texto pró-hierárquico, não podemos esquecer que na Igreja do final da década de sessenta havia inúmeras tensões desta com o laicato. Muitos padres questionavam a distância entre o socialismo e o cristianismo. O texto de Charbonneau fica próximo, portanto, da hierarquia. Hierarquia esta que será majoritariamente anticomunista no Brasil até o fim da Guerra Fria.

O livro de Frei Mateus Rocha<sup>78</sup> *JEC – o evangelho no colégio* é uma das únicas obras que fala diretamente sobre a JEC: seu funcionamento, parte de sua história mundial, da sua estrutura e dos pré-requisitos para tanto. Por ser uma obra de época e voltada para os jovens e sacerdotes que os acompanhavam, será de extrema importância no decorrer deste trabalho para compararmos a proposta contida na obra fornecida pela hierarquia com a que foi proposta que foi sendo desenhada durante as décadas de cinquenta e sessenta por estes mesmos jovens que leram ou foram orientados pela obra de Rocha. O conteúdo de sua obra poderia ser considerado dentro do conjunto do "ideal jecista". Veremos no decorrer deste trabalho outras obras de época, desta vez escritas pelos próprios jecistas, como os *Cadernos da JEC* nas quais será possível fazermos tais comparações.

Há muitos artigos e livros escritos por pessoas ligadas ou não à Igreja revisando o período de fundação ao "fim" da ACB. Alguns já foram revistos neste trabalho. Uma revisão de destaque é feita por um sacerdote: Dom Marcelo Pinto Carvalheira. Carvalheira nos explica de forma sintetizada o desenvolvimento da ACB, que, segundo ele, pode ser dividida em duas partes: antes e depois da especialização por meios de atuação<sup>79</sup>. Mas devido a problemas de espaço (o texto trata-se de um artigo) e da profissão do escritor, nenhum aspecto é aprofundado, apenas a causa do fim da JEC, apontado por ele como

---

<sup>76</sup> CHARBONNEAU, Charles. *Cristianismo, sociedade e revolução*. 2ª ed. São Paulo: Editora Hérder, 1967.

<sup>77</sup> CHARBONNEAU, p. 230.

<sup>78</sup> ROCHA, Frei Mateus. *JEC – o evangelho no colégio*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1958.

<sup>79</sup> CARVALHEIRA, Dom Marcelo Pinto. *Momentos Históricos e Desdobramentos da Ação Católica Brasileira*. In: Coleção Teologia Orgânica, nº 9, Rio de Janeiro, 1982, p. 10.

tendo sido quase exclusivamente culpa dos jovens. Por não ser uma análise de toda isenta, faz-se necessária ainda mais hoje, quase quarenta anos após o decreto da Secretaria Nacional da CNBB, publicações de revisões mais atualizadas sobre o assunto.

Uma das únicas obras que trata da história de um movimento da ACB especializada e que se aproxima do nosso objeto de estudo tanto historicamente como por ser um “movimento irmão” da JEC é o artigo de Scott Mainwaring<sup>80</sup>, que trata da Juventude Operária Católica. Através da análise de documentação de época presente no Instituto de Pastoral do Rio de Janeiro e de entrevistas com alguns ex-membros da JOC do período de 1958-1970, o autor apresenta em formato de artigo um resgate da importância histórica de um dos mais importantes movimentos de leigos da ACB até então atuantes.

Através do estudo dos jornais e das cartas produzidas no período, Mainwaring descreve a trajetória do pensamento político dos operários católicos, que chegaram a um número de membros maior que vinte e um mil na década de sessenta até o golpe. A JOC, assim como a JEC, como veremos, tem nesta trajetória do pensamento político muitas semelhanças. Uma delas é que no início do movimento (na década de 1940) havia uma preocupação dos líderes do movimento em alinhar o discurso da ação do movimento com a proposta da hierarquia de apenas aumentar o número de operários cristãos nas fábricas, sem se preocupar com a realidade em que este operário vivia. Mas na medida em que vários grupos forem se dando conta da importância, da realidade em que vivem e de sua ‘missão’ como cristãos, haverá uma cisão entre os membros do movimento e dos padres que os assistem com a hierarquia que os comanda<sup>81</sup>.

Para Mainwaring, a realidade econômica e política têm um papel importante nas transformações que a JOC sofrerá com o tempo, incluindo aí a radicalização de algumas lideranças para a ação política, para o envolvimento em ações de apoio ao governo (até 1964) contra a repressão (após 1964).<sup>82</sup> Por se tratar de um movimento operário, porém, a JOC terá, talvez, uma perseguição política diferente da JUC e da JEC, como veremos. No entanto, apesar disso, a JOC terá uma sobrevivência muito maior que esses dois movimentos apesar disso, inclusive porque se distanciou da hierarquia a ponto de não se envolver nem

---

<sup>80</sup> MAINWARING, Scott. A JOC e o Surgimento da Igreja na Base (1958-1970). In: *Revista Eclesiástica Brasileira*, vol. 43, fasc. 169. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1983.

<sup>81</sup> MAINWARING, Op. Cit., p. 43-74.

<sup>82</sup> *Idem*, p. 87-90.

com os Círculos Operários<sup>83</sup>, mantendo até hoje um caráter de contestação bem mostrado por Mainwaring no artigo.

Outra semelhança entre a obra de Mainwaring e esta tese e meus trabalhos monográficos anteriores é o desenvolvimento desta consciência política que acontece com alguns líderes da JOC (assim como acontece com os jovens jecistas) ocasionando a cisão interna entre os próprios líderes do movimento, a cisão interna entre os padres que apóiam ou não ações políticas que possam acontecer sob a ‘bandeira’ da ACB especializada e o fim das comissões nacionais dos movimentos especializados após 1968 sob ordem da hierarquia.

Mas a obra de Mainwaring sobre a JOC, apesar de sua importância por ser um dos poucos textos sobre a ACB especializada já merecia uma revisão dado que novos documentos surgiram e outros trabalhos já a atualizaram. Desta forma, em alguns pontos não podemos mais concordar com o autor. Vemos isso particularmente em alguns erros históricos não corrigidos como quando o autor apresenta a dissolução das coordenadorias nacionais da ACB em 1966, sendo que, na realidade, isso aconteceu em 1968<sup>84</sup>, quando este supervaloriza o exemplo de contestação e política progressista da JOC<sup>85</sup> para com a estrutura institucional hierárquica.

---

<sup>83</sup> Os Círculos Operários são a resposta da Igreja Católica no Brasil para o aumento do número de sindicatos no Brasil. Eles surgiram no início do século XX em resposta ao comunismo e à diminuição do número de católicos entre os operários em função do avanço dos partidos socialistas. Os Círculos existem até hoje e são organizações assistencialistas e de discussão política. Uma boa obra sobre os Círculos Operários e seu caráter anticomunista é a obra de DIEHL, Astor Antônio. *Os círculos operários: um projeto político da Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1932-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990. 131 p. Mainwaring mostra muito bem esta separação política entre os Círculos e JOC após a década de 1940 no episódio em que os jecistas se negam a realizar um Congresso juntos com os circulistas na década de 1960. MAINWARING, Op. Cit., p. 89-90.

<sup>84</sup> MAINWARING, Op. Cit., p. 73-74. “Esta (JOC) escapou do ataque da instituição nos dois momentos em que ele seria mais provável: em 1966, quando a hierarquia fechou a Ação Católica, e em 1969, quando o governo fez pressão sobre os bispos para que usassem de represália contra a JOC”. Como veremos, a informação está incorreta. A JOC pertencia a ACB tanto quanto a JEC e JUC e a hierarquia não ‘acaba’ com a ACB. Simplesmente extingue as coordenadorias nacionais, enfraquecendo as regionais (estaduais) causando a morte do movimento de forma lenta e cuidando para que novos movimentos, como os Cursilhos da Cristandade de caráter notadamente ‘apolíticos’, cresçam e sejam favorecidos. Na verdade, os movimentos da ACB continuam existindo. Apenas não tiveram mais o apoio essencial da hierarquia. Mas movimentos como a JOC e JEC tem encontros e grupos que existem até hoje.

<sup>85</sup> Segundo Mainwaring (MAINWARING, Op. Cit, p. 29): “... através de seu corajoso testemunho, desempenhou também (a JOC) o papel de estimular a Igreja inteira a mudar. Numa época em que a maior parte da Igreja estava ainda estreitamente ligada ao Estado e às classes dominantes, a JOC ajudava a Igreja a entender as necessidades e os valores da classe trabalhadora”. Mesmo se considerarmos que a JOC tivesse 100 padres a assistindo, num universo de 15 mil padres vivendo no Brasil, sendo que poucos destes eram bispos, temos de minimizar esta frase do autor. Como veremos, outros fatores além das palavras e ações dos

Em virtude do que foi apresentado aqui, percebemos que, por ser um assunto de tal importância para a Igreja Católica no século XX, e por ser a Igreja Católica uma das mais significativas instituições do século XX (e de hoje), uma revisão do assunto “JEC” e da sua importância política ao lado de instituições como a JUC, JOC, JIC e JAC, especializações da ACB é muito relevante. Não há publicações de “fôlego” sobre o assunto que levem em conta as especificidades destes movimentos, tampouco o seu funcionamento. Mas há muitas publicações sobre os partidos políticos da época e os partidos posteriores, que possuem muitos quadros que se formaram na ACB ou nos movimentos “derivados” da ACB, como as CEB’s o Movimento de Educação de Base.

Como já havíamos falado, a obra de Muraro é uma das poucas que trata do assunto ACB. Por se tratar de um livro dirigido ao grande público, Muraro não inclui citações bibliográficas. Além disso, é um livro baseado na sua monografia de mestrado defendida na USP, a qual não se encontra facilmente disponível, mas que, pelo livro, revela algumas carências de informação, talvez devido ao não acesso a algumas fontes não-disponíveis nos anos oitenta, como, por exemplo, o desconhecimento do início da ACB já na década de vinte em fase experimental no Brasil e a sua implantação em vários estados a partir da década de trinta, já com uma força evidente<sup>86</sup>. É um livro também ligado à importância dos movimentos operários da década de setenta e oitenta e que liga a Igreja Católica (e principalmente à antiga Pastoral Operária) a estes. Se trata de uma das únicas obras que abordam a ACB e a Igreja Católica e ainda é dirigida ao grande público. Isso transforma o livro em um pequeno manual sobre a ACB, já que faz referência também a outros movimentos e explica a estrutura básica da ACB.

O livro de Betiato<sup>87</sup> faz uma ligação da história da ACB à atual Pastoral da Juventude. A tese se resume ao fato de que a Pastoral da Juventude veio após a Ação Católica, que foi a primeira organização de apostolado leigo ligada diretamente à hierarquia e ao seu serviço e da Igreja. Para esta tese, o mérito de Betiato é o de analisar a situação da JEC em seu chamado “momento decisivo” a partir já do ano de 1958<sup>88</sup>, resumindo o que

---

jocistas influenciaram realmente a hierarquia que, por sinal, após o Concílio Vaticano II, não apostará mais nos movimentos da Ação Católica e sim em outros movimentos de leigos que não tivessem esta capacidade de evolução política que a JOC e outros movimentos tiveram.

<sup>86</sup> MURARO (1985), p. 34-43.

<sup>87</sup> BETIATO, Mário Antônio. *Da Ação Católica à Pastoral da Juventude*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

<sup>88</sup> *Idem*, p. 38.

estava sendo realizado pela JEC na data<sup>89</sup> e creditando ao fim do apoio da hierarquia à ACB às contestações de idéias entre as equipes nacionais e a hierarquia (assistentes) quanto ao futuro do movimento<sup>90</sup>. No entanto, por se tratar de um livro que foi escrito sobre a história da Pastoral da Juventude do Paraná e que se detalha nesta região, que não foi tão importante para a ACB como foi, por exemplo, a AC do Rio Grande do Sul, o seu valor para esta tese é restrito. Mas ainda é uma das poucas obras que trata do assunto ACB que estão disponíveis ao grande público.

Outro importante livro sobre a ACB (e mais especificamente sobre a continuidade da JOC mesmo após o decreto de fim das equipes nacionais da ACB) é *Os jovens trabalhadores conquistando trabalho e justiça*<sup>91</sup>. Assim como o livro de Muraro é um texto que foi escrito na metade da década de oitenta e alude à importância do movimento operário e da JOC dentro deste. Neste livro, os integrantes da JOC fazem uma “análise da juventude trabalhadora” e contam o resultado do 3º Congresso Nacional de Jovens Trabalhadores, promovido e organizado pela JOC em 1983. A simples existência de tal Congresso e a organização deste pela JOC mostra o poder de organização que esta tinha ainda no início da década de oitenta. No livro há um pequeno histórico do movimento e uma análise da importância da JOC dentro da ACB<sup>92</sup>. Mas faz pouca alusão a JEC. De fato, a importância desta obra para esta tese está no fato de mostrar a influência da ACB na sociedade brasileira na formação de lideranças, principalmente as sindicais.

- O próprio IPJ de Porto Alegre tem publicações próprias sobre a AC. Em uma destas publicações, na verdade um livreto intitulado *História da Igreja*<sup>93</sup>, vários autores (como o Pe. Oscar Beozzo e o ainda Frei Leonardo Boff) foram convidados a dar a sua contribuição no sentido de elencar os fatos mais importantes da história da Igreja Católica no país, desde 1500 até 1984. A ACB merece destaque na obra, devido a sua importância no século XX. Para Beozzo, a explicação do fim da ACB era que esta foi “extinta pela ação

---

<sup>89</sup> *Ibidem*, p. 41.

<sup>90</sup> *Ibidem*.

<sup>91</sup> JOC – JUVENTUDE OPERÁRIA CATÓLICA. *Os jovens trabalhadores conquistando trabalho e justiça*. Caxias do Sul: Edições Paulinas. 1985.

<sup>92</sup> *Idem*, p.22-25.

<sup>93</sup> INSTITUTO DE PASTORAL DE JUVENTUDE. *História da Igreja*. Porto Alegre: Instituto de Pastoral de Juventude, 1984.

conjugada do Estado, de elementos conservadores dentro ad Igreja, pela desagregação e desarticulação interna dos próprios movimentos”<sup>94</sup>.

- Em linhas gerais, devemos concordar com Beozzo sobre o fim da JEC. No entanto, a *forma* e a *motivação* de como isso se deu não é explicada por Beozzo, o que torna a obra incompleta e passível deste tipo de crítica. Além disso, por se tratar de um livreto escrito por um setor da hierarquia que em 1984 era defensor de uma Igreja popular, que ainda questionava a autoridade papal frontalmente e abertamente (como fazia Leonardo Boff, um dos mais influentes teólogos da libertação no país), podemos dizer que esta obra está carregada de uma crítica interna muito forte, e é uma das últimas obras na década de oitenta que fará isso. A tônica desde então será o não-questionamento hierárquico, o que a torna uma rara obra neste sentido.

---

<sup>94</sup> *Idem*, p. 73.

## **CAPÍTULO 2 – A AÇÃO CATÓLICA E A JEC NO MOVIMENTO DE ROMANIZAÇÃO BRASILEIRO**

O entendimento da JEC e sua história não poderia ser feito sem a compreensão da JEC como movimento da Ação Católica Brasileira (ACB). Com início no final do século XIX, motivada pelo Papa, a AC é a responsável pela inclusão cada vez maior do leigo nas ações da Igreja em um mundo que se negava a sacralizar. Devemos estudar a AC devido ao seu caráter histórico no mínimo pelo seu valor como movimento formador cristão e político na sociedade do século XX e pela falta de estudos neste sentido. O futuro da ICAR está ligado profundamente na relação da hierarquia católica com os seus leigos, e este relacionamento tem sido, desde a AC cada vez mais intenso e vem se dando na maior parte das vezes de forma verticalizada.

Este capítulo versará sobre a estrutura da ACB a partir de uma visão histórica desta iniciativa eclesial inserida dentro do plano de *romanização* da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR). Depois falaremos mais aprofundadamente da estrutura da JEC a partir de sua história como movimento nacional (de 1950 a 1954), comentando aspectos principais como estrutura hierárquica, publicações, eventos, locais de atuação, etc.

Procuraremos caracterizar a JEC enquanto integrante da ACB e inserida dentro de uma proposta de trabalho para os leigos e adaptada às propostas da hierarquia. Desta maneira, cabia à Direção Nacional da JEC cumprir as diretrizes aprovadas pela AC na década de trinta (e revistas na década de cinquenta do século passado) a obediência estrita à hierarquia e o trabalho voltado ao apostolado do leigo “no seu próprio meio” de

convivência familiar, no seu círculo de amizades ou de trabalho. Não que nunca houvesse nenhum atrito com a hierarquia católica, longe disso, mas esta fase de 1950 a 1954 que estudaremos se resume como um período de bom entendimento entre as partes e de serviço apostólico quase sem questionamentos de obediência por parte dos leigos, o que não os motivou a propor nem executar mudanças contra a vontade desta hierarquia.

Mas com o desenvolvimento dos trabalhos e através dos momentos proporcionados pelo próprio movimento, os jecistas e outros membros da ACB refletirão sobre sua ação e desenvolverão um movimento contrário ao da proposta da hierarquia. Este movimento (movimento agora no sentido de ação) transformará a JEC em um movimento de jovens voltado para a transformação social do Brasil. Com esta mudança (que, como veremos, parte diretamente dos jecistas influenciados tanto por leituras de mundo feitas por eles mesmos do momento político nacional e da análise da capacidade de mudança possível através de sua ação sobre esta realidade como por influência intelectual vinda da Europa por diversos autores católicos que estão desenvolvendo trabalhos que vão de encontro ao que Roma prega) a JEC passará a ser um movimento de jovens de certa forma “inconveniente” à hierarquia católica a partir, principalmente, do ano de 1958-1964. Com o Golpe de 1964, estes posicionamentos e esta “mudança” serão pretexto para ações da hierarquia que deixarão o movimento sem amparo em alguns momentos difíceis e acabarão em 1968 com o fim do apoio da hierarquia à estrutura nacional da ACB, inclusive aí a JEC.

Mas para entendermos a JEC como movimento integrante da ACB e como estas mudanças aconteceram, passaremos a caracterizar o que foi a ACB e a sua ligação com o movimento original de “romanização” imposto por Roma no início do século XX.

Para tanto, veremos quais oportunidades políticas tornaram possível a JEC como movimento, quais estruturas o movimento tinha a sua disposição para mobilizar a seu favor, bem como os seus adversários, para criar novas oportunidades políticas (e se tinham-nas) e qual o marco referencial do movimento no período entre o início da JEC até o ano de 1958. O ano de 1958 se trata de um marco para o movimento no meu ponto de vista e também de outros escritores, e por isso a escolha da data.

Este capítulo, portanto, trata do que chamo dessa *1ª fase da JEC* como movimento especializado da ACB. Alguns autores também fazem a distinção dentro da história da JEC

em momentos<sup>95</sup>. O capítulo seguinte tratará do que eu chamo de *2ª fase da JEC* enquanto movimento especializado e a transformação da proposta de JEC em *movimento social e politizado*, que eu considero como o momento onde a JEC se torna um movimento institucional e social, contrariando a hierarquia, principalmente a CNBB e a ACB. Nas próximas páginas veremos a ACB como movimento integrado dentro do projeto de romanização da ICAR.

Paradoxalmente, é quando a ICAR é mais prejudicada com a mudança política para a República no Brasil do fim do século XIX e início do XX o período de seu restabelecimento político e recuperação do número de fiéis. Bem como um período onde a ICAR tenta responder aos desafios da modernidade como o comunismo, o liberalismo, o movimento sindical, o desemprego, etc.

Cabe aqui também explicar a *qual* JEC estamos nos referindo. A JEC era um movimento dividido em um setor masculino e um feminino. Quando falamos de JEC, portanto, estamos nos referindo ao setor masculino da JEC. Escolhi trabalhar apenas com a JEC masculina em função do seu maior envolvimento político e pela produção documental mais intensificada sobre política estudantil. Mas também fazemos referência à união entre as duas JEC's e a consequência para ambas da decisão da hierarquia em 1966.

A ACB no projeto de romanização brasileiro, a oportunidade política e a sua estruturação e os marcos referenciais que a tornam possível são os assuntos das próximas páginas.

## 2.1 A “Romanização” da ICAR no fim do século XIX e início do século XX

---

<sup>95</sup> DICK (1993) é um dos autores que distinguem a JEC em momentos: *antes e depois* da **politização** do movimento, sendo que para ele, a data do envolvimento da JEC com a política é um pouco posterior, já no início da década de sessenta. No meu caso, dividi a história do movimento em duas fases. Não para mostrar uma *politização* do movimento, difícil de provar já que a falta de documentação e testemunhos suficientes parecem nos impedir de afirmarmos tal coisa, mas sim para ficar claro que, na minha opinião, a JEC a partir de 1958 cria condições através de seus dirigentes e apoiados por alguns membros da hierarquia para se estabelecer como um movimento não só católico, mas também social. Esta *oportunidade política*, sua *estruturação* e a criação do seu *marco referencial* são os assuntos das páginas que se seguem.

Em boa parte a reconquista de poder político da ICAR se deveu ao apoio de Roma e ao projeto de criação da ACB e o seu crescimento real nas décadas de 1930-1960. Em sua obra intitulada *O Catolicismo Brasileiro em época de transição* Thomas Bruneau nos traz uma ótima análise política da história da Igreja Católica no fim do século XIX e início do XX<sup>96</sup>.

Bruneau nos mostra que a ICAR vivia em constante litígio com o Estado em função da falta de poder que tinha por estar inserido no que hoje chamamos de “máquina pública”. Quando o Estado Brasileiro se torna uma república e extingue este regime de *padroado*<sup>97</sup> a ICAR finalmente tem uma oportunidade de adquirir a importância que almejava. No entanto, a hierarquia da época no início procurou fazer isso tentando voltar ao antigo regime de subserviência ao estado, inserido neste. E foi apenas com a assim chamada *romanização* (aqui entendida como a aproximação política da ICB com Roma no sentido de estabelecer com o estado que rege o catolicismo no mundo uma relação que voltasse a ser *verticalizada* e não *horizontalizada*, praticamente dependente em certo sentido de tomada de decisões e planejamento de apostolado, bem diferente do que o fora na época do padroado do imperador Dom Pedro II) que a ICB passou a crescer com o financiamento romano direto.

Em troca, todos os bispos nomeados no Brasil deveriam ser escolhidos por Roma e aprovados pelo Papa. A ICB também deveria entrar em um período de busca de formação intelectual de alto nível, de padrão europeu. Os padres passariam a ter uma formação bem mais completa do que o vulgo “saber ler e escrever” e “conhecer algumas palavras em latim” apenas para a missa. Os bispos deveriam ir a Roma ao menos uma vez a cada cinco anos para a entrevista obrigatória com o Papa<sup>98</sup>.

Até então, nunca fora feito um investimento tão grande na ICB. O número de seminários aumentara em mais de 900% de 1900 a 1960 e só não havia mais seminários por

---

<sup>96</sup> BRUNEAU, Thomas. *O Catolicismo Brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

<sup>97</sup> O *padroado régio*, segundo MORAES (2004, p. 01) pode ser entendido como uma delegação da Igreja ao rei que “o habilitava a propor a criação de novas dioceses, escolher os bispos e apresentá-los ao Papa para serem confirmados. Na realidade, apesar de suas intenções iniciais, o Padroado terminou sendo usado como instrumento de poder da Coroa para subordinar aos seus os interesses da Igreja católica”.

<sup>98</sup> BRUNEAU, p. 69.

falta de vocações. O número de sacerdotes no país crescera, principalmente os que vinham da Europa, quase um quinto do que havia no país até 1960<sup>99</sup>. Enfim, Bruneau nos prova que a romanização trouxe benefícios evidentes para a instituição. E é também a romanização que fará a hierarquia nacional a instituir a ACB e a inserção do leigo nos trabalhos pastorais, a partir do Papa Pio X, o Papa da AC.

Mas são os leigos, o último elo integrado nesta corrente formada no início do século XX que inverterão o movimento de romanização, se organizando de forma independente ao que a hierarquia lhe propunha e entrando em conflito direto com esta em função de seus interesses, como veremos.

Como já vimos, os movimentos sociais e revoluções são realizados e moldados pelo conjunto de condições políticas e oportunidades únicas no contexto nacional o qual eles estão inseridos<sup>100</sup>. A inserção do Brasil no projeto de romanização é a oportunidade política para a criação dos primeiros movimentos católicos de leigos. É a oportunidade também para a inserção dos leigos enquanto “mão-de-obra” a serviço da hierarquia. É também a oportunidade de inserção da Igreja, entre as décadas de vinte e trinta, no cenário político com uma força renovada.

Para tanto, a hierarquia conta com uma estrutura<sup>101</sup> de mobilização renovada no início do século: novos investimentos estrangeiros através do Vaticano (para a criação dos já mencionados seminários, igrejas, paróquias e santuários) e uma formação dos padres melhor formulada com o objetivo de formar pensadores diplomados<sup>102</sup>. Um novo tipo de relacionamento com o Vaticano, um relacionamento que apesar de ser verticalizado permitiu a ICAR no Brasil uma espécie de “renascimento” dentro do projeto ultramontano e o estabelecimento de uma política interna de romanização.

Em um segundo momento, na década de trinta, após a Revolução e com a retomada de um certo prestígio e importância política da Igreja ratificada na Constituição de 1937,

---

<sup>99</sup> *Idem.*

<sup>100</sup> McADAM, Doug; McARTHY, John D.; MAYER, N. *Zald. Op. Cit.* p. 2-3.

<sup>101</sup> E aqui a palavra *estrutura* leva o significado de *estrutura de mobilização*, ou seja, os vínculos coletivos formais ou individuais através das quais as pessoas se mobilizam.

<sup>102</sup> Lembremos que era muito comum no século XIX que os padres tivessem uma educação “deficiente” para o seu posto e para as exigências da função: alguns padres eram semi-analfabetos, devido ao patriarcado não estudavam além do exigido para realizar o serviço público, sabiam o significado do latim da missa apenas e freqüentemente haviam denúncias de padres que tinham descendentes.

mais uma estrutura de mobilização da Igreja é colocada em funcionamento. Após anos de discussão sobre a sua adaptação em território nacional, a hierarquia brasileira adota, a pedido do Papa Pio XI a AC. A base desta instituição vem do modelo italiano, incluindo suas regras, mas a sua adoção também faz parte do projeto ultramontano. A AC é não só um instrumento importante de inserção do trabalho apostólico leigo na ICAR. É uma estrutura a serviço da hierarquia. É uma instituição de elite, onde os seus membros e dirigentes prestam juramento de lealdade ao Papa e aos Bispos. Onde só católicos convidados entram, como veremos através do estudo dos Estatutos da ACB mais adiante.

Seu marco referencial, portanto, é o projeto ultramontano da ICAR. O ideal proposto para os novos movimentos leigos era baseado em uma renovação teológica que já vinha sendo realizada na Europa e foi “copiada” ou “trazida” para o Brasil. Esta nova teologia trazia uma mudança no papel do leigo e da Igreja em um mundo cada vez mais dessacralizado (proposta esta não perfeitamente definida, mas que trazia um caráter antiliberal e anticomunista). Segundo alguns jecistas, a ACB trazia até uma mudança da imagem de Deus frente ao homem<sup>103</sup>. A estratégia da Igreja era a reconquista do poder político com o tempo através da consolidação da importância da Igreja e do uso dos leigos a serviço da hierarquia. Era uma estratégia em longo prazo, mas que deu bons resultados, apesar dos problemas financeiros da CNBB e das arquidioceses não serem superados, nem na fase de maior crescimento da Igreja, na década de cinquenta do século XX.

## 2.2 A ACB Geral e a ACB Especializada

---

<sup>103</sup> Em entrevista editada no livro de PAIVA, Vanilda (Org.). *Catolicismo, Educação e Ciência*. São Paulo: Edições Loyola, 1991, Herbert de Sousa declara que, na sua passagem pela JEC, um dos pontos mais fortes para a sua permanência no movimento era a espécie de relação que ele tinha com Deus e com a hierarquia. Neste ponto, tudo era uma novidade para os católicos brasileiros. E apesar do sentimento de culpa pelos pecados que perseguia os fieis também naquela época, a pessoa de Jesus Cristo trazida como um **exemplo** para os jovens adolescentes das décadas de cinquenta e sessenta era muito positivo. Segundo Herbert de Souza, “tudo na JEC era positivo. Deus, por exemplo, era Jesus Cristo. Para o Frei Mateus, Jesus era uma pessoa espetacular, era um homem forte” (p. 192). Havia, portanto uma dissociação da imagem de Deus apenas na figura do Pai Todo-Poderoso e punitivo, para outras figuras sagradas também, como Jesus, o Espírito Santo e a Virgem Maria.

Segundo Carvalheira<sup>104</sup> podemos dividir a história da ACB em duas partes fundamentais: antes e depois da “especialização no meio”. Mas antes, devemos falar sobre o que é a AC.

Neste trabalho especificamente, onde propomos trabalhar com o momento em que as lideranças leigas realizam um “movimento oposto” ao movimento de romanização, fomos obrigados a trabalhar com um corte temporal estrito, deixando de fora ou apenas fazendo uma breve menção ao período da história da JEC que vai de 1930 a 1949. Isto porque neste período a ICAR adota como modelo para a ACB o “modelo italiano” de AC. A AC se estruturava até então em quatro ramos, como o modelo de AC belga e francês, da seguinte maneira: na Juventude Feminina Católica (JFC), para as moças; na Juventude Católica Brasileira (contendo setores do operariado, estudantes e universitários) para os moços; nos Homens da AC, para os adultos; e a Liga Feminina Católica, para as mulheres adultas.

Tais divisões evoluirão para uma divisão mais especializada dos ramos, não só por sexo, mas pelo meio também, como no modelo francês e belga, principalmente a partir da década de 1950, havendo espaço também para outras manifestações de leigos como a LEC (Liga Eleitoral Católica) que terá grande importância política até a Constituição de 1984. A LEC era responsável por listar os candidatos a cargo político como sendo favoráveis ou não a ICB. O candidato que não fosse favorável por algum motivo à doutrina católica não deveria receber votos por parte dos católicos.

Nas palavras do Papa Pio XI, a AC é uma resposta às ideologias vigentes em fins do século XIX e início do XX (como o Liberalismo, Capitalismo, Comunismo, e os totalitarismos de direita) que ameaçavam a influência da fé na vida das pessoas. Ou seja, é a “participação dos leigos no apostolado hierárquico”.<sup>105</sup> Os leigos, colocando-se “a serviço” da hierarquia eclesiástica, ajudam esta a cumprir integralmente o seu apostolado.

Portanto, toda a iniciativa de trabalho realizado pelo leigo a mando da hierarquia entrava no conceito de “ação católica”. O caso é que este serviço se institucionalizou criando departamento próprio (e que ainda existe em muitos países, não é o caso do Brasil)

---

<sup>104</sup> CARVALHEIRA, Dom Marcelo Pinto, PB. *Momentos Históricos e Desdobramentos da Ação Católica Brasileira*. In: *Revista Eclesiástica brasileira*, vol. 43, fasc. 169. SP: 1983. p. 10.

<sup>105</sup> *Idem*, p. 11.

nos bispados e secretarias diocesanas, nacionais e regionais. O nome “ação católica” no início do século passado, tornou-se o conceito então de uma instituição para leigos que queriam servir à Igreja, e que era organizado por departamentos. Bem, esta iniciativa na década de trinta veio acompanhada por uma expansão da AC graças ao trabalho de “missionários”, como Christine de Hemptine, uma belga que dirigira cursos de formação sobre AC no Rio. Em Recife, Dom João Batista Portocarrero implanta uma matriz da AC desde 1928, que ganha impulso com a expansão da AC a partir de 1932 no país.

Tal idéia de “apostolado no meio” é a essência da AC desde o início, criado na Europa da década de 1920 do século XX por Cardjin que “pensou que só os jovens operários, feitos apóstolos, haviam de realizar esta tarefa”<sup>106</sup> onde trabalhavam, a fim de restituir a Cristo a sociedade operária.

No Documento da I Semana de Estudos da AC em Porto Alegre<sup>107</sup>, ficou claro que os bispos e sacerdotes da capital optaram pelo mesmo modelo implantado nacionalmente, mas abrindo uma possibilidade de experimentação quanto à especialização do meio. Além disso, fica patente que há um “atrelamento” do apostolado/magistério leigo à hierarquia eclesiástica, ficando claro que a missão dos leigos “consiste numa autorização especial por parte da Jerarquia... para, em nome deles e sob sua direção e responsabilidade, exercerem algum apostolado”.<sup>108</sup> Ou seja, ao menos no começo, apesar da AC ser de qualquer forma um movimento progressista, que dá ao leigo uma liberdade de ação, mesmo que com “ajuda” da hierarquia, no sul fica patente que as ações serão controladas por esta. Este será um dos futuros fatores pelos quais será impossível na década de sessenta, sustentar um movimento como a JEC.

Logo, até a criação e manutenção a partir da década de 1950 de uma estrutura nacional, podemos dizer que a ACB era uma experiência que tinha diversas experiências pelo país. E apesar do modelo a ser adotado em todo o Brasil ser o italiano, no sul, em

---

<sup>106</sup> *Idem*, p. 269. Aqui, nós devemos levar em conta não a quantidade de pessoas que o movimento operário de Cardjin conseguiu engajar, mas a sua idéia revolucionária, que, dando certo na prática, incentivou outros movimentos de maneira a criar um apostolado eficiente e um método próprio usado até hoje (Ver-Julgar-Agir).

<sup>107</sup> *Primeira Semana de Estudos da Ação Católica do clero da Arquidiocese de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tipografia do Centro S/A, 1940.

<sup>108</sup> *Idem*, p. 69.

Porto Alegre, a hierarquia já trabalhava com a idéia de uma AC mais parecido com o francês e belga, considerados mais revolucionários. Enquanto isso, no nordeste, antes de qualquer estruturação prévia, já era implantada a JECF nos colégios católicos através da coordenação inicial de religiosas e depois dos próprios leigos formados no movimento com o passar dos anos. Isto torna difícil falarmos em *uma ACB* neste período, o que determinou em parte nossa escolha de recorte temporal.

Já a ACB Especializada (que veremos em detalhes logo em seguida) é a fase de adaptação da iniciativa da AC no mundo onde se parte para uma experiência (que se tornará a mais adotada) ou tendência de dividir as pessoas no serviço do apostolado não mais por sexo e idade (o que ocasiona atritos e não muita motivação pessoal até pelo fato da colocação na mesma turma de pessoas classes diametralmente opostas) mas sim por interesse em um meio onde atuam. Assim, as juventudes (maior parcela da AC no mundo) podiam ser divididas em Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Operária, Juventude Universitária e independente, e dentro destas, uma divisão por sexo (JEC Masculina, JEC Feminina, por exemplo).

Como novidade trazida por esta iniciativa vemos a utilização de um método próprio (o VER-JULGAR-AGIR, que se trata de três etapas para resolução de problemas ou pontos de partida para início de um plano onde o VER é a etapa em que se dá um “olhar cristão” ao objeto. O JULGAR trata-se da formulação de um pensamento que pressupõe um “julgar o VER” de forma a se aproximar do julgamento de Cristo à luz do evangelho. E o AGIR é o resultado do JULGAR, ou seja, tendo todas as informações acima, como Jesus agiria) e do estabelecimento de núcleos especializados de operários, estudantes secundaristas e universitários graças a ajuda de padres canadenses, em 1942<sup>109</sup>.

É em 1947 que se cria um Secretariado Nacional da AC, responsável por diversas divisões da ACB, com o apoio dos bispos. Em 1950 a organização da AC pelos meios sociais são tornadas experiências por todo o país e em 1954, o episcopado do país as aprova, consagrando um modelo que durará e evoluirá até a década seguinte. A arquidiocese de Porto Alegre ainda terá grande participação na ACB, dando à instituição

---

<sup>109</sup> *Idem*, p. 18.

sua contribuição através de seus bispos, assistentes e jovens de vários movimentos, inclusive a JEC.

A AC, como vimos, foi criada no final do século XIX e teve sua adoção em vários países no início do XX através da iniciativa pioneira de Pio XI. Criado em função da necessidade de afastar as pessoas do caminho das ideologias políticas, a AC será sempre anticomunista, antitotalitarista e até anticapitalista, apesar de muitas vezes enxergarmos as ações da hierarquia como muito próximas das da elite dominante. Encontramos em Charbonneau uma posição católica diante do socialismo, onde: “O socialismo... se é verdadeiro socialismo... não pode conciliar-se com a doutrina católica, pois concebe a sociedade de modo completamente avesso à verdade cristã”.<sup>110</sup> Da mesma forma, por se tratar uma “ideologia” que trata a religião como “ópio do povo” e dirige o povo ao “ateísmo”, não pode ser o comunismo um exemplo para a Igreja Católica e para a religião cristã<sup>111</sup>.

Na chamada *fase da ACB Geral* (de 1933 a 1950) alguns movimentos já demonstravam uma grande evolução e crescimento no número de membros e de organização. Em outubro de 1946, em um documento endereçado à hierarquia da Coordenação Nacional da ACB<sup>112</sup> a Seção Masculina da JUC através do seu secretariado nacional apresenta um relatório de suas atividades no ano de 1946 no período de maio a outubro do mesmo ano. O documento relata o início das atividades da JUC, ressaltando os objetivos da JUC enquanto “braço” da Ação Católica nas universidades. Este secretariado, a pedido da hierarquia, relata ainda as suas dificuldades de apostolado e dá sugestões para a melhoria dos seus serviços. Mas o que surpreende mesmo no relatório são as intenções de difusão do movimento, pois elas realmente acabaram se concretizando. A tal ponto que a JUC teve grande importância política graças a sua presença na política estudantil da década de sessenta e fim dos cinquenta: “No plano nacional pretende-se intensificar a articulação entre os diversos centros diocesanos, estando programada uma semana de Estudos para

---

<sup>110</sup> CHARBONNEAU, Paul-Eugène. *Cristianismo, sociedade e revolução*, 2ª ed. São Paulo, Editora Hérder, 1967. p. 230.

<sup>111</sup> *Idem*, p. 1-100.

<sup>112</sup> SEÇÃO MASCULINA DA JUVENTUDE UNIVERSITÁRIA CATÓLICA (JUC), *Relatório das Atividades da Juventude Universitária Católica (maio a outubro de 1946)*. Rio de Janeiro: mimeo, 1946.

fevereiro próximo, na colônia de férias da J.U.C. de São Paulo: espera-se assim tornar a J.U.C. um movimento nacional com grande influência dentro e fora dos meios universitários”.<sup>113</sup>

### 2.3 A Reforma dos Estatutos da ACB de 1946

Desde a adoção da ACB no início da década de trinta do século XX no Brasil como principal movimento de organização do laicato como apóstolo a serviço da hierarquia, os bispos sempre tiveram papel central na sua adoção e desenvolvimento.

Simplesmente os bispos decidiam se dariam apoio ou não ao movimento e se iriam adota-la ou não, de qual maneira, quando, etc. Isso explica muitos aspectos do sucesso ou fracasso da ACB em certas áreas como o Norte e Centro-Oeste Brasileiro, onde os bispos estavam menos preocupados com a inserção de leigos no serviço do apostolado e mais preocupados com a falta de vocações e recursos, e o sucesso da ACB em regiões como a Sul, Sudeste e Nordeste, onde alguns bispos que haviam entrado em contato com a idéia de Ação Católica já em 1916, como Dom Leme, que viajou para o Vaticano nesta época e conheceu de lá o modelo italiano.

Na Arquidiocese de Porto Alegre, por exemplo, os bispos já pensavam na adoção da AC no início da década de vinte, ainda que a adoção oficial da AC datasse de 1933 apenas, com o primeiro núcleo constituído na Igreja que cedeu lugar à atual Catedral Metropolitana<sup>114</sup>.

Em 1946, a Comissão Episcopal da ACB, tendo conhecimento dos resultados das atividades da AC por todo o país e chegando ao conhecimento da ACB de outros tipos de

---

<sup>113</sup> *Idem*, p. 7.

<sup>114</sup> ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE. *Primeira Semana de Estudos da Ação Católica do clero da Arquidiocese de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tipografia do Centro S/A, 1940.

Ação Católica que ocorriam no mundo, a Comissão redigiu novos estatutos, aprovados neste ano.

Basicamente os Estatutos conservavam os Quatro ramos fundamentais da ACB:

1. Homens da Ação Católica (H.A.C.)
2. Senhoras da Ação Católica (S.A.C.)
3. Juventude Masculina Católica (J.M.C.), contendo as “especializações” JEC, JOC, JUC
4. Juventude Feminina Católica (J.F.C.), contendo as “especializações” JEFC, JOCF E JUCF.

Mas a maior inovação dos estatutos era a criação de oito departamentos nacionais destinados a cuidar de problemas apostólicos<sup>115</sup>:

1. Departamento Nacional de Vocações Sacerdotais;
2. de Ensino de Religião;
3. de Educação e Cultura;
4. de Ação Social;
5. de Imprensa, Rádio e Informações;
6. de Defesa da Fé e da Moral;
7. de Cinema e Teatro;
8. de Orientação Política.

---

<sup>115</sup> MIELE, Pe. Bernardo. *A Ação Católica no Brasil – traços históricos*. São Paulo:mimeo, 1960, p. 9. Este texto produzido pelo Pe. Bernardo visava a uma reflexão das ações da ACB até então. Mesmo tendo sido produzido para a leitura da Secretaria da ACB em São Paulo, trata da história não apenas desta região, mas do Brasil inteiro onde a ACB estava presente.

Houve sugestão de adoção destes departamentos também em nível regional. A novidade dos departamentos “integrados por elementos capazes de todos os ramos” <sup>116</sup> segundo o Pe. Bernardo Miele, estava no ataque aos grandes problemas apostólicos do catolicismo de forma planejada e em longo prazo.

Após a adoção dos Estatutos,

continuou ... o trabalho de fundação e consolidação da A.C. nas dioceses. Sucederam-se também muitas Semanas ou Tríduos de Estudos. Algumas de informação sobre a A.C.... realizaram-se também as Semanas Nacionais para toda a A.C.B. e para Assistentes<sup>117</sup>.

O clero brasileiro foi convidado a adotar a ACB de forma coordenada em nível nacional a partir de então. Os eventos em nível nacional e regional como os acima citados tinham a função de propagandear a ACB e inteirar os religiosos interessados do conceito do movimento e sua natureza, da mesma forma com os leigos.

Após quatro anos de propaganda por todo o país a coordenação das secretarias de todas as regiões onde a ACB estivesse presente entenderam que pela característica do Brasil, a melhor organização da instituição seria a divisão dos quatro ramos por meios.

Prova disso era o sucesso parcial de certos ramos, principalmente os de jovens, e o insucesso do ramo dos adultos. Segundo Miele,

os estatutos de 1946 ainda não atendiam suficientemente o campo de ação. Tentaram-se experiências no meio rural que levaram à formação de grupos de JAC (Juventude Agrária Católica), na Paróquia de Santa Maria Madalena (Diocese de Campos). As organizações estudantis secundárias (JEC e JECF) firmavam-se por toda a parte. A JOC e a JOCF prosperavam. Iniciavam-se grupos de adultos operários (LOC e LOCF). JUC e JUCF também se espalhavam com bons resultados; e paralelamente iam surgindo grupos de LUC para adultos<sup>118</sup>.

---

<sup>116</sup> *Idem.*

<sup>117</sup> *Idem.*

<sup>118</sup> *Idem*, p. 10.

Os problemas de adaptação da ACB para a realidade brasileira foram trazidos na QUARTA SEMANA NACIONAL DA A.C.B., no Rio de Janeiro, em julho de 1950. A decisão tomada nas reuniões foi o de enfrentar o problema da evangelização aplicando a “especialização”, enfrentando cinco mundos, ou cinco meios bem distintos uns dos outros, muito embora entrosados e interdependentes: 1º Meio RURAL; 2º Meio ESTUDANTIL (secundarista); 3º Meio INDEPENDENTE; 4º Meio OPERÁRIO; 5º Meio UNIVERSITÁRIO”.<sup>119</sup>

Ainda segundo Miele, a adoção dos novos estatutos, assim como tudo o que era relativo a ACB, seria livre de acordo com cada diocese e da decisão de cada bispo. Mas para esta adaptação, os novos estatutos teriam de ser mais específicos quanto à organização do movimento.

#### 2.4. A reforma dos estatutos da ACB em 1950 e suas conseqüências para o movimento

A partir de agora veremos que, pelo estudo dos estatutos da ACB, este movimento se inseria perfeitamente dentro do processo de romanização e interesse da hierarquia brasileira para um apostolado leigo submisso a hierarquia. Aos leigos cabia o papel de suprir a falta da presença da hierarquia nas mais diversas áreas de atuação humana.

O “Estatuto da Especialização” legalizava e oficializava o *modus operandi* da ACB, e, nesta, a JECF e JECM. Paradoxalmente, é esta mesma reforma que dará mais liberdade de ação aos leigos, liberdade esta que permitirá à JEC, JOC e JUC, principalmente, a se desviarem significativamente do que a hierarquia estabelecia nos mesmos estatutos, como veremos.

---

<sup>119</sup> *Idem.*

Os cristãos católicos eram convidados, dentro da ACB, a conhecer melhor a doutrina católica, sua teologia<sup>120</sup>, sua organização, sua “mística” e ser exemplo dela no mundo. Com isto, se esperava que o número de católicos aumentasse já que os próprios leigos seriam os “propagandistas” da fé e que a ICB recuperasse o seu espaço no mundo descristianizado, terceiro-mundista e subdesenvolvido do Brasil. Era a primeira vez, pelo menos no Brasil, em que a Igreja Católica apostava tão alto no trabalho leigo. Principalmente na época da Igreja Primitiva do século I e II o serviço do leigo esteve no mesmo nível do apostolado hierárquico. Mas desde que o cristianismo se tornou a religião oficial de Roma e depois do ocidente isto se perdeu.

A ACB, de onde a JEC e JECF eram um ramo, publicaram em 1950 seus estatutos em nível nacional<sup>121</sup>. Tais estatutos eram uma reforma dos estatutos de 1946 e traziam como novidade principal à *especialização no meio de apostolado*. Tal especialização consistia na divisão da ACB não mais em 4 ramos, mas uma divisão mais ampla da ACB para que a Igreja Católica atingisse uma maior número possível de “meios de atuação”. Boa parte da decisão tomada pela hierarquia deveu-se ao sucesso registrado nos estados e países no mundo que adotaram tal modelo, muito parecido com o modelo francês e belga.

É importante dizer ainda que desde a criação da CNBB (**Comissão Nacional dos Bispos do Brasil**) e da criação do Secretariado do Apostolado Leigo dentro da CNBB, a ACB deixou de ser um movimento independente dentro da ICB e passou a integrar e responder através de seus movimentos diretamente à Hierarquia Brasileira e à Comissão Episcopal da ACB através de Coordenações Nacionais de seus Movimentos de Juventude, como a JECF e JEC<sup>122</sup>. Também é importante dizer que a partir de então os movimentos da juventude da ACB terão um financiamento para ações em nível nacional e passarão a ter um crescimento espetacular, como veremos.

---

<sup>120</sup> Como *teologia* a ser conhecida pelo leigo consideramos o estudo da filosofia ligada a Deus e às religiões.

<sup>121</sup> SECRETARIADO NACIONAL DA ACB. *Ação Católica Brasileira – Estatutos- Regulamento Geral – Regulamentos Especializados*. Rio de Janeiro: Livraria DOM BÔSCO, 1956.

<sup>122</sup> Segundo o Art. 2 dos Estatutos da ACB, a “A.C.B integra o Secretariado Nacional de Apostolados dos Leigos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil como organismo distinto e irmão dos organismos constituídos pelas Associações Religiosas”, p. 5.

Segundo os Estatutos, a ACB visa a “a) como fim último: dilatar e consolidar o reino de Jesus Cristo... b) como fim próximo: ao apostolado dos católicos e à formação que êste apostolado reclama.”<sup>123</sup>. Temos aqui uma proposta de trabalho aos leigos que envolve dois problemas: a sua formação como objetivo próximo (e nisso o estudo, os retiros e outras atividades como cursos, etc) e o apostolado no meio em que este leigo apóstolo exerce alguma atividade.

Quanto à organização, a principal mudança ao modelo anterior é a adoção da especialização nas quatro divisões principais da ACB. No estatuto estabelecia-se que

São organizações fundamentais da A.C.B:

- a) Homens da Ação Católica (H.A.C.) para maiores de 30 anos e casados de qualquer idade: conjunto das especializações: Liga Agrária Católica (L.A.C.), Liga Independente Católica (L.I.C.) Liga Operária Católica (L.O.C.) e Liga Universitária Católica (L.U.C.), setores autônomos em seus respectivos campos;
- b) Liga Feminina de Ação Católica (L.F.A.C.) para maiores de 30 anos e casadas de qualquer idade, admitindo a dupla secção de casadas e solteiras: conjunto das especializações . Liga Agrária Católica Feminina (L.A.C.F.), Liga Independente Católica Feminina (L.I.C.F.), Liga Operária Católica Feminina (L.O.C.F.) e Liga Universitária Católica Feminina (L.U.C.F.), setores autônomos em seus respectivos campos;
- c) Juventude Masculina Católica (J.M.C.), para moços de 15 a 30 anos, conjunto das especializações: Juventude Agrária Católica (J.A.C.); **Juventude Estudantil Católica (J.E.C.)**; Juventude Independente Católica (J.I.C.); Juventude Operária Católica (J.O.C.), Juventude Universitária Católica (J.U.C.), setores autônomos em seus respectivos campos;
- d) Juventude Feminina Católica (J.F.C.), para moças de 15 a 30 anos, conjunto das especializações: Juventude Agrária Católica Feminina (J.A.C.F.); **Juventude Estudantil Católica Feminina (J.E.C.F.)**; Juventude Independente Católica Feminina (J.I.C.F.); Juventude Operária Católica Feminina

---

<sup>123</sup> *Idem.*

(J.O.C.F.), Juventude Universitária Católica Feminina (J.U.C.F), setores autônomos em seus respectivos campos.<sup>124</sup>

O novo estatuto, portanto divide todas as faixas etárias da ACB pelo meio de atuação dos leigos, aumentando os campos de apostolado e a possibilidade de sucesso de apostolado. A partir de então a ACB e principalmente a JECF e JEC experimentarão uma fase de sucesso e aumento no número de participantes leigos nunca visto antes pela ICB.

Boa parte desse sucesso se devia a estrutura de apoio que respaldava as ações das equipes nacionais, federativas (ou regionais) e diocesanas da JEC. Estas equipes participavam de ações de nível nacional propostas pelo Secretariado Nacional da ACB e também dos planos de estudo e ação propostos e discutidos anualmente pelas equipes já citadas em um conselho nacional que se realizava no fim de ano e que estabelecia diretrizes nacionais para o ano próximo.

No que se refere à JEC, dividia-a em duas seções: a JECM (JEC Masculina) e JECF (JEC Feminina) devido ao caráter “psicológico” do adolescente, e para facilitar o trabalho de coordenação e aconselhamento dos Conselheiros e Assistentes.

O Regulamento para a JEC dentro do Estatuto da ACB de 1950 nos diz que o trabalho da JEC visava a “restaurar o Reino de Deus no meio estudantil, isto é, a ajudar os estudantes a compreenderem e a viverem intensamente seu dever de estado”<sup>125</sup>.

Estabelecia ainda três categorias de membros : **jecistas** (estudantes que iniciaram no movimento e começam a aprender a sua linha de ação e começam a seguir a sua orientação), os **militantes** (“jecistas que tomaram consciência de sua responsabilidade cristã, despertaram para os problemas de seu meio e aí exercem influência”<sup>126</sup>) e os **dirigentes** (“militantes que assumem cargo de direção nos planos colegial, e (Arqui) Diocesano, Regional e Nacional”<sup>127</sup>). Estas divisões também funcionavam como distinção no serviço de apostolado, já que os **jecistas**, que eram os mais novos no movimento,

---

<sup>124</sup> *Idem*, p. 7-8. Os destaques em negrito foram realizados por mim.

<sup>125</sup> *Idem*, p. 31.

<sup>126</sup> *Idem*.

<sup>127</sup> *Idem*.

geralmente passavam por um estágio obrigatório de um ano e não participavam das maiores “ações” como organização de eventos, retiros, etc.

O Estatuto ainda detalhava como deveria ser a “captação” ou “conquista” de novos membros para o movimento:

... pelo trabalho pessoal do militante que tem influência sobre ele.. pela sua participação nas atividades do movimento... pelo apôio e orientação contínua do militante, do Assistente, do Adjunto ou Adjunta, levando-o a conhecer o movimento e a tomar posição diante dele.<sup>128</sup>

Como o movimento se destinava a ser praticamente um elo de passagem entre a formação básica brasileira para a faculdade, ou seja, destinava-se a líderes de elite, católicos, que possivelmente fariam a faculdade, os próprios redatores do movimento estipularam os tipos de atividades que deveriam ocorrer de acordo com o engajamento de seus membros. Esperava-se assim que os membros engajados do movimento participassem e realizassem “**reuniões de militantes**” (onde os militantes trariam seus problemas pessoais e de grupo e aplicaria o método próprio da ACB, o VER-JULGAR-AGIR, procurando sempre uma resposta cristã aos seus questionamentos). Nas “assembléias”, os jecistas procuravam difundir no meio estudantil (incluindo aí os estudantes convidados a participarem do movimento) os assuntos dos programas (já discutidos anteriormente nas reuniões de militantes através de círculos de estudos) mensais. As “campanhas” são “atividades transitórias que visavam a transformar sucessivamente determinados aspectos da mentalidade estudantil”<sup>129</sup>. Os “retiros, manhãs ou tardes de formação” e os “acampamentos cristãos” visavam complementar a formação espiritual e o caráter apostólico da ação jecista. Os “cursos” são aulas que completam a formação dos militantes, geralmente dados sob a supervisão de religiosos ou adultos<sup>130</sup>.

Complementada com as reuniões e assembléias em níveis nacional, regional (ou federal), (arqui) diocesana e paroquial, este era todo o envolvimento que se esperava de um membro da JEC. Através desta proposta, a hierarquia pretendia envolver o jecista em um

---

<sup>128</sup> *Idem*, p. 32.

<sup>129</sup> *Idem*, p. 33.

<sup>130</sup> *Idem*, p. 32-33.

conjunto de formação e apostolado que o ligasse a doutrina católica e a proposta da ACB de criação de líderes altamente qualificados para o serviço de apostolado. Os próprios jecistas tinham a liberdade nestes eventos de cria-los, arrumar meios de financia-los, estruturá-los, lhes dar significado, elaborar seus temas, etc. Aparentemente, isto dava um caráter de responsabilidade e liberdade, novamente, de ação. No entanto, simplesmente por se tratar de algo já previsto pela hierarquia, por estar dentro dos planos de ação, não era uma atividade totalmente livre ou nova. Por isso, quando os jecistas passaram, a partir de 1958, a propor novas atividades, novas orientações, muitas críticas foram feitas por parte da hierarquia que parecia temerosa sobre o futuro do movimento em relação a sua adequação estatutária. Preocupações que se revelaram fundadas.

Mas foi a própria **organização** do movimento estabelecida nos Estatutos de 1950 que possibilitaram a difusão de novas idéias contrárias à hierarquia e que determinaram o “fim” do movimento em caráter nacional em 1966.

No artigo 12º ao 22º do Regulamento da Juventude Estudantil Católica do Estatuto da ACB estabelecia-se essa organização em cinco planos: **organização nacional, regional, (arqui) diocesana, paroquial e colegial.**

No plano **nacional** a JEC era dirigida por uma *Equipe de Direção* e um *Conselho*. A Equipe de Direção

se compõe de um ou mais Assistentes, presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e encarregado de serviços, que funcionam também como propagandistas permanentes ou não. O Conselho é formado pelo Assistente, presidente e vice-presidente de cada Confederação Regional (da JEC)<sup>131</sup>.

Os membros desta equipe de direção nacional da JEC eram indicados pelos próprios Assistentes Nacionais e pelos jovens, o que possibilitou muitas vezes uma continuação das idéias e de trabalhos dos anos anteriores, e outras vezes não.

No plano **regional** a JEC era dirigida por uma Equipe de Direção e um Conselho que funcionavam nas mesmas bases da Equipe e Conselho Nacional. Da mesma forma repete-se

---

<sup>131</sup> *Idem*, p. 34.

a organização nos planos (arqui) **diocesano** e **paroquial**. A organização nos colégios já foi detalhada acima.

Outro fator importante de desenvolvimento dos movimentos da ACB estava discriminado no seu estatuto: o financiamento do movimento. Pela primeira vez na história da ICB um movimento de leigos tinha um plano de financiamento e custeio de suas atividades, revelando uma impressionante organização e a intenção da hierarquia em mantê-lo por tempo indeterminado.

No plano nacional e regional, a JEC deveria se manter

pelas contribuições dos Centros Diocesanos... por outras contribuições mencionadas no art. 28º do Estatuto da Ação Católica (este artigo menciona que o Secretariado Nacional da Ação Católica, com consentimento da CNBB, se mantém com parte da quota anual que cada Circunscrição Eclesiástica remete para o Secretariado Geral da mesma)... por doações de pessoas ou sociedades de direito público ou privado<sup>132</sup>.

Além disso, a própria CNBB reservava em seu edifício no Rio de Janeiro salas reservadas a ACB e financiava as publicações da JEC e de outros movimentos, publicações que eram compradas pelos membros da JEC, além de garantir salário a membros da Equipe Nacional, que eram chamados de “liberados”. Enfim, era um movimento com um sistema complexo de financiamento que funcionava. Prova disso é a existência de publicações (das quais veremos algumas a seguir) e o trabalho dos “liberados” realizados desde então até 1966 e o crescimento do movimento desde então.

No plano diocesano a JEC se mantinha “pelas contribuições das secções colegiais... por outras contribuições mencionadas no art. 29º dos Estatutos da A.C.B.... por doações de pessoas ou sociedades de direito público ou privado... pelo fruto das tarefas a que se dedicar com finalidade de obter numerário... da mensalidade dos membros das Secções colegiais deverá ser subtraída a contribuição para as equipes diocesanas”<sup>133</sup>.

---

<sup>132</sup> *Idem*, p. 36. A frase dentro do parêntese não é original e foi feita por mim a fim de facilitar a compreensão das pessoas que não teriam como acessar o art. 28º dos estatutos.

<sup>133</sup> *Idem*, p. 37.

No plano colegial, era cobrada uma mensalidade dos seus membros para a manutenção da mesma e da Secção Diocesana.

Mas qual o resultado desta renovação de Estatutos de 1950?

Em um estudo realizado a pedido da Arquidiocese de São Paulo sobre a história da Ação Católica até o ano de 1960<sup>134</sup>, Pe. Miele atesta os benefícios trazidos pela especialização do meio, a partir dos novos Estatutos de 1950:

A QUINTA SEMANA NACIONAL DA A.C.B., realizada no Recife, de 11 a 16 de julho de 1951, veio bem provar o rumo certo adotado em 1950. Praticamente todas as dioceses que tinham Ação Católica adotaram os Estatutos e as experiências de “especialização intensiva” eram bem sucedidas...<sup>135</sup>.

No entanto, alguns movimentos ressentiam-se de um objetivo claro e na definição por meios especializados, acabaram prejudicados. Assim

JAC e JUC davam mais certo como movimentos mistos, não separando o movimento em dois: masculino e feminino. A JIC masculina, salvo raríssimas exceções, não existia e parecia inadequada ao Brasil, pois os elementos que poderiam formá-la encontravam-se integrados em JUC ou nos movimentos apostólicos de juventude fora dos quadros da Ação Católica Especializada (A.C.E.)<sup>136</sup>.

O grande problema da A.C.B., segundo o Pe. Miele, estava nos meios rural e independente. No primeiro, a natureza da atividade agrária impedia um maior envolvimento, principalmente dos adultos, com a A.C.B. Já o segundo tinha o problema de definição do meio: o meio independente era simplesmente o resto. A sobra de pessoas que não se encaixasse nas outras quatro definições de meio (estudantil, universitário, agrário e operário) se encaixariam automaticamente no meio independente. O problema é que havia uma falta de identificação entre os membros do meio independente que impossibilitaramos de crescer como o meio estudantil, universitário e operário. O Pe. Miele ainda nos aponta um problema que se agravaria com o tempo e que surge em benefício da JUC: a

---

<sup>134</sup> MIELE, Op. Cit.

<sup>135</sup> *Idem*, p. 11.

<sup>136</sup> *Idem*.

separação por meios liberou os jovens membros da ACB a se reunirem por interesses mútuos, o que fomentou discussões que saíram da órbita da ACB e levou alguns dirigentes nacionais como os da JUC a ações tão radicais quanto à criação da AP – Ação Popular.

Após a criação dos Estatutos de 1950 algumas correções foram feitas e muito do que fora proposto foi discutido entre a hierarquia e especialistas. Parte destas discussões encontra-se na *Revista Eclesiástica Brasileira*<sup>137</sup> (revista criada em 1941, principal órgão teológico-pastoral do clero até então) nas suas edições de época, em cartas, apreciações, relatórios internos, orientações da ACB, etc. Fórum de discussão da hierarquia, a revista tratou mais de uma vez do assunto “ACB”, do início ao seu fim, e ainda carece de um estudo apropriado a seu respeito.

Em um artigo de 1952, Sartori<sup>138</sup> tenta ampliar a perspectiva do que pode se esperar da ACB apresentando outros exemplos de funcionamento da AC pelo mundo, trazendo principalmente os modelos de funcionamento da AC na França, na Bélgica, nos Estados Unidos, na Argentina, Inglaterra, na Austrália e Canadá<sup>139</sup>, e propondo uma otimização da proposta de especialização dos estatutos de 1950 em torno de três “frentes”, onde todos os movimentos “operários e agrários” fariam parte da Frente Operária, os movimentos estudantis e universitários fariam parte da Frente Estudantil e os restantes fariam parte da Frente Independente<sup>140</sup>. Suas sugestões não foram aceitas, apesar de fazerem bastante sentido, mas Sartori em seu texto elabora quatro *causas* constituintes da ACB que a justificam, e que a deveriam embasar, e estar presente em todas as ações de seus membros: a **causa eficiente**, onde “o apostolado legítimo só é aquele causado, nascido da Hierarquia, a única que possui por si e formalmente a missão e o poder de apostolado”<sup>141</sup>; a **causa formal**, que vem “da concessão ao laicato por parte da Hierarquia da participação no *seu* apostolado, ou a concessão do mandato”<sup>142</sup> (grifo meu); a **causa material** “são as Verdades da Fé que devem ser levadas ao conhecimento de todos como matéria necessária para a

---

<sup>137</sup> Atualmente pode-se achar informações detalhadas, o histórico e números antigos da REB no site <http://www.itf.org.br/index.php?pg=revistas2&id=6>.

<sup>138</sup> SARTORI, Pe. *Sugestão de Bases para a A.C.B.* In: Revista Eclesiástica Brasileira, vol.12, fasc. 1, Petrópolis: Editora Vozes, 1952.

<sup>139</sup> *Idem*, p.11-33.

<sup>140</sup> *Idem*, p. 53-63.

<sup>141</sup> *Idem*, p.45.

<sup>142</sup> *Idem*, p. 46.

consecução da propagação do Reino de Cristo”<sup>143</sup>; e a **causa final** que são os fatores que a distinguem de outros movimentos que começam a surgir e a se organizar na Igreja, entre eles o fato da AC ter um *fim geral* e ser “um lugar para a reunião para onde convergem e onde se organizam os católicos de ação” e não ser como as associações com um fim particular e específico que funcionam “como que um eixo fixo em torno do qual gravite o mecanismo de uma organização qualquer”<sup>144</sup>.

Sartori começa a escrever sobre um assunto que será central até o fim da ACB: se a o apostolado leigo é “concedido” pela hierarquia, esta sim digna de fé pelo mandato feito pelo próprio Cristo aos sacerdotes, ou seja, uma permissão de confiança, cabia aos leigos não deturparem esta concessão, se adequando e se formando a sua altura, com a ajuda desta hierarquia. Mas a evolução do movimento mostrará o contrário: a liberdade da ação do apostolado permitirá a muitos leigos “deturparem” este “sentido” de movimento. Como veremos, na JEC, tais causas serão completamente desvirtuadas. E apesar dos interesses dos dirigentes jecistas serem profundamente humanísticos, trairão a teologia e regras impostas desde o início pelos estatutos da ACB desde então.

Em outro artigo da *REB* o Pe. José Fernandes Veloso escreve sobre as *Variedades de Formas e Métodos da Ação Católica*<sup>145</sup>. O texto procura resolver um equívoco que começa a tomar conta do apostolado leigo sobre a AC. Muitas pessoas achavam que a outros movimentos de leigos da época, como os movimentos marianos, não poderiam ser considerados “válidos” por não estarem ligados de uma forma ou de outra á ACB. O termo ação católica, para Veloso, tem dois sentidos: um *sentido estrito* que se refere à instituição AC e um sentido lato, que se refere a qualquer apostolado leigo. O autor ainda propõe que a AC evite “destruir, absorver ou dominar as associações irmãs; todas devem amparar-se e ajudar-se mutuamente”, já que a AC existe para ajudar a hierarquia no propósito de levar a Cristo a todos os lugares, nada mais natural que não houvesse concorrências entre os movimentos. Sobressai nestas palavras a força que já toma a ACB no país: o número de paróquias e dioceses que adotaram-na é tão grande e o movimento estava tão organizado

---

<sup>143</sup> *Idem*, p. 47.

<sup>144</sup> *Idem*, p. 49.

<sup>145</sup> VELOSO, Pe. José Fernandes. *Variedades de Formas e Métodos da Ação Católica*. In: Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 13, fasc. 1, Março de 1953. Petrópolis: Editora Vozes, p.41-62.

que havia o perigo da ACB *suplantar* novas iniciativas e novos movimentos que surgiam. Alguns membros da ACB até começavam a questionar se poderia existir ação católica *fora* da ação católica! Mas de fato havia, prova disso é que a ACB acabou no país e outros movimentos a suplantaram, até mesmo pela pressão da hierarquia, como veremos.

Mas se a ACB era um sucesso de integração do leigo nas atividades pastoral e apostolar, não quer dizer que fosse uma unanimidade entre a hierarquia de que isto fosse algo bom para o futuro da ICAR. Também em artigo publicado na *REB* por ocasião da tese apresentada ao III Congresso Brasileiro de Teologia pelo Cônego Agnelo Rossi, o autor discutia a função do leigo na ACB e os problemas causados por suas ações<sup>146</sup>.

Para Rossi, as atribuições atuais dos leigos estava na colaboração “com a Hierarquia na “difusão dos princípios católicos na vida individual, familiar, e social”... no setor político a A.C.B. defende os princípios e direitos de Deus e da Igreja, através da Liga Eleitoral Católica, seu órgão especializado... podendo seus membros, não como representantes da A.C., mas individualmente, militar nas fileiras partidárias”<sup>147</sup>. Para isso o leigo deveria adquirir uma *formação*, já que os Estatutos da ACB

exigem aos seus quadros: vida moral exemplar e prática dos sacramentos... um estágio obrigatório, com duração de um ano e nunca inferior a 6 meses, com reuniões, ao menos, quinzenais... e que visa formar consciências primorosamente cristãs mediante um adequado conhecimento da doutrina cristã, intensificação da vida interior e adestramento dos futuros membros em eficiente técnica do apostolado<sup>148</sup>.

Entretanto, os leigos, até então, formarão na Igreja uma ordem subordinada, apesar de também serem membros do Corpo Místico da Igreja e cada vez mais conscientes de *serem Igreja*. Mas, para Rossi, há um problema profundo na ICAR por existirem alguns sacerdotes que achavam um excesso ou ingerência a iniciativa dos leigos nas ICAR “como uma ingerência em campo unicamente reservado ao sacerdócio, ou se alarmam com a

---

<sup>146</sup> ROSSI, Cônego Agnelo. *As Atribuições dos Leigos na Atual Ação Católica Brasileira e a Formação que Supõem*. In: Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 13, fasc. 1, Março de 1953. Petrópolis: Editora Vozes, p. 62-73.

<sup>147</sup> *Idem*, p. 63.

<sup>148</sup> *Ibidem*.

sempre mais crescentes atividades dos leigos... uma vez que os leigos... jamais lograrão a formação adequada para as tarefas árduas e delicadas do apostolado”<sup>149</sup>.

Surpreende-me aqui dois pontos do discurso de Rossi: em *primeiro lugar* o ataque a alguns colegas que aparentemente não dão o devido valor ao trabalho dos leigos e nutrem até uma certa desconfiança, afinal é uma defesa sem citar nomes e denota que há um problema grave de acusações que começam a aparecer contra os leigos e em *segundo lugar* o crédito dado aos leigos pelo autor. Se contarmos que no país a ACB tem à época pouco mais de vinte anos, sendo apenas sete destes com uma organização em nível nacional, a instituição é por demais *jovem* para tirarmos quaisquer conclusões. Aliás, Rossi defende os leigos sem saber que cinco anos depois alguns movimentos da ACB agiriam totalmente contrários ao que ele esperava. Rossi aponta um caminho, que não será trilhado no futuro, para que os movimentos da ACB continuem se construindo dentro de uma base de apoio à hierarquia: a *formação de apóstolos*.

Rossi propõe três tipos de formação: a *formação espiritual* (onde o apóstolo deveria se unir cada vez mais a Cristo em seus sacramentos para se aproximar do Mestre) para que a ACB sem essa formação não se torne “um esporte, uma agitação, um tremendo consumo de energias”; uma *formação doutrinária* por que “o apóstolo precisa conhecer a fundo sua religião, da qual será propagandista e defensor” onde “sem crenças sólidas não há ardor da propaganda, coragem, virilidade de caráter e sacrifício” e a *formação técnica*, que é o “complexo dos conhecimentos teóricos e práticos necessários para atuação de determinada forma de apostolado”<sup>150</sup>.

A razão para o otimismo em relação ao trabalho dos leigos e sua força, para Rossi, está na compreensão de que “com o clero diminuto e com as congregações religiosas insuficientes quanto ao número de seus membros, as únicas forças que restam ser aproveitadas, entre nós, são as leigas. Há reservas leigas incalculáveis, e efeitos imprevisíveis. E os leigos serão o que *nós fizermos deles*. Pois, gostava de repetir Pio XI, a

---

<sup>149</sup> *Idem*, p. 64.

<sup>150</sup> *Idem*, p. 67.

sorte da A.C. está nas mãos do Assistente Eclesiástico. Por que não canalizar essa força leiga para tudo que um leigo possa fazer no apostolado?”<sup>151</sup>

Rossi acreditava realmente que os leigos que se dispusessem ao serviço apostolar poderiam ser realmente dirigidos para qualquer ação. Isso transformava as possibilidades de uso do serviço leigo em quase infinitas, já que qualquer pessoa no mundo poderia tornar-se leiga e, assim, estar a serviço da hierarquia. A solução para o contraste entre a falta de mão-de-obra religiosa e a quantidade disponível de leigos, para Rossi, significava que valia a pena apostar na ACB como solução para os problemas apostólicos do país e até quem sabe de outros problemas, como o problema econômico da ICAR. “Sem deixar seu emprego e sua condição civil e social, eles consagrariam algumas horas por dia, ou, no mínimo, por semana, ao apostolado externo de doutrinação e assistência apostólica às populações ou grupos necessitados, dos quais assumiriam certas responsabilidades”.<sup>152</sup>

Além disso, e, mais importante talvez, “manteriam as despesas do seu próprio apostolado, teriam suas reuniões periódicas, retiros especializados, assistência com fornecimento de material catequético e de apostolado, por parte de, pelo menos, um sacerdote da Diocese”.<sup>153</sup> Enfim, seu texto é uma exortação ao acolhimento do trabalho leigo por parte de uma parcela relutante de sacerdotes. Esta parcela continuará existindo, e podemos dizer que na década de sessenta, quando os movimentos de jovens de leigos da ACB, incluindo a JEC, iniciarem uma batalha com a hierarquia por mudanças na AC, esta parcela aumentará e apoiará o fim destes mesmos movimentos. Algumas idéias do Padre Rossi no entanto, foram muito usadas na época e até hoje os leigos são fundamentais no trabalho apostólico, graças ao apoio dado de pessoas como ele.

## 2.5 A Estrutura interna da JEC (1955-1962)

---

<sup>151</sup> *Idem*, p. 68.

<sup>152</sup> *Idem*, p. 69.

<sup>153</sup> *Idem*.

Como dissera na Introdução deste trabalho poucos livros que encontrei em minha pesquisa tem como tema central a JEC. Segundo o Pe. Hilário Dick<sup>154</sup>, boa parte da documentação que pertence à história da ACB se encontra na sede da CNBB no Rio de Janeiro e no MIEC-JECI do SECLA (Secretariado Latino Americano da JEC Internacional) em Montevidéu. Sem a cópia deste material por parte do Pe. Dick, qualquer pesquisa sobre a ACB e a JEC seria impossível sem a visita a estes locais.

Felizmente, o mesmo Pe. Hilário viajou por todo o Brasil e América Latina coletando dados e depois de 1993, criou um banco de dados e guardou todas as cópias das fontes que encontrou na Biblioteca do IPJ em Porto Alegre. Recentemente eu tive acesso a estes documentos que ainda não se tornaram públicos por sites ou publicações especializadas em bibliografia.

Tais fontes trazem de volta as “vozes” de jovens que levam boa parte da “culpa” pela dissolução das equipes nacionais dos movimentos da ACB (assunto tratado adiante) em 1966, e que continuam sem serem ouvidas.

Por *estrutura interna* eu me refiro a organização considerada nas suas relações recíprocas das várias seções às quais eram compostas a JEC em seus níveis paroquiais, diocesanos, regionais e nacionais e que eram responsáveis pelo seu funcionamento e ligação com a hierarquia. Ou seja: as equipes dos colégios, os Conselhos, as bibliotecas, etc.

A JEC era formada por jovens católicos na faixa etária do colegial e científico, preferencialmente. Ou seja, o que seria hoje o final do nosso ensino fundamental e o ensino médio preparatório para a faculdade ou o técnico (jovens de 11-18 anos, ainda que alguns dirigentes costumassem ficar no movimento trabalhando como “liberados” até muito mais tarde. Alguns chegavam a ficar até os 28, 30 anos de idade). Com o tempo foi sendo altamente recomendada a sua implantação nos colégios católicos (a pedido da hierarquia) e

---

<sup>154</sup> DICK, Op. Cit. p. 3.

nas principais cidades do país até 1962, graças ao serviço da Equipe Nacional e de muitos sacerdotes entusiasmados.

Segundo as Bases Comuns – Carta de Dakar<sup>155</sup>, documento que tem como finalidade “dar uma unidade aos movimentos da JEC... (ajudando) aos movimentos que começam a situar-se dentro da Ação Católica estudantil”<sup>156</sup> e portanto, fixando objetivos e pontos em comum para uma ação internacional da JEC internacionalmente, a JEC é um movimento estudantil integrado na proposta de Ação Católica e cujo “apostolado se exerce no conjunto do meio estudantil”<sup>157</sup>.

### 2.5.1. Estrutura do Movimento

A JEC, por ter nascido de uma iniciativa europeia, mais precisamente italiana e francesa, foi adaptada a partir da experiência católica nestes países para outros países que tiveram de cumprir tais diretrizes, como o Brasil e outros países da América Latina.

No Brasil, temos desde o início da ACB uma estrutura baseada neste modelo. Mas a partir da década de cinquenta a direção da ACB apoiada por Dom Hélder Câmara muda o modelo estrutural da ACB dividindo os movimentos de acordo com o que chamaram de “meios de apostolado”. A partir desta mudança temos o que eles chamaram de “especialização” do movimento. Desta forma, as “juventudes” da ACB foram divididas de acordo com o local onde os jovens trabalhavam ou estudavam, e onde podiam ser fatores de influência sobre o ambiente.

---

<sup>155</sup> SECRETARIADOS NACIONAIS DE JEC, JECF E JUC. *Dakar 58*. Rio de Janeiro: Secretariado Nacional da ACB, 1958.

<sup>156</sup> *Idem*, p. 34.

<sup>157</sup> *Idem*, p. 37.

Basicamente todos os movimentos de juventude da ACB tinham a mesma estrutura descrita abaixo, assim como a JEC. A diferença estava no tipo de encontro que era promovido por cada movimento, a produção literária e algumas diretrizes voltadas para o meio próprio de atuação.

Como nos mostrou Muraro (1985), a causa do “progresso” da ACB era a sua organização em nível nacional (Secção Local, Conselho Nacional, Serviços Jecistas, Estudos e Campanhas), com a distribuição de responsabilidades (Militantes, Assistente Eclesiástico, Permanente Propagandista, responsável pela difusão da JEC numa determinada região), com atividades programadas (Dias de Recolhimento, Assembléias Gerais, Serviços, Campanhas, Encontros Nacionais e regionais)<sup>158</sup>.

A seguir, passarei a análise mais detalhada destes mecanismos de funcionamento da JEC focalizando a importância destes dentro da mudança de orientação interna do movimento de *romanização* da ICB. Esta análise é um aprofundamento da proposta contida nos Estatutos da ACB de 1950:

- A **Secção Local** da JEC era a escola onde o movimento era implantado. Como veremos, no início do movimento eram locais como salas de aula onde os alunos jecistas tinham a permissão dos padres ou irmãs das congregações que administravam a escola católica para se reunir. Era o local de reunião por excelência do grupo local de jecistas. Podemos citar como exemplo de Secção Local em Porto Alegre a Secção do Colégio Bom Conselho. Os militantes jecistas se reuniam na Secção Local pelo menos uma vez por semana e discutiam o programa de reuniões enviado anualmente pela equipe diretiva nacional da JEC. Também elaboravam atividades como acampamentos, a maneira de aumentar o número de jecistas no grupo, entre outras atividades. No início da JEC, estes grupos eram formados por padres ou irmãs (JECF) que faziam o trabalho de nucleação inicial dos jovens. Depois os jovens desenvolviam o trabalho jecista por si mesmos, deixando aos religiosos o serviço de orientação espiritual apenas e o de patrocínio às Secções.

---

<sup>158</sup> MURARO, 1985, p. 34.

- **Conselho Nacional:** criado em 1955 no Rio de Janeiro após alguns anos de sucesso da experiência com a JEC no país. Era a Equipe Nacional que, “se responsabiliza para que ... (a) expansão do movimento seja feita em todo o Brasil, orgânica e estruturalmente”<sup>159</sup>. Segundo o mesmo documento, ainda saíam em “viagem pelo Brasil procurando converter elementos para o Movimento”. Era composto por jovens que estavam em vias de concluir o seu curso secundário (ou seja, os mais velhos, os mais experientes) ou jovens que dedicavam um ano de suas vidas para este serviço nacional, geralmente antes de entrarem para uma faculdade. Eram responsáveis pela organização dos encontros nacionais.

A **Equipe Nacional** de Jecistas, assim como as equipes nacionais de outros movimentos da ACB como a JUC e JOC (principalmente), recebiam verbas da hierarquia, principalmente da CNBB, nesta época, para a realização de seus planejamentos, programas editoriais, etc. É importante dizer a importância da hierarquia neste momento. Como veremos, é esta hierarquia que investe nos movimentos da ACB nesta época, e apesar de aparentemente poucas influências nas decisões finais dos jovens, realiza todo o serviço de suporte financeiro e estrutural, através da CNBB.

Por isto podemos dizer que fora um golpe duro aos movimentos da ACB, principalmente a JEC, a mudança de liderança da CNBB em 1964, através das eleições dos novos membros em pleno Concílio Vaticano II e as suas novas orientações a estes movimentos no sentido de “corrigirem” suas atitudes quanto à hierarquia (especialmente o alinhamento de alguns líderes da JUC, JEC e JOC com o Partido Comunista Brasileiro). Era um sinal claro de mudanças que prenunciaria o fim dos Conselhos Nacionais e o fim do apoio da hierarquia a estas organizações, o que aconteceria em definitivo em 1966.

- **Encontros Nacionais:** Eram encontros anuais onde se procurava agrupar a maior quantidade de membros da JEC do país (com representantes de cada região onde a JEC estava presente) a fim de expor a “linha do movimento e o programa para o ano seguinte”<sup>160</sup> e ao mesmo tempo debater as idéias deste programa.

---

<sup>159</sup> SECRETARIADO NACIONAL DA JECM. *Sinopse da Visão Histórica do Movimento*. Publicação do Secretariado Nacional da JECM: Rio De Janeiro, 1964.

<sup>160</sup> *Idem*, p.2.

Aqui está um caráter importante da JEC: o debate era feito pelos jovens que eram auxiliados pelos religiosos em diversos aspectos como a situação da Igreja no Brasil, no mundo, etc. No entanto, existia muita liberdade de propostas de ação aqui. Esta liberdade, como veremos, se deu pela ineficiência da hierarquia em controlar estas reuniões. O resultado foi um processo de “integração” do movimento com o debate político brasileiro, como o papel do jovem na revolução social, as responsabilidades da juventude perante a educação, a situação política brasileira e outros temas que “fugiam” ao que a hierarquia proponha como tema de discussão para o movimento. Estes encontros foram também a base para uma proposta de mudança de ação do movimento. Com a JUC acontecera algo parecido. Seus membros se afastaram tanto da orientação política da hierarquia que acabaram fundando uma instituição não-religiosa, a *Ação Popular*<sup>161</sup>. Não tardaria, no entanto, para a hierarquia também tomar suas atitudes em relação a estas diferenças de orientação política e até mesmo religiosas.

- **Publicações da JEC:** as publicações da JEC são os *Cadernos da JEC* (que vão do número 1 ao 11 e que pretendiam divulgar o movimento bem como noticiá-lo), os *Boletins Nacionais* (que eram o órgão de imprensa oficial da Equipe Nacional responsável pela divulgação do programa do ano, notícias eventuais, propostas de subsecretariados da nacional, etc). Em 1958 destaca-se o grande manual de JEC escrito pelo Frei Mateus Rocha<sup>162</sup>, que nos mostra o alcance e a organização do movimento, bem como o interesse da hierarquia no assunto. Mas os livros lançados pelos padres brasileiros ou europeus sobre a JEC tinham a função clara de *uniformizar* o pensamento dos jecistas em relação às propostas de ação da hierarquia para a JEC e à formação espiritual do jecista.

- **Equipes Regionais:** variação da Equipe Nacional em nível estadual e que era a responsável mais direta pela integração das dioceses com a nacional. Expedia também cartas, circulares, divulgando tanto notícias como o próprio movimento. Exemplo: área Sul II (era integrada pelos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). Apesar da JEC estar presente (com alguma expressão no número de membros) na maior parte das

---

<sup>161</sup> Para uma compreensão do papel da Ação Popular no desentendimento da JUC e de outros movimentos da ACB com a hierarquia, recomendo o livro de SEMERARO, G. A. *A primavera dos anos 60: a geração de Betinho*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

<sup>162</sup> ROCHA, Op. Cit.

regiões brasileiras, ela era mais forte nas regiões Nordeste, Sul II e Sul I (Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo);

- **Equipe Diocesana:** variável da equipe regional e que tinha a função principal de fazer o contato com os núcleos da JEC nas escolas onde a equipe regional não tinha acesso.

- **Assistentes:** podiam ser adjuntos (temporários) ou permanentes. Os permanentes tinham dedicação total ao movimento. Segundo o documento de Dakar, “sua função é ... de animar a vida espiritual da equipe, através de um aprofundamento na fé e de suas exigências concretas, e levar o apoio espiritual a cada militante”<sup>163</sup>. Mas não podemos esquecer que os assistentes tinham uma importância vital para o movimento. Sendo o elo de ligação entre a hierarquia e as equipes, era a sua função tanto dar pareceres regulares sobre a secção local ou diocese sob sua responsabilidade quanto orientá-los espiritualmente.

Sabemos que muitos teólogos de oposição à Roma entraram na vida de comunidade da JEC através de indicações destes assistentes. É necessário ainda um estudo do tipo de influência que os assistentes tiveram sobre a ACB, mas de fato, muitos apoiavam os grupos de liderança jecista como as equipes nacionais para que estes se envolvessem com questões que não fariam parte da “agenda” da hierarquia. Um exemplo claro é a pressão jecista e jucista pelas reformas na educação brasileira que ocorreram em 1962. Graças a um extenso estudo das propostas políticas trazidas pela Equipe Nacional e seus assistentes, o movimento se organizou de tal forma que a Igreja saiu da reforma fortalecida. E os membros da JEC mais interessados em política, conseqüentemente.

### 2.5.2. A expansão do movimento

---

<sup>163</sup> SECRETARIADOS NACIONAIS DA JEC, JECF E JUC, Op. Cit, p. 47.

Com a criação da Equipe Nacional, dá-se um precioso passo em direção do crescimento dos núcleos nas cidades. Em meio a um mundo onde se pregava a “ameaça comunista”, a influência da Igreja como instituição conservadora de uma moral que faltava era muito grande, e se o fim do padroado fora um baque muito grande para a hierarquia, esta soube aproveitar-se bem da AC e de muitas oportunidades para desvencilhar-se dos problemas que ameaçavam a sua existência. Além disso, os colégios católicos eram muito procurados pelas famílias abastadas, até porque a educação pública e de massa era uma realidade recente demais na época e ainda em construção. Os colégios com uma educação razoável até bem pouco tempo atrás eram os confessionais, e hoje ainda são uma referência. Portanto, este meio estudantil tinha tudo para dar certo pela iniciativa da Igreja. Só eram necessárias iniciativas capazes de cativar os jovens a se juntarem ao movimento e pessoas capazes de leva-lo adiante pelo menos no seu início. Como vimos, no Brasil existiam desde colaboradores nacionais até internacionais desde a década de trinta.

A JEC era sobretudo um movimento da elite brasileira. Era voltado para pessoas que poderia influenciar a sociedade brasileira em seus diferentes meios: estudantil, político, universitário, operário, industrial, etc. Com isso a Igreja Católica conseguira desde a década de 1930, graças a Getúlio Vargas e à hierarquia, uma reconquista de espaço político tão necessário e objetivado desde o fim do século XIX.

### 2.5.3. A espiritualidade do movimento

Com o nos mostra Herbert de Souza

a JEC através de Frei Mateus Rocha vinha carregada de uma altíssima dose de mística e eu diria até de positividade; tudo na JEC era positivo. Deus por exemplo, era Jesus Cristo. Para o Frei Mateus Rocha, Jesus era uma pessoa espetacular, era um homem forte... o Cristianismo vinha para ser nada mais nada menos do que uma revolução. Cristo era revolucionário, o cristianismo era revolucionário e o cristão deveria ser um revolucionário sem limites<sup>164</sup>.

Este depoimento forte de Herbert de Souza ganha mais peso ainda quando lembramos da pessoa que ele fora. E se lembrarmos que a JEC também formou espiritualmente e na ação este e outros homens (como Frei Betto, Henfil, etc) que os militares tiveram de extraditar do país pela “ameaça” que estes eram a seu regime, e se lembrarmos que a sua formação se deu basicamente pelo movimento, veremos que muito se disse sobre a JUC e Ação Popular, mas pouquíssimo pela JEC.

Por espiritualidade entenderemos daqui pra frente o conjunto de posições aprendidas pelo estudante a fim de se tornar um cristão mais “completo” segundo o catolicismo.

Dependendo do nível em que se encontravam os núcleos do colégio, os alunos poderiam se assemelhar tanto ao caso do Betinho (que acordava as seis da manhã para assistirem a uma missa, passavam fins de semana nas férias em acampamentos da JEC, etc) como em níveis mais baixos, se prestando apenas às reuniões normais durante a semana como mandam os cadernos de formação.

---

<sup>164</sup> Depoimento sobre a participação na JEC. In: PAIVA, Vanilda. (Org.) *Catolicismo, Educação e Ciência*. São Paulo: Edições Loyola, 1991. p. 191-202.

Nenhum livro era pesado demais para os adolescentes lerem e se aprofundarem na fé. Pelo menos é o que mostram os quadros de sugestões de livros nas seções de notícias de vários boletins nacionais. E poucos livros em português eram recomendados também<sup>165</sup>. Isto porque o movimento era muito recente no Brasil ou por um costume europeizante? Dúvidas às quais não obtivemos respostas. Mas o caso é que em outras sugestões de livros notamos a falta de bibliografia brasileira.

Mas esta tendência de leitura mais “religiosa” sofrerá com o tempo e a radicalização do movimento para o meio estudantil uma mudança, e encontraremos cada vez mais ao lado de sugestões de livros religiosos livros sobre história, sociologia e política. Livros que não chegam a ser estranhos a grupos que queriam estar bem informados, mas cujos temas muitas vezes deveriam levar muitos padres conservadores a não relevar a importância da existência do movimento posteriormente. É o caso por exemplo dos textos “Pluralismo, Tolerância e Liberdade” (sobre o ecumenismo e a posição do católico frente a este), “Blocos Políticos e Econômicos no mundo de hoje” (que não deixa de ser um texto anti-comunista, mas também não é a favor do capitalismo ou totalmente solidário!), ou “Ainda podemos confiar na democracia?” (que questiona o caráter “participativo” deste regime e atenta para algumas falsidades de não fácil identificação)<sup>166</sup>.

Mas não nos enganemos, no mesmo Boletim encontramos uma pérola do conservadorismo e do machismo. É o texto “Senhoras, deixais sair vossos maridos”<sup>167</sup>, onde o autor defende a ‘liberdade plena dos homens’ já que os mesmos “foram feitos para a ação”, ação cristã, claro. Assim, ficar presos ao lar ao lado de suas esposas seria o fim para um homem cristão, que deveria ter também tempo para Deus. Ora, o que o texto quer dizer é que nenhum homem deve se sentir preso a família para deixar de se realizar como cristão. Mas o lugar que reserva às mulheres... Denota todo o valor que o autor (Joseph Templier) conota às mulheres. Por esse “europeísmo” (por assim dizer) o texto torna-se assim mais do

---

<sup>165</sup> No *Boletim Nacional da JUC*, 1969, há, por exemplo, três sugestões de livros, sendo que os temas católicos são todos em francês (*Poemas para rezar* (traduzido por Frei Lucas Moreira das Neves!) de Prières e *Suicide ou Survie de L'Occident* de Leuret) e “A Moratória” de Jorge Andrade, que é uma peça de teatro feita por um brasileiro.

<sup>166</sup> Todos os textos encontrados no *Boletim Nacional da ACB*, 1962.

<sup>167</sup> *Boletim Nacional da ACB*, 1962, p. 19-21.

que inválido, até porque no Brasil, a Igreja até hoje se caracterizou por ser composta quanto aos leigos por uma maioria feminina.

Entretanto, em 1962, a Equipe Nacional do movimento inicia um trabalho através da criação do grupo de Política Estudantil que mudará o caráter da JEC a partir de então até o fim da JEC como movimento nacional em 1966 no seu trabalho de engajamento nos meios laicos (grêmios e entidades estudantis) e na ICAR.

## 2.6. Os marcos referenciais da JEC nos anos de 1950

Para entendermos a proposta da JEC dentro do projeto de romanização da ICAR, não podemos deixar de falar dos *marcos referenciais* utilizados para a mobilização neste período.

Como mostramos no capítulo introdutório, *marcos referenciais* dizem respeito a visões de mundo, conceitos teológicos ou políticos, estratégias de combate, slogans, e uma série de parâmetros no mundo das idéias que ajudam a pôr um movimento em ação.

Dissemos anteriormente que a Ação Católica é um movimento e um conceito de movimento “importado”, e que se encontra dentro do movimento de romanização da ICAR. Ele se adequou ao momento da Igreja no Brasil do início do século XX quando a Igreja precisava de todo o apoio financeiro e humano possível. Importados eram o movimento e as “idéias sobre o movimento”. Por isso, quando da implantação da AC no Brasil em escala nacional, poucos padres e bispos conheciam *o que era a ACB*. Para uma maior divulgação do movimento foram criadas publicações e eventos de divulgação pela ACB.

As publicações contêm importantes informações sobre as intenções da hierarquia com os leigos, o seu maior propósito. Uma destas obras é o *Pequeno Catecismo da Acção Catholica*<sup>168</sup>. Pe. Ortiz anuncia no preâmbulo de sua obra o seu propósito:

Precisa-se dar a centenas, a milhares de catholicos, uma idea prompta, rápida e precisa, de seus deveres de apostolado social, de seus compromissos com Christo e com a Igreja. Muitos delles não terão tempo ou ensejo de aprofundar o assumpto em compêndios castos e completos... Talvez possa esse trabalhinho ser útil a mais de um parochio zeloso, preocupado com ser obediente á Voz de Roma, que nos manda formar apóstolos leigos, que vão á caça de almas para Christo<sup>169</sup>.

A “novidade” aludida por Pe. Ortiz está, evidentemente, no fato de que *nunca* antes no país foi pedido aos leigos para exercerem o seu apostolado como leigos sistematicamente. Para os católicos o **apostolado** é natural dentro da religião por que essa é uma das “missões” dos batizados. Mas nada havia sido feito de forma parecida antes. Esta tarefa era função reservada a hierarquia. A evangelização também era a *desculpa* dos bandeirantes para a remoção forçada dos índios dos seus povos para a introdução nos trabalhos forçados. Outra idéia presente na AC é a **obediência a Roma**. A novidade desta idéia é a da **centralização do poder** de decisão que passa a vir de Roma. Em função do *padroado*, como vimos, o Imperador Brasileiro tinha poderes de decisão muito grandes dentro da ICAR no Brasil. Com o fim da monarquia, a obediência à Roma através do processo de romanização vai tomando um caráter novo. Pio XII, o primeiro Papa a viajar pelo mundo divulgando a figura papal, acrescentará à obediência papal um caráter carismático à figura do próprio Papa, lhe trazendo maior popularidade<sup>170</sup>.

O *Catecismo* do Pe. Ortiz é um livro didático, na forma de perguntas e respostas, é em uma das questões respondidas por ele que vemos como os leigos ficaram à margem da tarefa apostólica nos últimos anos:

-A Acção Catholica é uma novidade da Igreja Catholica?

---

<sup>168</sup> ORTIZ, Pe. Carlos. *Pequeno Catecismo da Acção Catholica*. Rio de Janeiro: Cruz da Boa Imprensa, 1936.

<sup>169</sup> *Idem*, p. 3.

<sup>170</sup> Para um relato das viagens de Pio XII pelo mundo veja CORNWELL, 2000, Op. Cit.

-Não. Com quanto o nome seja novo, a Acção Catholica, porém, existiu sempre na Igreja.

-Podes citar-me na História da Igreja nomes de leigos da Acção Catholica?

-Com muito prazer. Foram leigos: Hermas, Athenagoras, Justino, Clemente de Alexandria, Arnobio, Lactancio, etc. Foram apóstolas no meio do paganismo romano as santas: Euphemia, Cecília, Ignez, Eulália, Emerenciana, Felicidade, etc. Foi leigo São Sebastião, que converteu Cromacio, prefeito romano, com seus 400 escravos...

-Mas haverá hoje em dia necessidade da A.C.?...

-Sim. Mesmo mais do que em outros tempos. Por que hoje a apostasia é maior. Os inimigos de Deus lutam com audácia satânica. Só mesmo disciplinados, coesos em uma grande acção conjunta, poderão os catholicos RESTAURAR TUDO EM CHRISTO<sup>171</sup>.

Lendo essas palavras e prestando atenção aos nomes apontados por Pe. Ortiz vemos que os “leigos” apontados por ele tem, no mínimo, dez séculos de separação entre o autor e a época em que existiram... A dificuldade do Pe. Ortiz em encontrar leigos apóstolos mais contemporâneos mostra a “novidade” da ACB. Pe. Ortiz tem que retroceder até Justino e Clemente de Alexandria, personagens da Antigüidade para trazer exemplos de apóstolos. A ACB tem um elemento de novidade como também de importância: é função **também do leigo** juntar-se à hierarquia e combater os “males” da apostasia que Pe. Ortiz apontará depois.

O *Pequeno Catecismo* do Pe. Ortiz trazia a idéia de *apostolado leigo* como obrigação dos católicos. É uma das idéias que sobreviverão ao fim da ACB enquanto organização nacional em 1966 e que continua até hoje.

Como vimos, a AC traz a idéia da *recuperação do dever apostólico* dos leigos, que, apesar de estar presente no batismo e na crisma, não vinha acompanhada de uma pressão em séculos por parte da hierarquia para que os leigos a fizessem de forma sistemática. Nós podemos ter uma ótima noção do porquê da importância do apostolado leigo no início do

---

<sup>171</sup> ORTIZ, Op. Cit., p. 7-8.

século XX: apenas o apostolado leigo poderia *alentar* uma recuperação da ICAR no mundo contemporâneo.

Quanto ao papel do leigo, o estudo dos estatutos no próximo capítulo nos dará uma ótima noção do papel reservado ao leigo na ICAR pela hierarquia. Mas vejamos o que o *Pequeno Catecismo* nos diz sobre isto:

-Poderias explicar-me a constituição hierarchica da Igreja?

- Sim. “A Igreja – diz Pio X – é uma sociedade desigual, isto é, comprehende duas categorias de pssoas: os Pastores e o rebanho. Os que occupam uma posição nos differentes graus da hierarchia e a multidão dos fiéis...”

- E devem os leigos cooperar então com o apostolado hierarchico? Por que título?

- Sim. Os leigos devem cooperar com o apostolado sacerdotal. E isso pela obrigação que lhes impõem os caracteres sacramentaes do baptismo e da chrisma, que lhes receberam<sup>172</sup>

Esta passagem nos mostra outro conceito que está por trás da proposta da ACB: a idéia de *subserviência*. É a hierarquia quem “acorda” o leigo para o serviço apostólico. É a hierarquia quem tem a iniciativa de chamar o rebanho para cuidar do rebanho! Mas, nesta “sociedade desigual” que pretende Pio X, é a hierarquia quem manda, quem mostra as regras do jogo e cobra dos jogadores os resultados. A saturação perante esta posição “intransigente” a qual a hierarquia se coloca quando lança esse propósito de ação será um dos fatores que gerarão descontentamento por parte de movimentos jovens da ACB nos anos sessenta que terão dificuldades em propor suas idéias e em serem aceitos.

A estratégia de ação usada pela Igreja fora a da identificação dos leigos com o seu propósito de vida trazido pelo batismo: todo o batizado e crismado é um **apóstolo** em potencial. As pessoas só precisavam ser conscientizadas disso! Através de **campanhas** de “conscientização” os leigos foram aderindo aos movimentos da ACB aos poucos.

---

<sup>172</sup> *Idem*, p. 9-10.

Como quase ninguém sabia ao certo o que se deveria fazer enquanto a AC, muitos missionários estrangeiros ajudaram nesta tarefa.

Na JEC, como nos mostra o Pe. Hilário Dick, em um primeiro momento, no início da década de 1930, o trabalho de evangelização e publicidade do movimento foi feito por religiosas ou leigos adultos envolvidos com a ICAR de alguma forma, o que não tornava o movimento muito “popular” entre as jovens:

A ação era desenvolvida, em geral fora da escola, sendo as jecistas professoras de catecismo e animadoras da liturgia das paróquias. Não existia nucleação; usava-se o método do “convite”, atraindo um grande número de pessoas. Todas, porém, consideravam-se JEC. A JEC, nesta etapa – assim como a JEC masculina – era um movimento orientado, pensado e realizado por adultos, especialmente as delegadas ou conselheiras (que eram as encarregadas da Juventude Feminina Católica pelo meio estudantil)<sup>173</sup>

Este problema estratégico da utilização de adultos para a criação de um movimento orientado para os jovens seria resolvido no decorrer das décadas de 1930 e 1940. Como veremos, se a presença de alguns adultos fosse obrigatória na JEC, talvez a hierarquia não tivesse presenciado a separação das Equipes Nacionais da JEC da ACB em 1966. O fato é que desde então a hierarquia vem adotando uma estratégia de ter adultos presentes nos movimentos de jovens até hoje. Dificilmente um movimento de jovens desde o nível paroquial no Brasil não tem a presença de um adulto. Logo veremos o porquê desta posição. A falta de um sucesso maior na criação de núcleos fez a hierarquia mudar sua estratégia no Brasil. O clero do Brasil resolvera adotar a chamada “especialização do meio” (que veremos com detalhes no próximo capítulo), e que tornava o jovem estudante encarregado pela evangelização no seu “meio”, lhe dando ampla liberdade de ação. A especialização fora inventada pelo Pe. e depois Cardeal Cardjin, da Bélgica:

Quem deu os primeiros passos numa linha de autonomia dos leigos foi a Juventude Operária Católica da Bélgica, com Cardjin. Em 1948 aprovava-se a JOC do Brasil.... uma figura que havia surgido, naqueles anos, era a figura da “propagandista” da JECF, fazendo visitas às regiões mais diversas para implantar a JECF... A JECF,

---

<sup>173</sup> DICK, Op. Cit., p. 06.

dispersa pelos colégios e dioceses, começava a ter uma articulação mais ampla, assumida pelas estudantes e coordenadas por elas<sup>174</sup>.

Desta forma a hierarquia adota uma estratégia inicial que não se torna eficiente em um primeiro momento, mas que terá sucesso ao acrescentar mais membros a JEC em um segundo momento. E ao investir nas “propagandistas” (que tinham a mesma idade das pessoas às quais a ICAR queria que participassem do movimento, falavam a mesma “linguagem” das jovens criando uma “identificação” com estas) começava a surgir a figura do “liberado”, que existe até hoje e é um jovem que dedica um período do seu tempo (seis meses, um ou dois anos) para o movimento, muitas vezes recebendo salário e diárias da ICAR<sup>175</sup>.

## 2.7. A JEC na ACB: um movimento em busca de novas oportunidades

A JEC foi um movimento da ACB que sempre teve ótimas equipes nacionais diretivas desde que estas fossem criadas. Como veremos através dos estudos das publicações da JEC, podemos dizer que desde a década de 1940 quando as publicações da JEC mensais como a sua revista, ou as publicações anuais e trimestrais como os *Cadernos da JEC* e os *Boletins* mostram-se como sendo trabalhos em sintonia com a hierarquia<sup>176</sup>.

A própria documentação vinda das Equipes mostram uma vontade dos dirigentes em trabalhar de acordo com as propostas das Reuniões dos Conselhos anuais da ACB e que

---

<sup>174</sup> *Idem*, p. 03

<sup>175</sup> O uso das “propagandistas” inicia-se no ano de 1953.

<sup>176</sup> Veja o ANEXO 1.

valiam como sugestão de trabalho para todos os movimentos da ACB, não só a JEC, como a JUC, JOC, JAC, JIC, Homens da ACB, Mulheres da ACB, LEC e tantos outros.

Mas com o tempo, com a falta de renovação das estruturas de mobilização da ICAR e com o que podemos de chamar de “consolidação da instituição” ACB (e nela a JEC), muitos dirigentes viram que muito mais poderia ser feito. No fim da década de 1950 mais especificamente, a ICAR realizava muitas ações sociais, e estava presente em muitos lugares onde o Estado mesmo não se fazia presente, como em localidades do interior, em favelas, formando talvez as estruturas mais organizadas para algumas populações<sup>177</sup>.

Alguns dirigentes da ACB já falavam a partir da metade da década de 1950 em usar a organização da ICAR, principalmente a ACB em si e seus movimentos de jovens em um plano de mudança do Brasil que visasse a correções nos problemas de distribuição de riqueza, do excesso de pobreza, da falta de educação básica, da saúde precária. Muitos dirigentes da ACB dedicavam parte do seu tempo extra (que não fosse usada no trabalho, na paróquia ou em família) para fazerem trabalhos de evangelização neste sentido, motivando as pessoas dentro do seu *meio* para uma mudança social, como veremos mais adiante.

O fato é que a JEC era um dos movimentos da ACB que buscava a superação da estrutura montada pela própria ICAR desde o início do século XX e revista no Brasil nos Estatutos de 1946 e 1950. Na verdade, foi graças à mudança dos Estatutos e a *ampliação do meio de atuação dos jecistas* (e de outros movimentos como a JOC e JUC) que os dirigentes da JEC puderam ter um contato maior com outras organizações políticas como o PCB, os dirigentes da UNE, da UBES e PTB que a JEC pôde, juntamente com a JUC,

---

<sup>177</sup> Temos de lembrar que ainda hoje a ICAR é responsável por mais de 70% de todos os serviços públicos de caridade dos mais variados tipos, que vão desde equipes de educadores e serviços religiosos a serviços de saúde (como as Pias Instituições e as Santas Casas).

evoluir para um movimento político em franca oposição à hierarquia, o que levou-a a decretar o seu fim em 1966.

E isso, provavelmente, tem a ver com o fato da proposta da hierarquia para o movimento ter ultrapassado qualquer proposta estabelecida dentro dos Estatutos da ACB. Resumindo: os dirigentes tinham ido longe demais dentro do proposto. Pior: eles carregavam o nome da Igreja, eram seus representantes em todas as associações que faziam, inclusive nas que a ICAR os havia proibido de participarem. O preço pago foi a extinção da experiência leiga, pelo menos através da ACB em nível de organização nacional, nos moldes da Ação Católica tradicional. Um novo modelo estava sendo criado respaldado pelas medidas do Concílio Vaticano II.

A JEC do fim dos anos 1950 até o seu fim como movimento de organização nacional em 1966 através do estudo das oportunidades políticas, estruturas de mobilização e marco referencial é o assunto do próximo capítulo.

### **CAPÍTULO 3 – A EQUIPE NACIONAL DA JEC E O MOVIMENTO INTERNO DE POLITIZAÇÃO ESTUDANTIL NA IGREJA CATÓLICA (1958-1966): DO INÍCIO AO FIM DA JEC COMO MOVIMENTO SOCIAL**

Os primeiros anos da década de cinquenta, como vimos, foram muito importantes para a ACB, e principalmente para a JEC. Não só o número de membros ativos em todo o Brasil aumentou significativamente como o objetivo da hierarquia no país de aumentar ou reconquistar a importância política da ICAR já havia sido alcançado.

Não só a Igreja foi consultada quando da aprovação de duas Constituições em pontos essenciais para os seus interesses como nenhuma Ordem religiosa foi expulsa do país por ordem do Executivo, como no século anterior, foi feita uma adição do trabalho leigo que agregou importante reforço ao serviço apostólico. Finalmente havia um ótimo clima de trabalho para a hierarquia no país e altamente favorável. Além disso, a ICAR era chamada a opinar em uma série de assuntos políticos. E um tratado diplomático fora assinado com o Vaticano aproximando a hierarquia católica do Brasil com a alta hierarquia de Roma, dentro do processo ultramontano promovido pela última desde o século XIX.

Mas, no final da década de cinquenta, uma série de mudanças políticas entrarão em cena e mudarão o equilíbrio conquistado até então. Alguns movimentos leigos questionarão diretamente a hierarquia e seu poder. A ACB virará apenas mais um entre outros movimentos católicos de organização leiga. Sua importância cairá de *o* movimento para *um* movimento leigo.

Estes movimentos usarão da própria estrutura institucional católica para propagandear novos ideais que vão de encontro ao que a hierarquia sempre propôs em termos de ACB, criando algo novo, um contra-movimento dentro do movimento de romanização, vindo das Equipes Nacionais da ACB, em especial da JEC, JOC e JUC. Então, a partir de 1962, a partir de vários alertas que já vinham desde 1958, a hierarquia passa a realizar um processo de questionamento das referências usadas por estes movimentos revolucionários dentro da ACB. O rigor destes questionamentos chega muito perto de um processo *inquisitório*<sup>178</sup>. Mesmo assim, a proposta revolucionária das Equipes Nacionais consegue conquistar alguns simpatizantes dentro da hierarquia que as mantém, apesar de muitas críticas.

Com o Concílio Vaticano II vieram também uma série de mudanças dentro da instituição e uma proposta mais ampla de trabalho apostolar com o leigo, sacramentando o sucesso da iniciativa do início do século com a AC, mas abrindo espaço para outros novos movimentos. Também dentro do Concílio veio a eleição para a CNBB. Uma aliança de bispos profundamente descontentes com o modo como a ACB vinha se comportando, elegeu um novo presidente para a CNBB, Dom Hélder Câmara. Estas novas condições políticas (ocorridas a partir de 1964) determinariam para sempre o fim de uma maneira de trabalhar já consagrada da ACB, levando ao fim dos Conselhos Nacionais em 1966, desarticulando os movimentos da juventude em um momento de profunda perseguição política, inclusive por parte do governo brasileiro. Isto causou o esvaziamento.

Com o golpe militar de 1964 o governo brasileiro, a partir da criação da política de Segurança Nacional passaria a perseguir a todos os que considerassem inimigos do governo. Alguns destes inimigos eram os movimentos que faziam parte da política estudantil no ano de 1964, e todos os movimentos e partidos que ainda propusessem democracia. Aliado ao problema do governo brasileiro entrar numa fase de repressão militar e política, estava o problema da interpretação por parte da hierarquia recém eleita da

---

<sup>178</sup> Inquisição aqui é um termo que significa questionar, inquirir, perguntar, *tirar* dúvidas. Dentro desse processo “inquisitório” que passa a ocorrer, a hierarquia passará a pedir às equipes nacionais da ACB (e principalmente à JEC e JUC) um retorno Constante relativo ao que estas pensam sobre a função da JEC na sociedade, na ACB, e na Igreja. Questionarão o que as Equipes planejam para o ano, o que é feito relativo á política estudantil. Tudo isto de uma forma nunca vista antes. O resultado deste processo que começa em 1962 e termina em 1966 é o desgaste das relações entre a hierarquia e as equipes. Não contentes com o resultado deste processo a hierarquia decretará o fim das equipes nacionais em função da perseguição do governo e do projeto revolucionário destas para a ACB, principalmente JEC, JOC e JUC.

CNBB das idéias propostas por movimentos como a JEC para resolver os problemas do Brasil. Não eram liberais e também não eram as mesmas da Doutrina Social da Igreja. Na verdade, se aproximavam muito do comunismo, principalmente ao querer o bem comum e a divisão de riquezas na sociedade.

Em 1966, encerrando um período de dois anos de perseguição por parte da hierarquia e do governo, as equipes nacionais não mudam seus projetos e alianças. Permanecem lutando por suas idéias e acreditando em uma derrota do governo pela organização estudantil e operária. Assim, a hierarquia decreta o fim das equipes nacionais da ACB, e passando a responsabilidade da organização dos movimentos para as equipes regionais, supervisionadas pelo arcebispo de cada região, e controlando os movimentos nacionalmente diretamente pela CNBB. É o início do fim ad JEC.

### 3.1. As novas oportunidades políticas (1958-1962)

Após a criação das equipes nacionais na década de quarenta e os estatutos da ACB de 1950, a JEC conseguiu se firmar como um dos principais movimentos da AC. Seus membros eram jovens, se adaptaram muito bem ao plano de trabalho apostólico da hierarquia, trabalhavam dentro dos parâmetros impostos, discutiam temas internos da ICAR na maior parte do tempo dedicado ao estudo e formação.

No Brasil, “o rápido aumento do número de eleitores e a crescente participação política diminuíram o raio de ação das operações de elite.”<sup>179</sup>. Isso proporcionou, segundo Skidmore, que a sociedade, principalmente a urbana e de classe “média”, buscasse os seus direitos devidos, onde podemos ver isso mais diretamente nessa década já que “os apelos diretos aos interesses classistas e setoriais tornaram-se mais frequentes depois que Getúlio assumiu a presidência da República em 1951”<sup>180</sup>.

Com muito sucesso a hierarquia brasileira havia conseguido no decorrer da década de cinquenta perpetuar as conquistas da ICAR nas três décadas anteriores e aumentara sua

---

<sup>179</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco, 1930-1964*. 7ª ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982, p. 308.

<sup>180</sup> *Idem*.

influência no estado brasileiro. Boa parte disto está na liderança de Dom Hélder Câmara na presidência da CNBB desde 1952 até 1964 quanto no tipo de apoio que o grupo de Dom Hélder exercia sobre a hierarquia desde então. Na historiografia, este grupo ficou conhecido com o grupo “progressista” da Igreja, em oposição ao grupo “conservador”. O primeiro estava ligado às mudanças sociais, a uma postura frente ao laicato de não condenar à primeira vista, às massas urbanas, etc. Já o segundo é freqüentemente ligado a sua aliança com os setores “tradicionais” da sociedade como os grandes latifundiários, a linha de políticos anterior ao golpe de 1930, a ortodoxia cristã mais arraigada, contrários a mudanças, etc.

O interessante é que, como veremos, apesar do primeiro grupo perder as eleições de 1964 da CNBB, este faz parte do grupo que mais fez sugestões e participou no Concílio Vaticano II pela descentralização da Igreja e outras reformas que a mudariam para sempre. Sua derrota nas eleições dará um fim a JEC como a conhecemos e a toda a ACB.

Mas simplificações de conceito do tipo “progressista” e “conservador” em um grupo tão heterogêneo quanto o da CNBB talvez não sejam capazes, neste trabalho, de dar conta da explicação do *por quê* grupos como a JEC foram perseguidos pela hierarquia, principalmente a partir de 1964, como tenta nos mostrar Bruneau<sup>181</sup>. Isto fica mais claro quando consultamos a documentação e vimos uma “perseguição” da hierarquia ainda em 1962, pela mesma coordenação da CNBB que perdera em 1964.

A CNBB deixava clara sua intransigência com o comunismo. Numa Declaração dos Cardeais a CNBB de 1958<sup>182</sup> o cardinalato brasileiro denuncia “a regra materialista dos que

---

<sup>181</sup> BRUNEAU, Op. Cit, p. 195-223. Thomas Bruneau no capítulo “*Institucionalização das Estratégias de Mudança Social: a CNBB*”, sobre a CNBB na década de 1950 e a mudança da direção política da CNBB na eleição de 1964 defende a tese de que a organização estava dividida entre estes dois pólos, o “progressista” e o “conservador” o que explica algumas ações na década de 1950 e início dos sessenta da CNBB, a favor de movimentos sociais e a um olhar mais brando aos movimentos jovens da ACB que se envolviam direta ou indiretamente com comunistas. Explica também o processo de eleição de 1964 onde o grupo “conservador” pressiona alguns bispos indecisos a favor de votos contrários a manutenção de Dom Hélder para a reeleição a presidente. Naturalmente que existia e existe uma diversidade de pensamentos na CNBB e na hierarquia católica, o que justifica até pensarmos na divisão da instituição entre “progressistas” ou “conservadores”, mas isso por si só não explica ou resolve algumas questões. Como concordarmos com Bruneau se Dom Hélder presidia a CNBB em 1962 quando a instituição passou a fazer um processo de inquérito sobre as ações da ACB?

<sup>182</sup> CNBB. IV ASSEMBLÉIA ORDINÁRIA (3 A 11 DE JULHO). *SUGESTÕES DA A.C.B. EM FACE DO DISCURSO DO SANTO PADRE PIO XII NO II CONGRESSO MUNDIAL DE APOSTOLADO LEIGO*. Goiânia: Mimeo, 1958, p. 1-8.

se lançam aos empreendimentos econômicos com o intuito de lucros e mais lucros”<sup>183</sup>. A realidade brasileira, para os cardeais está errada por que a pessoa está abaixo do lucro. Os cardeais também denunciam o perigo comunista. Não está portanto nem o capitalismo inteiramente correto, como também o comunismo. “Nisto está toda a formulação cristã de nossa posição contra o comunismo ateu que combatemos... mas que não confundimos com a aspiração legítima acalentada pela classe operária e por todo o mundo do trabalho”<sup>184</sup>

Tais declarações vindas da mais alta hierarquia católica balizavam qualquer crítica aos movimentos da ACB ou outros acaso esses não se encaixassem nesta posição política.

Em 1958, com a morte de Pacelli, o Papa Pio XII (o que mais popularizou a AC) assume um novo líder da ICAR: João XXIII. Ele surpreenderá ao mundo e à Igreja com suas ações apesar da sua idade. Proporá um novo Concílio e tentará resolver vários problemas da ICAR ao tentar moderniza-la e democratizar seus movimentos, leis e sub-instituições.

A JEC brasileira participará de dois eventos internacionais entre 1956 e 1958 onde ocorrerá uma troca de conceitos e métodos com outros movimentos e experiências da JEC de outros países. O primeiro, realizado em 1956 no Rio de Janeiro, foi o 1º Conselho Mundial da JECI. E o segundo e mais importante foi a Sessão Mundial de Dakar, na África. Apesar da distância, o Brasil foi representado por uma comissão formada de seis jovens (quatro militantes da JECF e dois da JECM) e um assistente, o Frei Romeu Dale, autor do primeiro manual brasileiro da JEC, ensinando os conceitos básicos da JEC. E foi a partir da Sessão de Dakar que temas como política estudantil foram introduzidos de fato nos programas da JEC brasileira.

Segundo Dick, “na sessão de Estudos de Dakar (de 23/7 a 2/8/1958) estudou-se a caracterização da escola e do estudante (em que Luiz Alberto Gómez de Souza deu uma contribuição), a espiritualidade estudantil e o método de ação”<sup>185</sup>. Entusiasmados com o novo campo de ação, estes membros dirigentes da JEC na Equipe Nacional influenciaram o Programa do ano posterior de 1959 para que houvesse ampla discussão da possibilidade da JEC assumir maiores responsabilidades no meio estudantil, como nunca tinha feito antes, a exemplo de países como a França, por exemplo. A JEC brasileira mereceu destaque ainda

---

<sup>183</sup> *Idem*, p. 5.

<sup>184</sup> *Idem*.

<sup>185</sup> DICK, op. Cit., p. 11.

no evento, pois “Luiz Alberto Gómez de Souza... foi, além de presidente eleito do Conselho de Dakar, escolhido, no final, secretário geral da JECI de 1959 a 1961”<sup>186</sup>.

Uma nova inserção política iniciava a partir deste evento. Não só o maior país católico do mundo tinha um representante no Conselho Internacional da JEC como era o seu Secretário Geral. O fato de a hierarquia brasileira apoiar em um primeiro momento essa inserção internacional significa (possivelmente) a legitimação do apoio ao movimento até então e depois. Temos de lembrar a distância e o custo para frequentar estes eventos internacionais e o que significa perante Roma a representatividade permanente de um brasileiro no Conselho Internacional da JEC. Há aí com certeza um cálculo de custo-benefício que conta a favor da nossa hierarquia.

### 3.2. As estruturas de mobilização do movimento na década de 1950 até 1958

Como vimos, a Sessão de Dakar de 1958 foi muito importante para o futuro da JEC no país. Foi depois dela que o Frei Romeu Dale lançou o seu livro *JEC – o evangelho no colégio*<sup>187</sup>. O livro veio a atender a dois problemas básicos da época: a falta de um manual brasileiro para um movimento que crescia rapidamente no país e o problema da falta de unidade que poderia acontecer acaso não se impusessem regras e diretrizes para que o movimento fosse o mesmo tanto na Região Extremo-Sul como na Nordeste, enfim, o mesmo movimento em âmbito nacional. Este livro se caracterizava por ser portanto um instrumento de integração jecista, já que ditava algumas regras básicas e trazia consigo os estatutos da ACB e da JEC.

Outro importante instrumento inovador surgido em 1958 que ajudou no processo de expansão do movimento foi o lançamento em todo o Brasil da “**Semana do Estudante** que, através de grandes assembléias estudantis procurava empolgar a massa de jovens presentes

---

<sup>186</sup> *Idem.*

<sup>187</sup> DALE, Op. Cit.

com palestras sôbre suas responsabilidades e vida cristã<sup>188</sup>. Mesmo que as tentativas de engajamento de novos membros não dessem frutos com esta estratégia, pelo menos podemos dizer que era uma estratégia ousada, e que o movimento propunha uma mudança na maneira tácita de aumentar o seu número e membros por outras mais efetivas, talvez.

Mas se engana quem acha que o objetivo da equipe diretiva da JEC seria se sobrepor a outros grupos presentes porventura no colégio, como partidos políticos ou representantes estudantis. No seu *Caderno 3 – Comunidade Estudantil*, de 1958 ainda e que era um roteiro para o cumprimento do Programa de ações anual da JEC e “visando estabelecer o espírito comunitário no colégio”<sup>189</sup>.

### 3.3. Os marcos referenciais da JEC (até o ano de 1958)

Quando tratamos da Sessão Mundial de Dakar nas páginas anteriores eu destaquei a importância política do fato: a representatividade e participação brasileira no evento era importante para o país mostrar o seu esforço de apostolado, o grau de inserção do laicato neste e a importância da AC para a hierarquia.

De Dakar os dirigentes jecistas trouxeram os conceitos de *espiritualidade estudantil* e o de *ação*, que serão trazidos para o Brasil e trabalhados no 3º Encontro Nacional da JEC, realizado no Rio de Janeiro. Aliado ao crescimento impressionante do movimento e o trabalho do Encontro Nacional, “novas perspectivas e novos campos de ação se abriam para os militantes. A técnica era melhor empregada, o método observado e a estrutura facilitava a formação de dirigentes, procurando acentuar os diversos aspectos de sua ação na JEC e no meio”<sup>190</sup>.

---

<sup>188</sup> EQUIPE NACIONAL DA JEC. *VISÃO HISTÓRICA DA JEC BRASILEIRA*. São Paulo: Mimeo, 1963, p. 4 (grifo meu).

<sup>189</sup> *Idem*. Para uma visão geral dos temas apontados em cada ano de funcionamento da JEC para que as Equipes de Base se baseassem durante o ano, veja os anexos nº 1 a e 1b.

<sup>190</sup> EQUIPE NACIONAL DA JEC. *VISÃO HISTÓRICA DA JEC BRASILEIRA*. São Paulo: Mimeo, 1963, p. 4. Neste documento a Equipe Nacional da JEC (Masculina) faz uma breve história do movimento. Apesar da JEC estar presente no Brasil desde a década de trinta, e apesar de já haver uma articulação nacional do movimento na década de quarenta, é interessante que a Equipe comece a contar a história da JEC a partir de 1956! Esta data é utilizada como “início” da JEC pela Equipe de 1963 por que só a partir de então a JEC passa a contar com equipes verdadeiramente nacionais, com uma articulação entre todos os estados. Este

Além disso, o sentido do conceito de *apostolado* se transformara. Para a Equipe Nacional, até então apostolado significava a conversão ou a transmissão da mensagem cristã a outras pessoas (estudantes) que estivessem inseridas no seu meio de ação, no caso, a escola. Com a descoberta de que o meio estudantil não precisava ser apenas o objeto deste apostolado, a JEC “começa a se abrir *para os problemas do meio, da sociedade e da Igreja*”<sup>191</sup>. Desta forma a energia da ação jecista continuava no apostolado do meio mas também pensando nos problemas que tem esse meio: e então questões como *porque o ensino secundário não chega a toda a sociedade, por que o ensino é deficitário, qual a razão do número de analfabetos no Brasil ser tão grande* tiraram a JEC do mundo institucional católico e fizeram seus membros começar a pensar os problemas do país.

É claro que quando falamos em marcos referenciais, temos de deixar claro as pessoas que trazem estas protoidéias ao movimento até que elas se tornam o marco referencial do movimento e de que idéias se tratam. É um consenso entre todos os autores que vimos até agora e que escreveram sobre a JEC que os jovens do movimento sofreram algum tipo de influência intelectual que os motivou à ação.

Em um depoimento sobre a influência do filósofo Pe. Vaz aos jovens católicos da década de 1960 Herbert de Souza nos explica como se dava à relação dos jovens com a filosofia e a sua influência nos inexperientes jovens da ACB?

Queríamos mais que uma lógica, um saber. Mais que um método, um conhecimento. Mais que uma ordem do pensar, um modo de produzir conhecimento e um norte para uma grande caminhada que pensávamos ser o nosso destino. Marítam e Mounier vieram dar movimento ao que pensávamos ter sido um encontro cabal com o que nos faltava: um pensamento capaz de colocar a história dos homens concretos no centro do pensar e a pessoa no eixo de uma ética que superava a dicotomia entre o indivíduo e a sociedade. Mais do que Marítam foi Mounier, com O Personalismo, que nos deu essa sensação de um encontro com uma filosofia do homem, da história e da ação<sup>192</sup>.

---

processo de *adonar-se* do passado no mínimo revela uma intenção de desqualificar o trabalho realizado em termos de JEC anteriormente. E o que há para ser esquecido entre 1932 a 1955, além da desarticulação nacional da JEC? O fato de que até 1956 a JEC não trabalhava para resolver os problemas sociais através de seu engajamento no movimento político-estudantil.

<sup>191</sup> *Idem*.

<sup>192</sup> SOUZA, Herbert de. Padre Henrique Vaz: A filosofia de nossa práxis. In: PALÁCIO, Pe. Carlos. *Cristianismo e História*, Edições Loyola, 1982, p. 56.

Se os membros da JEC da década de 1950 e início da década de 1960 eram muito novos para entender a amplitude da mensagem dos filósofos, era a questão *prática* e o que o pensamento de cada um destes filósofos poderia trazer para contribuir na ação:

Mounier fazia a ligação entre o evangelho, que havíamos lido e praticado através dos dominicanos, e a realidade entre o pensamento e a humanidade, entre a teoria e a prática, o estar no Brasil e intervir em sua história. Mounier foi, portanto o elemento de ruptura com o nosso primeiro e precário aprendizado da filosofia e a abertura para uma nova etapa de busca<sup>193</sup>.

Neste caso, parece que para um dos principais nomes da Ação Popular, a contribuição de Mounier com o Personalismo foi a ligação entre a teoria e a prática apontando para algum tipo de ação no *tempo presente* e no espaço em que se vive: o Brasil.

Outro autor apontado por Souza como influente na sua geração é Marx:

Foi ainda através da filosofia que Marx se apresentou como desafio. Lemos Marx através de Yves Calvez (La Pensée de Karl Marx). Não o Marx do Capital, do 18 Brumário ou do Manifesto, mas o Marx da Ideologia Alemã. Não o da mais-valia e da luta de classes, mas o da Alienação<sup>194</sup>.

A principal discussão dessa juventude trazida por Marx era em torno do materialismo e da alienação em função da dificuldade de encontrar outras obras de Marx, sendo a leitura do autor *indireta*, se assim podemos dizer. Estas leituras acima citadas parecem ter sido a base da mudança de atitude frente a hierarquia no que tange ao pensamento político da ICAR, segundo Souza:

A essa altura nossos problemas já eram mais urgentes e o conceito de ‘engajamento’ já havia perdido muito de seu sabor abstrato ou contemplativo. É neste contexto de engajamento, movido pela militância cristã da JEC e da JUC, que Marx apareceu para muitos de nossa geração como um desafio e um problema: participávamos da política movidos pelas exigências da fé cristã. Por que então deixar a fé que - nos levava à política - para poder encontrar Marx na política? Através da fé já não havíamos chegado à política? Por que aceitar o dilema entre fé (cristã) e política (marxista)?<sup>195</sup>.

---

<sup>193</sup> *Idem.*

<sup>194</sup> *Idem*, p. 57.

<sup>195</sup> *Idem.*

A pergunta final de Herbert de Souza tem sua resposta na criação da AP. Para muitos jovens a discrepância entre a posição “passiva” frente aos problemas nacionais como a educação, saúde e miséria (entre outros) por parte da hierarquia era um bom motivo para simplesmente desistirem dos planos de atuação como leigos engajados em movimentos católicos quando poderiam ajudar mais como políticos engajados em uma instituição com esse fim e que poderia crescer em um ambiente diferente.

Além de Mounier, outro filósofo que inspira os cristãos engajados da década de 1960 é Jacques Maritain. Maritain é um filósofo cristão engajado em criar uma filosofia que ligue o humanismo da Revolução Industrial com o cristianismo contemporâneo.

Para Maritain, a *filosofia cristã* é

Uma filosofia liberta (que) deve ser denominada de filosofia, tomada plenamente como tal.. que longe de reduzir-se ao exercício intelectual, toma consciência da imensidade de sua tarefa; ela torna-se maior num mundo maior, laica e integral ao mesmo tempo, no sentido de ser autônoma e contemporânea com relação às outras formas do saber: como a sabedoria coloca-se entre as ciências experimentais e as matemáticas de um lado, e a teologia e a mística, de outro<sup>196</sup>

Tal visão crítica da filosofia em seu tempo também é uma crítica ao sentido “não-prático” e abstrato do uso da filosofia até então. Esse pensamento influenciou uma *política cristã* que é uma política

Cristãmente inspirada, chamando para si todos os não cristãos, que vêem justa e humana uma política que, mesmo inspirando-se no espírito e nos princípios cristãos, não obriga senão as iniciativas e as responsabilidades dos cidadãos que a praticam, sem ser absolutamente uma política ditada pela Igreja ou que obriga a responsabilidade desta<sup>197</sup>

Esse caráter *independente* proposto por Maritain, onde é válida uma iniciativa pelo bem de todos, mesmo que não inspirada na política ditada pela hierarquia está presente com certeza nos atos da JEC na década de sessenta e seu posicionamento frente aos problemas do mundo e à realidade brasileira. O filósofo ainda escreve sobre a *nova cristandade*, o *tomismo* e o *humanismo cristão*. Mas no Brasil, a discussão entre os grupos católicos de

---

<sup>196</sup> MARITAIN, Jacques. *Por um humanismo cristão: textos seletos* (tradução Gemma Scardini). São Paulo: Paulus, 1999, p.20.

<sup>197</sup> *Idem*, p. 21.

esquerda parece ter ficado mais em torno do humanismo cristão e a política cristã. Para Maritain, a missão da Igreja é de ser

encarregada não de gerenciar as coisas temporal, mas de conduzir os homens à verdade sobrenatural e à vida eterna, em sua vida e em sua missão espiritual, existe com o povo e sofre com ele e não pode existir sem ele. Se compreendêssemos mais o mistério da Igreja, colheríamos no meio de suas vicissitudes temporais o seu desejo eficaz e primordial, o de *não estar separada do povo*<sup>198</sup>.

Segundo Maritain, o papel da Igreja é o de dar suporte ao povo e sofrer com o este mesmo povo suas desventuras, quais sejam estas. Por isso compreendemos certa incompreensão dos seus leitores brasileiros da década de cinquenta e sessenta em entender certo apoio e certa mudez da ICAR em se pronunciar frente à dura realidade sócio-econômica do povo brasileiro. Mas Maritain não era uma unanimidade entre a hierarquia. Talvez por isso suas palavras tenham tido tal efeito de apoio aos jovens da JEC e JUC da época na criação de movimentos que fossem de encontro à hierarquia.

O ideal proposto por Maritain no seu *humanismo cristão* é o de usar a razão e os valores cristãos, sempre respeitando ambos os lados, para criar o Paraíso ainda na Terra. É possível ao homem ser feliz antes de ir ao Céu? Através de uma Igreja formada de pessoas que amam verdadeiramente outras pessoas e que se preocupam com o seu bem-estar, é possível. Para isso, os cristãos deveriam atuar para reformar o mundo.

Em depoimento escrito Vera Jaccoud (JACCOUD/POUCHARD, 1989, p. 1-2) nos relata a “formação jecista” dentro do marco referencial do movimento ultramontano entre 1939-1941:

As reuniões abrangiam: formação Doutrinária, Formação Espiritual e Formação Moral. Na Formação Doutrinária estudávamos os Evangelhos, as Encíclicas e Doutrina correspondente ou outra. Lembro o papel que teve, na minha vida, o estudo da missa, da Liturgia, do Corpo Místico de Cristo, da Eucaristia. Acompanhávamos a Missa (em latim, que estudávamos um pouco para melhor participar). Na formação espiritual eram desenvolvidas as tônicas sobre: Vida de oração, vida interior, terço diário, meditação do Evangelho, direção espiritual, manhãs de recolhimento, retiro anual... quanto ao papel dos membros da Ac como “fermento na massa” as conclusões eram, de um lado, bastante vagas, como seja a conversão do próximo pela nossa

---

<sup>198</sup> *Idem*, p. 62-63.

maneira de “ser” e , de outro lado, através de atividades de grande porte, como organização, propaganda de Páscoa coletivas ou como “campanhas.

Vemos que o foco da JEC em que a ex-militante participava no período de 1939 a 1941 era voltado muito mais para uma “espiritualidade interiorizada” no sentido de descoberta da espiritualidade do militante por atividades de oração do que um foco na atividade de evangelização prática. A aplicação do método Ver-Julgar-Agir, próprio da ACB, não era amplamente aplicado e nem era entendido até então

A companheira de JECF de Vera, a senhora Jeannette nos conta no mesmo depoimento escrito citado anteriormente que muitas transformações ocorreram desde 1941 na JEC. Após a 2ª Guerra Mundial as duas moças na época foram enviadas a Roma no Congresso Mundial de Leigos e lá acabaram tendo uma experiência diferente de JEC que elas resolveram trazer para o Brasil: a ACB especializada. Agora Vera nos conta que:

A essência da JEC especializada que nos cativou definitivamente foi:

- “ser” do próprio meio onde se vive e trabalha
  - “assumir” esse meio, estudando suas características, riquezas e dificuldades
  - permanecer nesse meio e trabalhar com ele e para ele
- O pessoal das JECs francesa e belga era bem mais novo do que nós que, nessa altura, já tínhamos 27 anos. Mas Jeannette e eu começamos a “maquinar” como abordar as transformações paulatinas aqui na nossa terrinha (*Idem*, p. 4)

O fascinante na proposta de trabalho da JEC belga e francesa para as representantes brasileiras no Congresso era uma nova “liberdade” de ação para o jovem: sendo ele o ator da evangelização no meio próprio (a escola), o (a) militante teria a oportunidade de se aprofundar no estudo do meio trabalhando nele até quando fosse possível. No mesmo depoimento Vera fala sobre a dificuldade de aplicação do método Ver-Julgar-Agir pelo fato de não entenderem-no:

Depois da nossa iniciação na JEC especializada, passamos, aqui, de forma bastante intuitiva, na maioria das vezes através de “tentativa e erro”, a tentar aplicar o método Ver-Julgar-Agir. Buscávamos orientação em publicações francesas e belgas e íamos adaptando (*Idem*).

### 3.4. As novas oportunidades políticas (de 1962-68)

O governo de João Goulart, de 1961-1963, passa por um momento delicado no que se refere à economia e à estabilidade política, em grande parte devido à maneira com que Jango “costura suas alianças”. É assim que os movimentos católicos com a JEC e a JUC, principalmente, chegarão a ser base do governo através da UNE. “As lutas políticas em torno do programa San Tiago Dantas-Furtado de estabilização e reforma facilitaram aos extremistas a oportunidade de recrutar novos prosélitos”<sup>199</sup>.

Pela primeira vez tais organizações estudantis tinham tamanha importância no país. “Do lado da esquerda, organizações estudantis radicais como a UNE e a Ação Popular tomaram a si um ambicioso programa de organização política”<sup>200</sup>. E justo em uma área que necessitava mais investimentos por parte do governo: o ensino secundário, que era, e ainda o é, super deficitário. Ainda no governo Kubitschek a educação era uma área “... onde se verificava um enorme déficit de escolas em nível secundário”<sup>201</sup>.

Ameaçado com os fracassos no campo econômico-financeiro e no político, restou a Jango no fim de 1963 e início de 1964 o lançamento do seu programa de “Reformas de Base”. Apesar de contar com o apoio católico de “esquerda”, estes movimentos pediam que o presidente fosse além das reformas, terminando com o estado liberal, e propondo uma reforma no capitalismo burguês brasileiro, sendo assim uma base não confiável de apoio, com forte influência do PCB. “A verdadeira força na esquerda vinha dos “jacobinos”. Algumas de suas organizações (UNE, AP, os sindicatos industriais) eram infiltradas de elementos do PCB, mas o próprio PCB mal podia ter-se em conta de organização bem disciplinada”<sup>202</sup>.

Jango também virara alvo dos militares no mesmo ano, por suas alianças e, em breve seria deposto por estes. O executivo do Brasil já não seria um apoiador destes movimentos daí em diante. No 1º de abril de 1964 é o que acontece para os movimentos da ACB.

---

<sup>199</sup> SKIDMORE, 1982, p. 309.

<sup>200</sup> *Idem*.

<sup>201</sup> *Idem*, p. 229.

<sup>202</sup> *Idem*, p. 343.

Mas para os membros da JEC, o fim dos anos cinquenta e início dos anos sessenta revelaram-se especiais.

Nunca o movimento teve tamanha participação e crescimento em número de membros. Nunca houve tanta articulação, e pela primeira vez o movimento trabalhava junto ao movimento estudantil com tamanha representatividade.

A Equipe Nacional da JEC de 1963 se mostrava muito otimista com a perspectiva de trabalho de política estudantil: sentiam como a JEC finalmente tivesse achado o seu lugar no mundo. Fazendo uma retrospectiva histórica do movimento para ser demonstrado no V Conselho Nacional em julho de 1963<sup>203</sup>, a Equipe Nacional procurava demonstrar o avanço que a JEC havia feito como movimento. Aliás, um dos poucos movimentos organizados da época e articulado em nível nacional, com apoio da hierarquia.

### 3.5. A estrutura do movimento entre 1958 a 1966

Como já vimos, membros da JEC estavam presentes nas bases de apoio do governo do presidente Jango. Em boa parte isto se deve ao número de sócios jecistas em todo o Brasil. Haveremos de discutir se o Brasil da década de sessenta, o maior país católico do mundo, tinha a maior porcentagem de *católicos freqüentantes* também<sup>204</sup>. Mas, sem dúvida, com o advento da ACB, a ICAR entrava novamente em um processo ascendente de recuperação de fiéis. E não qualquer fiel: mas fiéis formados para serem líderes no seu *meio de atuação*, no caso da JEC, o meio estudantil secundário.

Como nos mostra Dick (1992, p. 21) “na 7ª Semana Nacional da JECF (1960), além de sabermos que existiam 70 dioceses onde a JECF estava articulada, pode-se ver que este processo do meio prosseguia”. Se juntarmos ao número de grupos da JECM aos da JECF veremos que o número possível de militantes jecistas até o Golpe de 1964 poderia ser

---

<sup>203</sup> EQUIPE NACIONAL DA JEC. *VISÃO HISTÓRICA DA JEC BRASILEIRA*, 1963, p. 4.

<sup>204</sup> Para uma discussão sobre o Brasil ser o “maior país católico do mundo” e um índice percentual do número de católicos “praticantes” e os que se diziam católicos, mas que efetivamente não freqüentavam o culto católico no período da década de sessenta e setenta, veja SCHNEIDER, José Odelso; LENZ, Matias Martinho; PETRY, Almiro. *Realidade Brasileira*. 4ª ed. Porto Alegre: Livraria e Editora Sulina, 1977.

considerável, bem perto ou maior que o número de membros da JOC à época, que era de 85 mil membros<sup>205</sup>.

Além disso, a recuperação do poder da ICAR no país após o regime do *padroado* se deu através da inserção do leigo no serviço apostólico *a mando da hierarquia*. Este serviço apostólico era feito depois de um processo de aprendizagem (formação) que durava um ano, ou, no mínimo, seis meses, segundo o Estatuto da ACB de 1950.

No caso da JEC nos anos pós-1958, a estrutura que os dirigentes dispunham para a trabalharem e os tipos de ação propostas eram completamente diferentes das do início do movimento na década de trinta: a JEC passara de um movimento que tinha em 1936 seis mil membros espalhados pelo país de norte ao extremo-sul e sem experiência alguma de movimento leigo especializado para um movimento presente em quase todas as capitais importantes do país em 1963 e liderados e organizados por uma Equipe Nacional que representava a todas as regiões do país pois tinha um membro de cada na sua composição.

Um detalhe interessante e que explica boa parte da posterior desconfiança da hierarquia com o movimento é a ausência ou o pouco contato dos assistentes com as equipes nacionais. De 1960 a 1961, a Equipe Nacional da JECM, em função da falta de padres e religiosos aptos a lhes acompanhar, simplesmente ficara sem acompanhamento adulto! E todos os assistentes que tiveram de 1961 a 1966, ano da dissolução das Equipes Nacionais, foram muito receptivos às idéias dos dirigentes jecistas, inclusive a radical mudança de objetivo do movimento, contrariando os Estatutos da ACB e o movimento ultramontano<sup>206</sup>. Mas, como veremos, ambos lados perderam, e muito, com o fim destas organizações.

A JEC contava com uma importante estrutura de mobilização que permitia a Equipe Nacional saber em detalhes através de relatórios a “realidade” do movimento em todas as

---

<sup>205</sup> Efetivamente não temos como estimar o número exato de militantes da JEC e JECF no Brasil no período de 1958 a 1966. Mas se levarmos em consideração que a maior publicação destes movimentos, o *Boletim Nacional* da JEC e JECF chegara a ter uma tiragem de dez mil exemplares para cada movimento, podemos estimar um número entre cinqüenta mil e cem mil militantes em todo o Brasil (se considerarmos que em cada Equipe de Base participavam entre cinco e dez jovens, aproximadamente).

<sup>206</sup> Na página 8 do documento *Visão História da JEC Brasileira* (1963), a equipe nacional expressa o seu contentamento com o novo assistente eleito em 1961 e aprovado no ano seguinte pelo Secretariado Nacional da ACB: “um novo assistente nacional: Pedro Eduardo Boaik, assistente regional Centro-Leste e da JEC do Rio. Seu nome foi otimamente recebido pelos militantes e era um destes que mais trabalharam pela *nova linha do Movimento*”. Por *nova linha* entenda-se o abandono da idéia do apostolado estritamente evangélico da JEC no meio estudantil passando para atividades em todos campos sociais possíveis aos estudantes.

regiões do país. Isto possibilitava diagnósticos precisos para a ação futura e freqüentemente dava certo. Segundo Miele (1960, p. 12) outros fatores contribuíam para o sucesso dos movimentos especializados como a JEC:

A existência de permanentes, que consagram a totalidade de seu tempo, ou uma grande parte dele, à coordenação no plano nacional. Coordenação que comporta a publicação de Boletins e de programas, mas, sobretudo visita aos centros, de modo a permitir um conhecimento “in loco” do meio, dos seus problemas e aspirações.

Ainda em termos de estrutura de mobilização podemos ver que a JEC contava com suas publicações como o *Boletim Nacional*, o *Boletim Regional*, os *Cadernos da JEC* e os *Programas* anuais da JEC e JECF. É através do estudo dos mesmos *Boletins* que podemos perceber uma mudança na estratégia de ação da JEC, onde as equipes nacionais de ambos os movimentos passam a se aproximar de temas como grêmios estudantis, política estudantil e problemas brasileiros, principalmente após 1957<sup>207</sup>. As publicações da JEC tinham o objetivo de trazer até aqueles militantes que não participavam das reuniões dos dirigentes encarregados das publicações o conhecimento dos debates realizados, as propostas de programas anuais, indicações bibliográficas, a composição das equipes nacionais e regionais entre outras funções. Mas a principal função das publicações era trazer as propostas de ação aos militantes e, no nosso caso da JEC pós 1962, a proposta era de dedicar-se ao meio estudantil, abandonando em boa parte o caráter predominantemente evangelizador do movimento e adotando uma nova postura.

Um dos motivos de sucesso da mudança do caráter institucional para o social da JEC foi à impossibilidade de ação momentânea da hierarquia de descobrir e reprimir o movimento em 1961 e 1962. Neste período, nas reuniões do Conselho Nacional da ACE, poderia ter sido detectado a mudança que os jovens dirigentes da JEC estavam propondo, mas como o Conselho não estava funcionando normalmente, as reuniões não aconteciam e as idéias não eram debatidas.

Frente a este “vácuo” de poder o Secretariado do Apostolado dos Leigos pedia a CNBB uma mudança:

---

<sup>207</sup> Segundo Dick (DICK, 1992, p. 20) “a nova postura diante do meio estudantil levou a JEC a ampliar a sua participação na vida do colégio. Tudo que podia atingir globalmente a vida da escola era utilizado... Foi em 1959 que a JEC lançou oficialmente, por todo o Brasil, a Semana do Estudante”.

Em caráter de revisão constatou-se a completa imobilidade do Secretariado do Apostolado dos Leigos, que realmente nunca se completou, e um desentrosamento completo entre os vários movimentos. Os contactos tiveram um cunho eventual. Sugere-se neste particular uma revisão global deste Secretariado, enquanto estrutura, finalidades, participação, atuação, para que possa a vir funcionar eficazmente.<sup>208</sup>

Uma outra forma de mobilização a favor da JEC eram as *campanhas* ou *Semanas de estudo*. Elas tinham o objetivo de trazer a comunidade estudantil ou, na década de sessenta, as próprias comunidades de bairro ou paroquiais a terem contato com a JEC, de forma a tornar o movimento conhecido ao grande público e atrair novos membros<sup>209</sup>.

Também a JEC contava desde 1962 com um grupo dentro da Equipe Nacional *apenas para assuntos de política estudantil*<sup>210</sup>. A existência deste grupo dentro da Equipe Nacional mostra importância dada a política estudantil pela JEC e a mudança na estrutura feita para se adequar à nova proposta.

Em 1965, após o Golpe Militar, o movimento já havia sofrido uma grande perda no número de seus militantes. A equipe que assumira a Equipe Regional Sul da JEC estudara até a possibilidade de mudar a estrutura da Equipe, unindo a JECF e JECM em uma só para tentar resolver o problema da parada dos trabalhos devido a perseguição dos dirigentes por parte do governo<sup>211</sup>.

---

<sup>208</sup> SECRETARIADO DO APOSTOLADO DOS LEIGOS. *Circular*. Brasília: mimeo, 26/03/1962, p. 1.

<sup>209</sup> No *Boletim Nacional da JEC*, nº 2, 1962, p. 10, sobre a campanha de popularização da Encíclica Mater et Magistra, lemos: “a atuação da JEC na Campanha foi intensa; houve pichação nas ruas de quase todos os bairros de São Paulo. Concentrações nos bairros, uma atuação total de todas as zonas, palestras nos colégios católicos para o estudo da M.M. Noites sociais em alguns bairros. Folhetos de todos os tipos. Explicando a M.M. a Oração Social, foram distribuídos nas Zonas. Faixas foram pregadas nas zonas e nas ruas principais da cidade”.

<sup>210</sup> No *Boletim Nacional da JEC*, nº 7, 1963, p. 14, lemos: “O Grupo de Trabalho de Política Estudantil, dirigido pelos jecistas Paulo Luiz Vieira e Waldemar Bastos Cunha, está funcionando no Rio no sentido de coordenar as atividades de militantes jecistas na política estudantil. Escrevam narrando as novidades”. Há poucos registros das regiões que mandaram correspondências ao Grupo de Trabalho, mas as correspondências existentes nos mostram um crescente envolvimento da JEC com o meio estudantil chegando com algumas regiões a terem representantes na UBES e na UNE e, em alguns casos, presidentes destes diretórios.

<sup>211</sup> Em um documento intitulado *Carta à Equipe Nacional* (03/04/1965, p. 1) escrito pela Equipe Regional Sul, os dirigentes externavam que “também já estamos pensando numa publicação para assistentes e militantes sobre Pastoral Estudantil... está sendo bolada a nossa ‘Carta aos Conselhos Nacionais de JECM e JECF... nela vamos falar um pouco das nossas experiências: realização dos Conselhos Regionais, união das equipes masculina e feminina, e algo sobre o serviço de coordenação”. Vê-se aí

Em uma carta ao Conselho Nacional da JEC escrita pela Equipe nacional<sup>212</sup> a Equipe se mostra preocupada com o que parece o fim iminente do movimento como era conhecido:

Na reunião da Comissão Central da CNBB D. Vicente Sherer propõe a redução das equipes nacionais com o fim de fortalecer mais os regionais, encarregando-o a comissão central do estudo do assunto, juntamente conosco. Como d. Vicente já tinha de voltar para o Brasil, encarregou D. Edmundo, seu auxiliar na Diocese de Porto Alegre, de representa-lo em uma outra reunião que haveria sobre a Ação Católica e, passando pelo Rio, em contato com as equipes nacionais, coloca como deliberado o problema da redução dos nacionais, que a seu ver deveria constar apenas de um elemento de cada movimento, um assistente e essa equipe ligada diretamente à CNBB (1966, p. 1)

Em 1966 a CNBB com uma coordenação nova e que desde 1964 via a JEC com outros olhos e com certa preocupação. Em 1966 a CNBB decide pela “descentralização” da JEC e dos outros movimentos da ACB especializada, ainda que movimentos como a JEC e JIC não estivessem no mesmo nível de envolvimento político como a JEC e a JUC. Na iminência desta decisão já era sabido que a estrutura do movimento seria mudada, o que afetaria a JEC como um todo. Em uma carta às Equipes regionais os membros do Conselho Nacional da JEC expunham sua preocupação com o movimento<sup>213</sup>:

Estivemos neste primeiro semestre, envolvidos em uma problemática interna da Igreja. Problemática, aliás, não procurada por nós, mas que exigia uma definição de nossa parte. Preocupados em não prejudicar com isso a própria coordenação e a reflexão interna do movimento, demos, em conjunto com todo o Conselho Nacional da ACE, os passos necessários, procurando interpretar da melhor maneira o pensamento do Conselho... Soubemos que na reunião da Comissão Central ficou votada a “descentralização” da Ac e a transferência da maior responsabilidade de coordenação aos Regionais em ligação com os Regionais da CNBB... Ficou claro também, por afirmação textual de Dom Vicente, que o problema todo é com JEC e JUC. Chegou mesmo a querer uma decisão diferente a nós e quanto aos outros setores. Mas, como no último documento afirmávamos comum experiência, foi tomada uma única decisão. (CONSELHO NACIONAL DA JEC , 1996, p. 1)

---

<sup>212</sup> *Carta ao conselho n° 3*. Rio de Janeiro: mimeo. Março/1966.

<sup>213</sup> CONSELHO NACIONAL DA JEC. *Carta às Equipes Regionais*, 01/07/1966, 2 p..

Se lembrarmos que uma nova Equipe nacional era eleita todo o ano, podemos crer que a intenção dos autores quando diziam que a problemática não “fora procurada por nós” pode estar correta. No entanto, mesmo que estes não tivessem envolvimento desde o início de 1966 com a política estudantil (e, no entanto, estiveram) acabaram pagando por mais de três anos de envolvimento das Equipes anteriores e de atritos com a hierarquia. Além disso, e mais importante, a hierarquia, que tem o poder de decisão de mudança estrutural segundo os estatutos, acaba por transferir a responsabilidade da coordenação das Equipes de Base para as Equipes regionais *subordinadas* à CNBB e aos bispos locais. Ora, neste momento a hierarquia finalmente acaba com o *vazio* existente na falta de *sacerdotes* junto às Equipes nacionais, mas também tira das Equipes regionais a capacidade de agirem *sós*, e acabando com a liberdade de ação do movimento.

Com a estrutura do movimento mudada, também a hierarquia sinaliza para o governo militar brasileiro um maior controle sobre os jovens “rebeldes” e sinaliza para os jovens da ACE que uma fase da história dos leigos na Igreja do Brasil havia acabado. Já que o apoio financeiro ao movimento passaria também a vir das arquidioceses, as publicações da JEC começariam a escassear, o que diminuiria consideravelmente a capacidade de mobilização do movimento.

Descontentes, muitos jovens da JEC e JUC simplesmente abandonaram o movimento ou se juntaram a grupos como a AP. Incapazes de aceitarem suas experiências com a política estudantil como negativas, a separação foi muitas vezes a única resposta. O ano nem havia acabado e a Equipe Nacional da JUC, por exemplo, já nem se considerava mais ACE<sup>214</sup>.

No famoso *Documento de Juiz de Fora*<sup>215</sup> escrito pela Equipe Nacional e dirigida às Equipes Regionais, a Equipe Nacional publica a sua decisão frente ao fim do movimento:

---

<sup>214</sup> Em um documento intitulado *Circular da Equipe nacional a todos os militantes*. Rio de Janeiro: mimeo, 11/08/1966, 2 p. a Equipe Nacional deixava claro que “... não nos reconhecemos como Ação Católica ou qualquer forma de organização que se defina como extensão do Apostolado Hierárquico, mas nos propomos a assumir nossa missão de cristãos, homens do mundo, engajados e comprometidos numa vivência teológica, e é em função desta missão que o movimento se organiza” (Idem, p. 2). Ao se negarem a voltar para as suas Equipes Regionais e tentar continuar o seu trabalho nesse nível a Equipe Nacional da JUC parece usar de sua saída para atacar também a hierarquia, discordando da atitude tomada por esta última em 1966. Essa Equipe não anuncia o fim de suas atividades como cristãos, mostrando que acreditavam na proposta que criaram para a JUC, apenas se apartando de qualquer representatividade como apóstolos leigos.

<sup>215</sup> EQUIPE NACIONAL DA JEC. *Documento de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: mimeo, 04/12/1966, 10 p. Neste documento a Equipe Nacional da JEC realiza um esforço de compreensão histórica da JEC apresentando como ênfase a opção pela política estudantil no fim da década de 1950 e as conseqüências para

Ante os dois impasses (interno e com relação à hierarquia) tornou-se claro e evidente para nós a impossibilidade de uma definição “de movimento”. É por isso que nos pareceu como melhor solução DESLIGARMO-NOS DO MOVIMENTO e tentar, dentro de tôdas as limitações, refletir junto com a faixa dos militantes engajados, dando continuidade e acentuando a busca que... já iniciávamos... Não nos recusamos a dialogar com os quadros institucionais da Igreja, no Brasil e muito menos queremos considerar-nos fora da Igreja que, pela fé, sabemos ser também institucional.<sup>216</sup>

Da mesma forma que a Equipe Nacional da JUC a Equipe Nacional da JEC se desliga da ACE antes de terminar o ano. É também um recado à hierarquia: não podemos continuar o que fazíamos antes até por que a nova Equipe não poderá continuar o nosso trabalho.

Mas existiam muitas diferenças entre as equipes da JUC e JEC. No mesmo documento os membros da Equipe Nacional perguntavam aos “militantes” do movimento, àqueles que se dedicavam como eles à política estudantil quais as opções existentes? Eles mesmos apresentavam três. As duas primeiras seriam relativas a permanecer na Igreja continuando ou não os trabalhos da JEC ou “Há uma terceira possibilidade: a de se formar grupos ecumênicos com a preocupação de uma abertura maior, com uma visão mais totalizada ou globalizada da Igreja”.<sup>217</sup>

Esta terceira proposta, em se tratando de um movimento tão integrado na instituição ICAR, parece tão radical que nos intriga. Na verdade, nem parece vinda de um movimento católico. Mas se formos analisar melhor, veremos que ela se encaixa perfeitamente em uma proposta de movimento social, que precisando aumentar suas forças, faz alianças com outros movimentos ou associações ainda que diferentes de sua natureza, mas que tenham um mesmo propósito. Nos parece um posicionamento bem parecido com o movimento de Diretas-Já da década de 1980 que unira pessoas de classes bem distintas e também partidos distintos a favor das eleições diretas, por exemplo.

O fato é que a JEC entre 1962 e 1966 passou a ter uma estrutura de mobilização um pouco diferente da do período até 1958: a continuação e ampliação das publicações, a

---

o movimento dessa escolha, incluindo uma reflexão sobre o fim da própria Equipe Nacional e o futuro de seus membros.

<sup>216</sup> *Idem*, p. 9.

<sup>217</sup> *Idem*, p. 10.

criação do propagandista *permanente*, a criação do Grupo de Política Estudantil, a criação da Comissão JEC-JUC e a unificação das equipes nacionais da JEC e JECF deram suporte a uma mudança da JEC para ser um **movimento social** atuante, ainda que estatutariamente a JEC fosse dependente da hierarquia para a continuação dos seus trabalhos.

A JEC também tinha uma representação dentro da estrutura latino-americana da AC. Participavam em 1966 do Secretariado Latino Americano da JEC (SLA) os seguintes países: Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Paraguai e Bolívia. Em 1966 o SLA encaminhava-se para se definir quanto ao tipo de coordenação que teria e suas motivações e objetivos, mas a JEC do Brasil pouco participou destas ações já que o SLA se reuniu apenas duas vezes naquele ano: uma no primeiro semestre e outra no segundo, quando a CNBB já havia se decidido pelo fim das Equipes Nacionais. Como eram estas que representavam o Brasil no SLA, ficara comprometida a participação da JEC do Brasil nesta instituição.

Mas o SLA teria uma grande importância da coordenação das ações da JEC na América Latina na década seguinte, coordenando eventos e propondo linhas de ação voltadas para o meio estudantil, idéia que fora muito defendida pelos jecistas brasileiros no início de 1966.<sup>218</sup>

Em 1966 a hierarquia usou o seu poder estatutário para mudar esta situação. A JEC fora diminuída em seu tamanho, e as Equipes Nacionais foram demitidas, sendo permitido apenas as coordenações em nível regional e ligadas aos bispos locais e a CNBB. Ou seja, o movimento estava praticamente proibido de se organizar novamente em nível nacional e aos poucos o envolvimento com a política estudantil fora deixado de lado pelas Equipes Regionais, agora responsáveis maiores pelo movimento em cada uma das cinco regiões do Brasil em que a JEC estava presente.

### 3.6. Os marcos referenciais do movimento de 1958 a 1966

---

<sup>218</sup> EQUIPE NACIONAL DA JEC. *Reunião do comitê Latino Americano*. Rio de Janeiro: mimeo, 1966, 3 p. Neste documento a Equipe Nacional expõe às Equipes Regionais as dificuldades de coordenação do SLA da JEC frente aos problemas de uma falta de coordenação sacerdotal e de falta de permanentes para o SLA. Interessante que a mesma equipe da JEC brasileira já defendia uma “uma possibilidade de se chegar a uma autonomia de coordenação de seus movimentos” (p. 1), possivelmente prevendo um possível fim do movimento no Brasil.

Como vimos anteriormente, a introdução do pensamento de Maritain, Marx e Mounier foram importantes na JEC, pois trouxe o debate político que estava em uma esfera de partidos políticos e faculdades para dentro da ICAR. O resultado deste debate nós podemos ver nos conteúdos das publicações do movimento, que passam a ter um conteúdo mais crítico frente à hierarquia, à política estudantil, ao meio secundarista, a realidade brasileira e outros temas.

Seus marcos referenciais continuavam os mesmos explicitados anteriormente, mas com uma tendência em negar as atividades somente evangelizadoras partindo para a ação em termos práticos, procurando criar o Reino de Deus ainda na Terra, típico do *humanismo cristão* de Maritain.

A estratégia de ação do movimento também muda: não é apenas necessário *evangelizar* o meio, mas sim também fazer a sua parte enquanto estudante para que o meio *mude*, e para melhor. Ou seja, o debate não é mais tanto sobre quais métodos seriam usados para trazer os jovens ao movimento, e, portanto, à Igreja, mas também de como o movimento pode mudar o Brasil.

É uma mudança significativa, pois transcende o papel reservado ao leigo na instituição. Na verdade, será considerada uma afronta a instituição já que aos poucos haverá um distanciamento entre o *temporal* e o *espiritual* que se tornará irreconciliável. O ultramontanismo é deixado de lado, bem como o plano de romanização até por que as equipes nacionais da JEC sequer mencionam em seus planos a Doutrina Social da Igreja como base de ação, como veremos.

Uma estratégia proposta pela JUC em 1961 e adotada fortemente pela JEC (talvez pela influência do grupo JEC-JUC formado no ano seguinte) era a ocupação sistemática de cargos políticos. Segundo o Frei Romeu Dale (1961, p. 1):

A equipe nacional tomando consciência mais viva da importância e da urgência da ação política, achou que devia estimular os seus dirigentes e militantes a uma ação sistemática e coordenada no plano da militância política estudantil desde que para isso se sentissem com gosto e aptidões. Visando mesmo a ocupar cargos políticos do meio estudantil, e a própria UNE.

Neste documento escrito pelo Pe. Romeu Dale este expunha a Dom Hélder Câmara a sua preocupação com os rumos da JUC e da ACB Especializada. O mesmo documento na mesma página ainda aponta para uma mudança da proposta da JUC “de maneira orgânica, para a dimensão social do catolicismo, de um modo bastante vigoroso”. Ora, o marco referencial da JUC, e logo após também a da JEC por tendência, mostra que está sendo mudado em seu objetivo e estratégia: os militantes tem a liberdade agora de dedicar-se também à ocupação de cargos políticos desde que se sintam capazes disso em detrimento dos trabalhos de evangelização.

Enquanto o método Ver-Julgar-Agir foi usado como estratégia de mobilização dos militantes ele dividia opiniões. Depois ele fora substituído pelo método da Revisão de Vida. No entanto, o método servia como sugestão de trabalho para o tema que iria dominar os assuntos a partir de 1962: a política estudantil. Já em 1959 a Equipe Regional Sul pedia aos seus militantes (através de correspondência)<sup>219</sup> que usassem o método para se perguntarem:

Como é o meio estudantil em sua cidade: no colégio- no bairro-? Há organizações estudantil (clubes recreativos, culturais, etc. de estudantes) ?- há política estudantil? Qual tem sido o trabalho da JEC nos diversos setores?-Fizeram campanha da Páscoa? –Semana do Estudante?Quais os resultados para o meio? E para a JEC? Pontos positivos e negativos das duas campanhas.<sup>220</sup>

O método Ver-Julgar-Agir próprio do movimento e base de sua identidade frente a hierarquia e a outros movimentos da ACB ia sendo cada vez mais esquecido e não ensinado para as equipes de base nos colégios. Em um documento elaborado pela Equipe nacional da JEC e enviado às equipes regionais e federativas<sup>221</sup> fica patente que o método próprio da JEC estava sendo esquecido e substituído por uma nova estratégia:

Aos poucos êle (o método Ver-Julgar-Agir ) foi deixando de ser utilizado, afirmando-se que na prática as três fases confundiam-se. Nesta época que estamos analisando, ele parecia citado nas publicações como esquema de elaboração de estudos. Na Equipe de Base não era utilizado... Não parando numa reflexão profunda o militante deixava de aproveitar todos os elementos vividos na sua ação. Tanto no aspecto de sua educação pessoal como no de sua

---

<sup>219</sup> EQUIPE REGIONAL SUL. *PREPARANDO O III ENCONTRO REGIONAL DA JEC*. São Paulo: mimeo, 01/1959, 1 p.

<sup>220</sup> *Idem*.

<sup>221</sup> SECRETARIADO NACIONAL DA JEC. *Sinopse da Visão Histórica do movimento*. Rio de Janeiro: mimeo, junho/1964, p. 8.

santificação, o que também criou um certo dualismo entre espiritualidade e engajamento.

O método que substituiria o Ver-Julgar-Agir estava adaptado à nova proposta de ação jecista. A Revisão de vida era também composto de três passos e levava o militante a pensar concretamente na ação e de certa maneira, “desviava” a atenção do militante para o seu 3º item:

A Revisão de Vida vem a ser o esforço de reflexão, em equipe, para descobrir, nos fatos da vida, os apelos de Deus. Processa-se naturalmente em três etapas:

- 1- analisa-se determinando fato concreto da vida (individual ou coletivo) numa visão de unidade e objetivando a universalização pela comunicação das consciências a que conduzir a vida de Equipe;
- 2- reflete-se nos sinais de Graça e nos de pecado (valores e contra valores) apontados nêste determinado fato concreto nos quais o militante facilmente identifica seu momento de conversão para a realidade e para Deus;
- 3- confronta-se o militante diante de sua missão de cristão no mundo, e em face aos apelos de Deus que a Revisão de Vida lhe apresenta, a sua resposta se exprime na dinamização da Caridade que o engajamento do “aqui” e “agora” está a exigir dele, da equipe e do meio (*Idem*, p. 11).

Da mesma forma o *ultramontanismo* é deixado de lado Apesar da boa intenção de alguns dirigentes da JEC deixarem claro que o seu interesse pela transformação da realidade brasileira através da mobilização do meio estudantil e da ocupação de cargos no meio estudantil seja em prol do bem comum, isso não tem nada a ver com a proposta ultramontana da ACB de seguimento papal e de interiorização da fé. Na verdade é o movimento oposto de descoberta dos problemas através da Revisão de Vida e ação em grupo independente da vontade da hierarquia e em total liberdade.

### 3.6.1 . Estratégias de ação da JEC no meio estudantil

Não poderíamos falar da JEC como movimento social sem falarmos de *como* o movimento pretendia *transformar* o meio estudantil e o mundo. Desta forma vamos tratar um pouco das estratégias utilizadas pelos jecistas para chegarem às coordenações das entidades estudantis e do comportamento do militante nestas.

Com a criação do Grupo de Política Estudantil em 1962 a JEC cuidava da estruturação das suas estratégias de grupo e delegava a responsabilidade da sua criação a alguns dirigentes que tinham essa incumbência. Como desde a metade da década de 1950 a JEC vinha se familiarizando com o meio estudantil, não vai nos parecer estranho que o referido Grupo tenha elaborado em 1962 um documento<sup>222</sup> com uma proposta de ação de politização dos militantes do movimento e como politizar o meio estudantil.

Para o Grupo a politização é entendida como o “despertar a consciência do estudante para os problemas do meio para que êle possa sar uma participação ativa à promoção do bem comum”.<sup>223</sup> E a necessidade da JEC em envolver-se em tal tarefa está no fato de que “a classe estudantil tem sido até hoje, um instrumento e não fim dos movimentos promovidos por suas cúpulas”.<sup>224</sup>

A intenção da JEC está colocada em termos de mudança da maneira como a política estudantil estava sendo feita. Em primeiro lugar a mudança é tarefa de todos os estudantes, e em segundo lugar, esta mesma massa de estudantes não pode servir apenas de *massa de manobra* para alguns que apenas alguns líderes de partidos ou agremiações se beneficiem, mas deve ser o motivo da ação de qualquer cúpula. Esta “denúncia” é também uma estratégia de ação na medida que desmerece o trabalho realizado no meio estudantil por UBES, UNES e outros grupos regionais liderados até aquele momento por jovens oriundos de partidos como a UJC e o PCB. É nesse sentido que podemos ver outra denúncia do documento onde o Grupo expõe que no meio estudantil se verifica que há “atividades controladas por gente estranha ao meio estudantil, às vezes com finalidade eleitoreira, às vezes com finalidade paternalista”.<sup>225</sup>

---

<sup>222</sup> GRUPO DE POLÍTICA ESTUDANTIL DA JEC. *JEC 1962: 1ª campanha pelo meio estudantil: politização*. Campina Grande: mimeo, 03/1962, 9 p.

<sup>223</sup> *Idem*, p. 1.

<sup>224</sup> *Ibidem*.

<sup>225</sup> *Ibidem*.

Segundo o Grupo de Política Estudantil, na prática a politização dos jovens da JEC se dá, segundo uma instrumentalidade pessoal e uma instrumentalidade coletiva.<sup>226</sup> A primeira se trata de um aprofundamento feito pelo próprio militante nos seus estudos e da sua reflexão procurando apreender a realidade além das experiências, “não se contentando com a mediocridade em nada. Ter medo das aparências, das fachadas, da vaidade”. A segunda instrumentalidade se trata da aplicação da primeira instrumentalidade no âmbito coletivo. É também o aumento da presença da JEC nas *bases*, que seriam os estudantes da estrutura estudantil.

Mas devemos nos perguntar se os jecistas procuraram seguir ao pé da letra as duas instrumentalidades. Mesmo que seja louvável que a instrumentalidade pessoal proposta seja também um aprofundamento do conhecimento do estudante, e por isso, como jecistas, também de sua espiritualidade, já vimos anteriormente e veremos mais adiante que a espiritualidade do movimento fora deixada de lado pela maior parte dos militantes, escanteada para o segundo plano. Mas quanto a segunda, de fato os jecistas a partir de então nunca estiveram tão dentro das estruturas estudantis e de suas coordenações, possivelmente fruto de iniciativas como a da Campanha pelo meio estudantil.

Não podemos deixar que um aspecto tão forte como a espiritualidade do movimento até então tenha sido modificada pelo Grupo de Política Estudantil. Esta era uma atitude também muito pessoal de cada jecista, mas de fato fora sugerido por estes que

Dos contactos pessoais (equipe de irradiação) e das atividades no colégio é que deve nascer à necessidade de crescimento na vida espiritual. Quanto mais responsável se sente o militante pelo outro e pelo meio, no sentido do amor gratuito, maior é o impulso que o atrai para Deus e para o contacto com os instrumentos da graça, os sacramentos.<sup>227</sup>

A intenção destes, possivelmente, era ligar a *ação à reflexão*, ou seja, um bom jecista não fica apenas rezando: faz algo em prol do bem comum, que deve ser o seu principal motivador de ação, tanto no colégio como na família, Igreja, etc. Mas ao ler estas linhas também temos a impressão de que acaso o (a) jecista não se envolva com atividades no colégio a sua vida espiritual nunca crescerá! Idéias como essa, provavelmente, não

---

<sup>226</sup> *Idem*, p.4.

<sup>227</sup> *Idem*. Observação: os erros de português do texto original foram mantidos na citação.

foram as únicas desmobilizadoras de uma procura pelo lado espiritual dos jecistas em troca do lado da ação, mais prático. Mas podemos afirmar que uma boa parte de seus dirigentes negligenciaram este lado de sua vida como cristãos e talvez tenham até caído em alguns vícios que tentavam se desvencilhar neste primeiro momento para criar algo novo e revolucionário.

Por fim, os instrumentos de ação sobre a estrutura estudantil apontados pelo Grupo de Política Estudantil estão “1º a representação da turma; 2º grêmios coordenados com as bases; 3º entidades supra-colegiais também coordenadas com as bases”.<sup>228</sup> E o método para se chegar em cada um *destes instrumentos de ação sobre a estrutura estudantil* é o da influência, direta ou indireta dos jecistas nestas, que viria através dos destaques individuais segundo as normas citadas anteriormente.

Não podemos negar que se trata de um plano de ação que abrange todos os aspectos da vida secundarista, desde o “primeiro degrau” até as entidades supracolegiais como a UNE. E devemos salientar que na continuação deste planejamento está também um projeto de mudança do caráter dos Grêmios estudantis como principal plataforma da JEC a ser discutida em seminários dentro das equipes de base jecistas e nos colégios em cinco etapas.<sup>229</sup>

Lançada a Campanha pelo meio estudantil, logo a Equipe Nacional da JEC vislumbrava a possibilidade de atuação no meio social também:

É evidente que a JEC brasileira está... entrando em uma linha de ação bacana, espetacular e que tem dois aspectos que poderiam parecer distintos e separados, mas que estão intimamente unidos e dependentes. Êstes dois aspectos de que estamos nos referindo são: um gremialista e um social... O estudante está inserido em duas comunidades. Uma comunidade Colegial e uma Universal. Nós queremos exatamente abrir o estudante para estas duas realidades, de tal modo que êle se sinta participante da comunidade universal dos homens, responsável como privilegiado, consciente como homem, redentor como cristão. Neste trabalho de abertura para estas duas realidades a JEC e seus militantes correm perigos, lançam-se em riscos... De nada valeria convulsionar o meio se não lhe damos uma resposta cristã... e mais ainda, se não

---

<sup>228</sup> *Idem.*

<sup>229</sup> *Idem*, p. 5-9.

“convertemos”... No meio estudantil, a presença da JEC não se opõe a nenhum grupo.<sup>230</sup>

Esta publicação do *Boletim Nacional da JEC* era especial por vários motivos: o Grupo de Política Estudantil ainda não havia colhido respostas da proposta lançada e não tinha o devido feedback de sua ação. A hierarquia pressionava no plano das idéias em um recado a todas as Equipes Regionais da JEC a não defenderem o castrismo e tampouco às alternativas econômicas como o liberalismo e o comunismo e contrárias às da Doutrina Social da Igreja por decisão do Conselho Nacional da ACE.<sup>231</sup> Enfim, era um período de incertezas aquele primeiro trimestre de 1962!

Mas logo no *Boletim Nacional da JEC* seguinte<sup>232</sup>, novas notícias dão conta do sucesso da empreitada lançada no início do ano pelo Grupo de Política Estudantil: a JEC em Belo Horizonte comemorava dez anos de presença direta ou indireta no meio estudantil de Minas Gerais; notícias sobre eventos da UNE e a UBES eram postadas; um *Caderno de Estudos da JEC* (de nº 10) estava sendo planejado e o tema seria apenas sobre Grêmios estudantil e o Grupo de Política Estudantil começava a fazer suas primeiras viagens ao Norte e Nordeste do Brasil para divulgar sua proposta a JEC da região.<sup>233</sup>

Enfim, tudo indicava pela publicação mais importante da JEC no 2º semestre que a proposta havia sido um sucesso. E também esta pode ter sido uma estratégia da Equipe Nacional para incentivar alguns grupos de jecistas que não haviam se decidido pela proposta a adotarem-na definitivamente.

Mas pode nos surpreender a *Circular às Equipes Regionais* do Grupo de Política Estudantil: o documento dá conta do grande número de jecistas envolvidos com grêmios e entidades de representação de forma que se pensa na criação de um grupo em separado apenas com os jecistas que exerçam alguma representatividade nestas instituições.<sup>234</sup> Este grupo de trabalho “nortearia” as atividades no meio estudantil no Brasil todo.

---

<sup>230</sup> EQUIPE NACIONAL DA JEC. *Boletim Nacional da JEC*, nº 1. Rio de Janeiro: Secretariado Nacional da JEC, 1962, p. 6-7.

<sup>231</sup> *Idem*, p. 2-3.

<sup>232</sup> EQUIPE NACIONAL DA JEC. *Boletim Nacional da JEC*, nº 2. Rio de Janeiro: Secretariado Nacional da JEC, 1962, 40 p.

<sup>233</sup> *Idem*, p. 21-25

<sup>234</sup> GRUPO DE POLÍTICA ESTUDANTIL. *Circular às Equipes Regionais*, nº 01, Rio de Janeiro: mimeo, 1963, 3 p.

Apesar de alguns “insucessos” iniciais como a perda da eleição da UBES em Pelotas, Rio Grande do Sul no fim de 1962, muitos dirigentes jecistas começaram a colecionar vitórias:

Conseguimos infiltrar em novas áreas e ganhar eleições importantíssimas, como foi o caso da vitória que obtivemos na AMES da Guanabara, a entidade de maior representatividade política do país. Porém, sabemos... a coordenação do Grupo de Trabalho ... deixou de cumprir as suas obrigações de costume, passando a se preocupar mais com a situação guanabarina cujo desfêcho se deu em outubro. Assim, perdemos o pulso do plano nacional e ficamos um pouco indiferentes às atividades da nova diretoria da UBES. Nos Estados, os militantes prosseguiam preocupados com a situação local, preparando-se para os próximos congressos, isolados e ignorando o que se passava no resto do país.<sup>235</sup>

E para a eleição da diretoria da UBES o mesmo Grupo de Política Estudantil planejava uma articulação nacional para tentarem na eleição do fim do ano de 1963 a presidência da instituição. A estratégia de articulação nacional traria mais efeitos práticos para o futuro do poder de influência da JEC enquanto movimento social nas próximas eleições. De qualquer forma, ao passar para esta estratégia de articulação a JEC dá um passo que a diferencia de outros movimentos da ACE, além de passar a ter um envolvimento mais profundo com o meio onde atua.

Logo que a JEC procurou se envolver mais com o seu meio de forma efetiva em 1962 aos poucos também passou a levar uma mensagem de busca do bem comum e de transformação social, como vimos.

E em um ambiente de luta ideológica mundial entre o capitalismo e socialismo, e com a hierarquia da Igreja Brasileira dividida em setores que tanto defendiam a Doutrina Social da Igreja como resposta ao modelo sócio-econômico, quanto o capitalismo e alguns até mesmo viam com simpatia o socialismo (ainda que raros), a JEC começava a ter de defender suas opiniões acerca do assunto.

Embora possivelmente dentro do movimento o pensamento sobre o assunto fosse igualmente dividido em diversas opiniões, a Equipe Nacional da JEC respondia por todos.

---

<sup>235</sup> *Idem*, p. 2.

Com o Golpe de 1964 a JEC passou a ser mais um alvo do governo militar. Seus posicionamentos ambíguos entre o capitalismo e o socialismo e o envolvimento de muitos dirigentes com as entidades estudantis a credenciaram para isso.

Em um documento *confidencial* intitulado *Relatório da JEC para Dom Cândido Padim*<sup>236</sup> a Equipe Nacional relata a Dom Cândido a situação em cada região do país após a perseguição militar, concluindo que o movimento perdera muitos militantes. A consequência principal para o movimento teria de ser a revisão de sua presença no meio estudantil. Uma maior presença de assistentes para o movimento fora solicitada (veja anexos nº 2a, 2b e 2c).

A estratégia aqui parece ser a aproximação da hierarquia por esta ser talvez um “braço mais forte” nesta hora e que talvez ajude a alguns dirigentes perseguidos e ao movimento como um todo. No entanto ao mesmo tempo em que a Equipe Nacional pede uma intensificação da presença dos assistentes a JEC passará por uma “inquisição” da sua “protetora”, a hierarquia. Com a eleição de novo presidente e de novas lideranças para a CNBB parece-nos que a situação frente a hierarquia para a JEC como movimento da ACE só piora.

Em 1964 o Secretariado Nacional da JEC elaborara uma *Sinopse da Visão História do Movimento*<sup>237</sup> aonde os autores chegam à conclusão de que “o Movimento foi descobrindo e aprofundando a vivência da faixa missionária de ação pastoral, levando o cristão, que vive em contínua reconversão, a assumir seu papel na comunidade humana”.<sup>238</sup> Esse “papel na comunidade humana” se refere a preocupação quanto ao aspecto social: em um Brasil com uma situação educacional de altos índices de analfabetismo, de altos índices de pobreza nas décadas de 1950-60 qualquer grupo com pretensões políticas tinha que estar sensível a esta questão. Talvez por isso a adoção dos dirigentes de mais este campo de ação, transformando a JEC em um movimento com preocupações com o aspecto social, mas um grupo diferenciado pelo seu tamanho e organização.

---

<sup>236</sup> EQUIPE NACIONAL DA JEC. *Relatório da JEC para Dom Cândido Padim*. Rio de Janeiro: mimeo, 1964, 4 p.

<sup>237</sup> SECRETARIADO NACIONAL DA JEC. *Sinopse da Visão História do Movimento*. Rio de Janeiro: Secretariado Nacional da JEC, 06/1964, 12 p.

<sup>238</sup> *Idem*, p. 11.

### 3.7. A JEC: opção por ser um movimento social

Fica claro que a partir de 1962 a Equipe Nacional da JEC está preocupada em transformar a proposta do movimento. Desde 1958 as Equipes Nacionais vinham associando cada vez mais o seu trabalho com a política estudantil. Essa mesma política estudantil vinha crescendo em importância e vinha desempenhando um importante papel de sustentação política do governo “reformista” de João Goulart e era (e ainda é) ligada a partidos políticos, principalmente ao PCB.

Na década de 1950 as Equipes Nacionais da JEC procuraram encorajar os seus membros e dirigentes a dar atenção ao meio secundarista e procurar apoiar as estruturas dos seus Grêmios estudantis. Mas no fim da mesma década as Equipes Nacionais tinham planos de “tomarem de assalto” a UNE e UBES, em níveis estaduais e nacionais.

A partir de 1962, antes da mudança da administração da CNBB, a JEC passa a sofrer ataques por uma parte da hierarquia que estava descontente com os rumos que o movimento havia tomado. E quando tomamos conhecimentos dos questionamentos feitos por estes membros da hierarquia e analisamos os documentos produzidos pelos jecistas em sua defesa, vemos que o movimento tinha tomado um rumo que o credenciava a ter seu status mudado.

Um movimento como a JEC, ligado a ACB e seus estatutos, com regras e estatutos próprios, poderia ser considerado ainda um movimento institucional após 1962?

Penso que não. Temos que avaliar neste caso a importância da Equipe Nacional neste contexto: a JEC era um movimento que, desde a década de 1950, possuía uma Equipe Nacional e Equipes Regionais responsáveis por uma “linha de ação” escolhida para ser trabalhada durante um ano inteiro. Como podemos ver em seus Estatutos, era dever dessa Equipe Nacional fazer a propaganda do movimento e zelar pelo cumprimento das atividades propostas durante o ano, fazer o movimento em nível nacional acompanhar as decisões do Conselho da ACB, ajudar na expansão de membros do movimento, etc. A JEC ainda estava comprometida com o movimento ultramontano e de romanização, e chegou a

enviar representantes para participar de Congressos em nível internacional desde a década de 1940 até o fim do movimento em 1966, mas desde 1962, a Equipe Nacional mudara, e os objetivos e estratégias da JEC também.

As Equipes Nacionais tinham a *oportunidade política* na década de 1960 do conturbado período do governo janguista de aderirem ao movimento estudantil, aliada à estrutura de mobilização institucional da própria ICAR (uma das instituições mais organizadas da época, com uma estrutura nacional e que chegava muitas vezes a lugares os mais inóspitos) e ao *marco referencial* composto pelo pensamento revolucionário dos filósofos Marx-Maritain-Mounier explicitados anteriormente.

O fato é que aderindo ao movimento estudantil os dirigentes da JEC, principalmente nos níveis nacionais e regionais (regiões Sul, Sudeste e Nordeste), acabaram mudando o *sentido do movimento* JEC e os seus *objetivos*. A sua proposta acabou sendo tão diferente da proposta de JEC da ACB inserida no movimento ultramontano que se tornou algo *diferente*: a JEC se tornara um **movimento social**.

O que eu considero um movimento social é a mobilização de pessoas em torno de uma causa comum por um certo período de tempo. Assim podemos citar, por exemplo, o movimento pelos direitos das mulheres no século XX, o movimento pelos direitos sociais da década de 1960, o movimento negro do século XX liderado por Marthin Luther King e tantos outros **movimentos sociais**.

No caso da JEC, ela passara de um **movimento institucional**, da ICAR (de sua criação em 1933 até 1962), ligado a ACB para ser um **movimento social** (de 1962 a 1966), se desprendendo dos marcos referenciais ultramontanos e adotando novos marcos referenciais, já mencionados acima, apesar de ainda permanecer estruturalmente um movimento institucional.

Como as principais equipes regionais e a nacional estavam envolvidas com a criação de uma nova JEC que “mudaria o seu meio” e eram estas equipes que propunham os rumos da JEC e os seus objetivos, logo é razoável que nós pensemos que o movimento no Brasil todo passara **ou** a adotar a JEC como movimento social **ou** pelo menos debater sobre a responsabilidade de ser estudante e fazer algo pelo país, o que fosse.

Também seria leviano da minha parte considerar que todos os membros da JEC no período de 1962 a 1964 tomaram parte ativa no movimento nos moldes que a Equipe

nacional propunha. Temos que lembrar que muitos jovens do movimento estavam em uma faixa etária em que não podemos considerar um “alto grau” de ativismo como prioridade: afinal, o movimento fora idealizado para jovens na faixa etária dos 12 aos 18 anos. Mas os seus dirigentes costumavam ser mais velhos, e alguns cursavam a faculdade e queriam continuar no movimento de alguma forma<sup>239</sup>. Também é difícil um estudo do grau de envolvimento dos membros da JEC com a política estudantil. Além da identificação destes ser difícil pela falta de registros sobre **quem** fora membro do movimento e **quando**, seriam necessárias muitas entrevistas para determinar o papel de cada envolvido com o movimento no tempo.

Por isso eu penso que, baseado em documentos das Equipes regionais e da nacional, muito provavelmente apenas os mais “velhos” dirigentes da JEC se envolveram com o projeto de movimento social. O interessante é que eles parecem ser numerosos, e a sua influência, ainda que não possamos medi-la precisamente, mas apenas termos uma boa noção dela, fora tamanha que motivou o grupo vencedor de bispos da eleição ao comando da CNBB em 1964 a decretarem o fim das atividades da JEC apenas nos níveis de organização nacional e regional! Ou seja, todos os membros da JEC passavam a ter, no máximo, uma coordenação diocesana, ligada às decisões e supervisão direta de um bispo, sendo retirada toda a estrutura de mobilização anterior.

Mas, mesmo que consideremos que a nova proposta de ação da Equipe nacional da JEC em 1962 não tivesse sido acolhida pelo movimento todo de imediato (o que é muito razoável) não podemos negar que ela teve ressonância em diversos colégios e regiões do país. E a continuidade por quase quatro anos (de 1962 a 1966) do movimento trabalhando nestes moldes **com** a manutenção das Equipes nos mostra uma divisão da hierarquia quanto ao papel da nova JEC<sup>240</sup>. Divisão no sentido de que alguns padres e bispos aprovavam as

---

<sup>239</sup> No depoimento escrito enviado ao Pe. Hilário Dick em 1989, Vera Jaccoud fala que passou a trabalhar na JEC após acabar o seu curso universitário, em 1941: “Completado o curso universitário, era minha ‘obrigação’, como membro da AC, passar para a vida paroquial. Minha presidente Paroquial da JFC e a presidente Arquidiocesana da JFC me entregaram o cargo de Delegada Paroquial da JECF (‘porque eu tinha jeito e cara para isso’, diziam de brincadeira)”. Isso por que na ausência de pessoas que tivessem um conhecimento maior sobre a JECF e JEC a liderança do movimento ficava em mãos dos que tinham maior experiência com a ACB, ainda que a sua faixa etária não combinasse em nada com o público-alvo. Isso será mudado aos poucos e a média de idade dos dirigentes da JEC tanto feminina quanto à masculina foi diminuindo.

<sup>240</sup> Lembrando que a JUC também tomara rumos muito parecidos. Também foi da união de ex-membros da JEC e da JUC mais ativistas sociais e políticos que fora criada a Ação Popular – AP.

ações do movimento e a sua nova linha de ação, ainda que usando recursos da CNBB e da ACB para tanto, e desaprovação de um grupo de bispos e padres que não viam sentido na existência de um movimento cujos membros começavam a se negar a evangelizar, a acatarem as ordens dos bispos, a esquecer o método próprio do movimento, etc.

Acredito que o que houve com a JEC neste período entre 1962 a 1966 fora uma mudança de proposta de movimento: as equipes em nível nacional e regional deram seguimento a uma *tendência* de aumento de envolvimento da juventude com a política, separando-se da hierarquia quanto aos seus *marcos referenciais*, e o movimento se tornou predominantemente voltado para as questões políticas e sociais e se dissociando do caráter religioso.

Ainda que usando a estrutura de mobilização da ICAR possamos confundir a JEC como um movimento meramente institucional da ICAR<sup>241</sup>, não podemos confundi-la com a JEC pré-1962: a formação dos novos membros que entravam no movimento já era voltada para as questões sociais e políticas, escanteando-se o caráter evangelizador do movimento. E como temos um movimento novo e criado a partir do movimento ultramontano da ICAR, pelos próprios jovens dirigentes da JEC e que subverte o estabelecido em termos de marcos referenciais (ainda que não troque a sua nomenclatura), podemos dizer que a JEC era na época um movimento social. E, como veremos, a JEC obterá grande sucesso político a partir desta mudança até o Golpe de 1964.

### 3.8. O fim da JEC como movimento social: um conflito da hierarquia contra o laicato

Um longo conflito de idéias se deu entre os dirigentes jecistas e a hierarquia até a tomada de decisão por parte da última de pôr fim às Equipes Nacionais. Durante este conflito a JEC não parou de se envolver com a política estudantil (sinalizando que aceitava o pedido da hierarquia para se envolver apenas com os projetos de evangelização) nem de

---

<sup>241</sup> Temos que lembrar que todo o ano milhares de jovens em idade apropriada entravam no movimento por convite de colegas, pais, professores ou até por influência de colegas. No período de 1962 a 1966 este movimento de renovação continuou existindo, ainda que os *novos membros* da JEC nestes anos tivessem de conviver com uma proposta de politização do meio já bem avançada.

elaborar planos de ação social e aumentar a sua influência em várias instituições supracolegiais.

Já a hierarquia estava dividida, como veremos entre o apoio desta “nova JEC” e a volta a um projeto bem menos ambicioso no sentido da ação, como era feito anteriormente. Mas com a eleição para os cargos diretivos da CNBB feita em pleno Concílio Vaticano II, a balança pendera para um lado da hierarquia que via com muito menos simpatia estas iniciativas da JEC.

A hierarquia sempre pedira explicações sobre o que acontecia no movimento, como vimos e veremos a seguir, mas podemos chamar de *inquisição* o processo que se realizou a partir de 1962 com a opção da JEC pelo envolvimento com o meio estudantil e social. Inquisição no sentido de *inquirir*, perguntar freqüentemente como não era feito antes, para *onde* o movimento estava sendo levado. Lembremos do caráter anticomunista predominante da instituição ICAR no século XX.

### 3.8.1. O projeto da hierarquia para os leigos - diretrizes

Frente ao envolvimento dos seus dois principais movimentos jovens com a política estudantil e o meio social, a hierarquia lança já em 1961 as diretrizes de ação para a JUC (o que também serviu de exemplo de diretrizes de ação para outros movimentos da ACB, como a JEC e JOC).<sup>242</sup>

É importante salientar que o que se pede a JUC não é o fim de suas ações no meio estudantil e sim a adequação do discurso dos jovens ao discurso da hierarquia e um pedido de respeito aos estatutos no que toca às pessoas que fazem parte das ações.

Ainda no mesmo ano o Assistente Frei Romeu Dale, um dos maiores pensadores da ACB e autor do único manual sobre a JEC escrito até hoje, fez um extenso relatório *confidencial* a pedido de Dom Helder Câmara sobre a situação da JUC e endereçado a ele.<sup>243</sup> Segundo Dale “a equipe nacional tomando consciência mais viva da importância e

---

<sup>242</sup> Veja os anexos nº 3 a, 3b, 3c e 3d contendo as diretrizes de ação para a JUC e, conseqüentemente, se constituía em uma espécie de “aviso” para os outros movimentos da ACB.

<sup>243</sup> DALE, Frei Romeu. *Relatório sobre a situação da JEC*. Rio de Janeiro, 02/08/1961, 6 p.

da urgência da ação política, achou que deve estimular os seus dirigentes e militantes a uma ação sistemática e coordenada no plano da militância política estudantil... visando mesmo a ocupar os cargos políticos do meio estudantil e a própria UNE” (DALE, 02/08/1961, p. 1).

Frei Romeu Dale acredita na boa vontade dos jovens, crendo que no plano doutrinal, muitos jovens fazem uma confusão entre o que é e o que não é o pensamento da Igreja, sugerindo que a hierarquia tome providências no sentido de educar os jovens.<sup>244</sup>

Provavelmente, em função da idade dos jovens, a “culpa” do surgimento de idéias marxistas no movimento é dos adultos e sacerdotes que insuflam-nas no movimento. Frei Dale relata a Dom Helder para o problema do “mal entendimento” da encíclica *Mater et Magistra* ser mal interpretada pelos jovens como que sustentando uma posição pró-comunista pela ICAR, quando na verdade esta prega uma superação do liberalismo<sup>245</sup>. Mas Dale vê no interesse dos jovens pela política estudantil como uma oportunidade de “liquidar com a influência preponderante da UJC nas cúpulas da política universitária”.<sup>246</sup> Ele ainda acredita que desautorizar a JUC a atuar no meio estudantil naquele ano e no momento em que a JUC estava bem preparada para vencer as eleições da UNE naquele ano seria um ato a favor da UJC socialista, e um contra-senso.<sup>247</sup>

Ou seja, possivelmente podemos explicar por que a hierarquia da CNBB pré-1964 não agira sobre os movimentos da ACB ligados à política estudantil os desautorizando: por que era interessante que a ICAR tivesse uma representatividade neste âmbito, apesar da hierarquia na ter pedido por isso. E apesar de em termos doutrinários os jovens da JUC (e da JEC e da JOC) não a “entenderem” perfeitamente (ou eles entendiam e estavam propondo algo diferente?), ainda assim estavam agindo de certa maneira dentro do movimento ultramontano.

Preocupados com a questão doutrinária a hierarquia organizou nos anos seguintes encontros com os assistentes e as Equipes Nacionais de todos os movimentos da ACE para tratar desta questão, reafirmando a visão da ICAR (veja os anexos nº 4 a, 4b, 4c).

---

<sup>244</sup> *Idem*, p. 1-2.

<sup>245</sup> *Idem*, p. 2.

<sup>246</sup> *Idem*.

<sup>247</sup> *Idem*, p. 4-5.

No entanto, como já vimos, nem isso impediu que alguns “excessos” fossem cometidos, e já conhecemos o fim da JEC e da JUC como movimentos com coordenações nacionais.

Ainda que uma parte da hierarquia visse com bons olhos a iniciativa política dos movimentos especializados, não havia comentários dos sacerdotes sem uma crítica negativa a algum ponto, freqüentemente o doutrinário. A insistência destes movimentos (e principalmente, no nosso caso, a JEC) em prosseguir nesta linha de ação sem se preocupar com a hierarquia teria conseqüências graves.<sup>248</sup>

---

<sup>248</sup> Para uma crítica da hierarquia aos movimentos da ACE leia DIDONET, Dom Frederico. *Luzes e Sombras nos Movimentos Especializados*. In: *Revista Eclesiástica Brasileira*. Petrópolis: Editora Vozes, setembro/1964. Também veja SECRETARIADO NACIONAL DA ACB. *Documento Base – sentido, linha de ação e método dos movimentos especializados*. Rio de Janeiro: Livraria DOM BOSCO Editora, 1964, 32 p. Para uma defesa da JEC como movimento social, leia o *Boletim Nacional da JEC*, ano 3, nº 11, Rio de Janeiro: Livraria DOM BOSCO, 1964; também a *Síntese da Experiência atual da Ação Católica Especializada como Movimento de Leigos para a Evangelização no Brasil*, Rio de Janeiro: mimeo, 06/1966, escrita pela Equipe Nacional da JUC; também a *Carta ao Conselho nº 3 – março 1966*, escrita pela Equipe Nacional da JEC e por último um documento chamado *Bases para uma reflexão do movimento – maio 1966* escrito pela Equipe Nacional da JEC e endereçado às Equipes Regionais como base de reflexão da experiência da JEC até 1966.

## CONCLUSÃO

Através do estudo da história da JEC no Brasil podemos ver que pouca atenção se deu a este objeto, sempre sendo ligado a ACB e pouca se vendo sobre as realizações da JEC como movimento. A JEC foi um espaço aberto a jovens de todas as faixas sociais para que se tornassem uma elite católica a serviço da hierarquia. Elementos altamente treinados e subordinados aos seus assistentes que tinham a missão de evangelizar e se aperfeiçoarem como seres humanos em uma sociedade em movimento, de acordo com a Doutrina Católica.

Por meio de uma abordagem interdisciplinar, tentamos mostrar: 1) o valor da JEC como formadora dos primeiros leigos engajados na faixa etária do ensino secundarista brasileiro; 2) a JEC enquanto movimento social, que, propondo um novo tipo de liderança no meio secundarista, tentou trazer uma abordagem cristã ao meio político estudantil secundarista, junto com a JUC, apesar de estar estruturalmente ligada à ICAR.

A JEC fora um movimento que ultrapassou a proposta de movimento institucional, criando um movimento preocupado com a questão social e política da sociedade. Os dirigentes da JEC usaram da estrutura da ICAR a partir de 1962 para outras finalidades, fora do movimento ultramontano, criando um movimento novo, com novas direções.

A partir da análise da documentação exposta, chegamos às seguintes conclusões:

- A ACB surgira em um contexto de mudança estrutural da ICAR e de reajuste a uma nova realidade com o fim do padroado. Inserida dentro do projeto ultramontano a ICAR, dentro de seu projeto de romanização adota a ACB por todo o Brasil com

uma adaptação difícil, mas que aos poucos vai tendo sucesso na medida em que a sua influência sobre as instituições e “meios” onde os seus membros leigos atuam se alargam. Esses mesmos leigos surgem pela primeira vez como trabalhadores no serviço evangélico a serviço e a mando da hierarquia, conforme mostramos nos estatutos da ACB;

- A ACB na década de 1930-40 foi uma instituição que aprendeu que seria interessante adaptar-se à realidade brasileira. Continuando ACB ela ainda estaria dentro do movimento ultramontano se adaptando de acordo com o modelo de AC proposto pelo Cardeal Cardjin: o modelo belga e francês admitia que os movimentos deveriam se dividir na AC de acordo com o meio em que atuavam, e se dividiram de acordo com os estatutos de 1946 e 1950;
- A JEC foi um movimento (dividido entre JECF e JECM) que após a reforma dos Estatutos da ACB em 1946 fora se aproximando cada vez mais do seu “meio” específico, o meio estudantil. A relação da JEC com o meio determinou o aprofundamento de certas questões concernentes à realidade social do Brasil que impulsionou seus dirigentes a mudanças na maneira como viam a JEC como movimento dentro da ICAR;
- A estrutura interna da JEC propiciava aos seus militantes exercitarem uma *liderança* através de trabalhos em grupo e execução de ações e programas feitos por eles mesmos com a ajuda de sacerdotes. Esta dinâmica de ação fazia com que a JEC fosse um movimento que se diferenciava de uma simples associação, na medida em que os seus membros primavam pela liderança e ação conjunta. As atividades dos programas eram feitas em grupo e a busca do lado espiritual, apesar de muitas vezes vir do grupo, era uma opção bem pessoal do jecista. Portanto, a JEC, como em uma empresa ou um partido, era um movimento que dava aos jovens a oportunidade de liderar ações e exercitar essa liderança, apesar destas ações serem supervisionadas por sacerdotes, já que a JEC era um movimento da ACB e a ACB era o *laicato a serviço da hierarquia*;

- Segundo a nossa abordagem, além da história do movimento, analisamos também sobre a ótica da Teoria das Oportunidades Políticas *como* o movimento se formou e o que possibilitou a mudança em seu caráter de movimento institucional para *movimento social*. Segundo esta abordagem, a JEC principiara suas atividades nas décadas de 1930-40 dentro de um *marco referencial* influenciado pelo ultramontanismo e dentro da estratégia de romanização da ICAR, utilizando-se de método próprio: o método do Ver-Julgar-Agir;
- A *oportunidade política* que fizera a JEC existir enquanto movimento fora a abertura dos governos brasileiros das décadas mencionadas à influência da hierarquia que soube utilizar-se de mecanismos de pressão, como a Liga Eleitoral Católica para tanto. Da mesma forma a oportunidade surgida com o fim do padroado e o projeto ultramontano da ICAR;
- As *estruturas de mobilização* da JEC foram mudando com o tempo, mas destacamos as suas publicações, as campanhas estudantis, os seus propagandistas permanentes e a sua estrutura interna formada por todas as suas instâncias, desde o nível colegial (Equipes de Base) até a Equipe Nacional;
- E por fim, o *marco referencial* da JEC fora o aspecto da nossa abordagem que mais mudara com o tempo e um dos principais motivos apontados para a mudança de caráter do movimento: notamos que ao longo da década de 1950 a Equipe Nacional da JEC fora se distanciando do movimento ultramontano e se aproximando cada vez mais da política estudantil e elaborando sua própria visão de mundo e dos problemas da realidade brasileira como a pobreza e o analfabetismo. Mostramos que o Humanismo Cristão (de Maritain), o Personalismo (de Mounier) e o Materialismo Histórico (de Marx) influenciaram alguns dirigentes tanto da JUC quanto da JEC que não conseguiram se manter neutros perante estas idéias. Para estes, era um dever dos cristãos ir além do projeto de evangelização proposto pela hierarquia, pois

o país vivia um momento em que a ICAR poderia dar uma contribuição maior como instituição organizada do que apenas no plano religioso. A idéia era que se poderia construir um mundo melhor (um *Paraíso na Terra*) no tempo presente. E os agentes desta ação seriam os mesmos que antes apenas evangelizavam. E para isso a JEC deveria fazer um trabalho mais intenso de conhecimento do seu meio e partir para a *politização do meio estudantil*;

- Em 1962, com a Campanha de politização do meio estudantil, a JEC se colocava na vanguarda dos movimentos da ICAR. Não só elaborara um plano próprio de ação (ainda que profundamente cristão e destinado ao bem comum), mas se distanciara com isso da sua natureza de movimento como a ACE: a Equipe Nacional participava de todas as organizações dentro da estrutura da ACB, mas colocava em prática um plano que lançava a JEC na conquista de postos políticos em organizações supracolegiais pelo Brasil afora e tentava controlar todas as instâncias secundaristas. E ainda tentava mudar a realidade de cada uma destas instâncias através de seus jecistas.
- A Campanha de politização do meio estudantil lançada pela Equipe Nacional da JEC era liderada por um grupo, o Grupo de Política Estudantil. O grupo é um símbolo do que fora a JEC enquanto movimento social: ela surgira da iniciativa jecista, a hierarquia simplesmente **não havia pedido a sua criação**. Ela viajava pelo Brasil com o dinheiro da JEC distribuído pela CNBB e gerenciava o futuro da mobilização estudantil da JEC em todo o Brasil, ia contra o movimento ultramontano e não tinha qualquer semelhança com o projeto de romanização proposto pela ICAR. No entanto, o Grupo de Política Estudantil obtivera sucesso em sua empreitada. Muitos militantes se animaram com a idéia da Equipe Nacional e em 1964 a JEC chegara a presidência da mesa diretora de várias instituições como a AMES, a UBES e a UNE. Foi uma iniciativa muito positiva no sentido de mostrar as possibilidades de ação da ACB: a JEC tentava mostrar aos seus militantes que o mundo poderia ser mudado, ou pelo menos os jecistas tinham condições de chegar nas instâncias de decisão para tomar alguma atitude. Além disso, apesar de tão

pouco tempo de ação (1962-1966) a JEC já nascia para o meio estudantil como uma das maiores organizações existentes, com representação em todas as regiões, mais do que muitos partidos da época;

- Mas por se tratar de um projeto que ia na direção oposta ao movimento ultramontano da ICAR logo muitas críticas por parte da hierarquia surgiram devido ao caráter *independente e doutrinário* do pensamento jecista engajado como movimento social. Em um primeiro momento a hierarquia apenas acompanhou, como vimos, o andamento destas questões, possivelmente esperando tirar proveito destas lideranças juvenis com o passar do tempo. Com a crise político militar e a eleição de uma nova direção da CNBB em 1964, logo a Equipe Nacional da JEC e JUC não tardariam por sentir os efeitos de uma espécie de *processo inquisitório* montado por parte da hierarquia para entender a profundidade do pensamento social jecista. O resultado deste processo nós sabemos já e provavelmente os próprios jecistas no início de 1966 já desconfiavam também: a presidência da CNBB decreta o fim das Equipes Nacionais em uma tentativa de parar o envolvimento da JEC com a política estudantil e liberar do movimento aqueles membros que não tinham nenhum envolvimento mais como projeto evangelizador ultramontano. E de fato este foi o fim da JEC enquanto movimento social, ainda que não tenha sido o fim do movimento institucional em si, que não acabara naquele momento, mas que nunca mais seria o mesmo em função do afastamento declarado de dirigentes que estavam mais interessados em política estudantil.

Com base nas afirmações acima, concluímos que a JEC foi um movimento formador de lideranças estudantis leigas. Foi um movimento inovador e desafiador. Inserido em uma das instituições mais conservadoras do mundo, os dirigentes jecistas defensores da JEC como movimento social foram além do que fora pedido e pagaram por isso. Aqueles jecistas (provavelmente os mais novos) que não sentiam a vontade de se engajarem na política estudantil, portanto, acabaram ganhando com o fim das Equipes Nacionais.

Desta forma, em termos de organização, podemos identificar dois momentos distintos na história da JEC: em um **primeiro momento**, a JEC é um movimento comprometido com o projeto *ultramontano* da ICAR e assume seus *marcos referenciais*, como o próprio *ultramontanismo* e o ideal de *romanização*, que fez com que por muito tempo a ACB usasse o modelo italiano da AC não o adaptando como deveria a realidade brasileira.

E em um **segundo momento**, a JEC é um movimento renovado e comprometido com a política estudantil e as reformas sócio-econômicas brasileiras negligenciando o seu marco referencial inicial. A JEC adota assim uma série de conceitos culturais que a tornam um *movimento social* ainda que inserido na ACB (a tornando aparentemente um movimento social como os outros da ACB como a HAC) e recebendo todo o apoio estrutural da ICAR através do financiamento da CNBB como se fosse outro movimento qualquer da ACB como a JIC, por exemplo, e que nunca se envolvera abertamente com política.

Segundo Jaccoud, os dirigentes da JEC foram mal interpretados. O envolvimento político destes era apenas uma prova da boa vontade por um mundo melhor, e o movimento não chegava a representar uma ameaça a hierarquia a ponto desta ir tão longe (JACCOUD/POUCHARD, 1989, p. 6). Atitude extrema ou não, a JEC nunca fora mais a mesma. A partir de 1966 vemos um declínio no seu número de membros e na sua estrutura. Outros movimentos surgem por todo o Brasil e substituem sua proposta de ação politizadora.

A JEC foi um movimento formador de líderes. Também era um movimento que apoiava a causa estudantil e seus líderes de “esquerda”. Nesta época de envolvimento com o aspecto social e político em detrimento do religioso, o movimento revelou ao Brasil algumas das suas maiores lideranças políticas. Cito aqui Herbert de Souza (sociólogo, membro da JEC e JUC, ex-assessor do ministro Aldir Blanc no governo Goulart), Frei Betto (assessor político do governo Lula, um dos principais assistentes das CEB’s), Henfil (cartunista, irmão de Herbert de Sousa), Frei Tito (dominicano, preso político), Aldo Arantes (presidente da UNE), Vinícius Caldeira Brant, José Serra (eleito presidente da UNE com o apoio da JEC em 1963), Hugo Amaral, Paulo Haddad, Marcelo Guimarães,

Nassim Mehedelf, Tomás Aroldo da Mona Santos, Humberto Pereira, José Alberto Fonseca, Rafael Guerra, Jair Ferreira de Sá e tantos outros.

Como consequência do fim das Equipes Nacionais temos o afastamento de boa parte dessas lideranças para outros movimentos, partidos ou associações, muitas vezes até com o negligenciamento da fé cristã. Logo a ICAR perdia líderes que já vinham sendo formados há anos, vindos de uma primeira geração de leigos a serviço da hierarquia. Logo não foi uma atitude que a hierarquia tenha tomado sem sentir algumas consequências também.

Logo também o número de jovens engajados na JEC começara a diminuir em 1967 e nos anos seguintes. Em parte por causa do Golpe Militar, que já vinha causando baixas nos números de dirigentes engajados através da perseguição e da tortura. E com o afastamento das Equipes Nacionais, a responsabilidade de organização do movimento recaía sobre as Equipes Regionais (que muitas vezes eram despreparadas para tanto) e que, sem uma linha de ação do movimento, e após quase quatro anos de ênfase na politização estudantil, tiveram de refazer uma linha de movimento e se adequarem novamente ao movimento ultramontano<sup>249</sup>.

Assim, a JEC desmobilizada e nas mãos dos seus mais novos dirigentes não conseguiu se recuperar. Com o passar dos anos cada vez menos jovens passaram a frequentar o movimento.

A própria hierarquia passara a investir nos seus projetos de evangelização em movimentos de leigos mais “seguros”, onde o aspecto político dificilmente seria desenvolvido. É o caso dos movimentos “de 1º anúncio” e outros em que o aspecto emocional e doutrinário superam o ideológico e político, como os *Cursilhos de Cristandade*, o *Curso de Liderança Juvenil*, o *Neo-Catecumenato*, o *Regnum Christi*, etc.

---

<sup>249</sup> Segundo um documento intitulado *Encontro da Juventude Estudantil Católica (Nacional)* em um Encontro que reunia pela primeira vez em caráter nacional novamente todas as Equipes Regionais (vindas de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Guanabara, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) ainda mobilizadas da JEC, a intenção das mesmas era continuar a linha de ação que pregava uma revolução social através da politização do meio estudantil, apesar da situação política frente à hierarquia e aos militares. Isso nos leva a crer que alguns indivíduos tentavam ainda através de suas Equipes Regionais ir *contra* o que a hierarquia determinara em 1966. No entanto, três anos depois, a desmobilização era tal na JEC que em outro encontro semelhante apenas havia representantes de Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, contabilizando vinte e um jovens (veja o anexo nº 5 a.). Além disso, em 1971 a linha de ação da JEC, segundo os assessores da mesma, já havia mudado novamente para uma linha de ação evangelizadora (veja anexo nº 5b).

São movimentos dessa natureza juntamente com outros movimentos paroquiais que darão a tônica da preferência do tipo de engajamento que o laicato deve ter junto à hierarquia com o tempo.

A exceção destes movimentos são as *CEB's*, ou *Comunidades Eclesiais de Base* e a Pastoral da Juventude.<sup>250</sup> Ambos os movimentos são herdeiros do passado político dos últimos anos da JEC e JUC enquanto movimentos sociais, sendo que a Pastoral da Juventude do Brasil se diz literalmente herdeira deste passado.

A JEC foi um movimento pioneiro dentro da ICAR onde tanto os seus militantes quanto à hierarquia aprenderam algo com ela usando este conhecimento no futuro. Seus jovens dirigentes que desistiram dela em 1966 podem ter aprendido que eram capazes de obter um espaço no mundo político. Aprenderam a fazer o seu espaço e criar as suas *oportunidades políticas*, e também aproveitarem-nas. A hierarquia pode ter aprendido que um movimento tem este nome por que pessoas *vêm e vão*, e que quando eles *vêm*, precisam saber exatamente os seus limites e regras delimitados. Também a hierarquia pode ter aprendido que não é fácil e é desgastante ter um crítico inserido dentro da instituição.

Por todas estas questões que circunscrevem a história da JEC enquanto movimento social achamos a produção deste estudo uma excelente oportunidade de contemplar alguns aspectos de sua história que a ligam a ICAR e a personalidades políticas brasileiras. A JEC, tão negligenciada na história da ICAR e pouco lembrada nos manuais de História da Igreja tem sua importância garantida, no mínimo, como o primeiro movimento de inserção do leigo na faixa etária do ensino secundário na ICAR.

Concluimos, a partir de um olhar interdisciplinar, que a JEC mostrou-se um movimento que, através de sua Equipe Nacional, subverte o projeto ultramontano, e transforma o movimento institucionalizado em movimento social voltado para a política estudantil, no período entre 1958-1966.

---

<sup>250</sup> Para um conhecimento da Pastoral da Juventude, leia ABRAMO, H. W. *Expressões e manifestações culturais da juventude*, IN: PJ A Caminho, n° 64, p. 5-14, Porto Alegre: Instituto de Pastoral de Juventude, 1996. Para um conhecimento das CEB's leia BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base*. São Paulo: Brasiliense, 1984, (Coleção Primeiros Passos, v.19).

## ARQUIVOS E FONTES CONSULTADOS

### Arquivos Consultados

IPJ – Instituto da Pastoral da Juventude  
Arquivo da CNBB Região Sul III

### Periódicos Jecistas (JEC e JECF de 1958-1966)

Cadernos da JEC  
Boletim da JEC  
Programa da JEC

### Depoimentos Escritos

Depoimento de Ana Arruda Callado. Porto Alegre: mimeo, 1989.  
Depoimento de Ana Maria Franco Zardin. Porto Alegre: mimeo, 1990.  
Depoimento de Helena M. Becker Albertani. Porto Alegre: mimeo, 1989.  
Depoimento de Maria de Lourdes Freitas. Porto Alegre: mimeo, 1989.  
Depoimento de Terezinha Maria Vargas Flores. Porto Alegre: mimeo, 1989.  
Depoimento de Vera Viana. Porto Alegre: mimeo, 1990.  
Depoimento de Herbert de Souza. Belo Horizonte: mimeo, 1990.  
Depoimento de Vera Jaccoud e Jeannette Pouchard. Rio de Janeiro: mimeo, 1989.

### Outras Fontes

\_\_\_\_\_ *Semana de Ação Católica*. São Leopoldo: mimeo, 1947.

\_\_\_\_\_ *A direção leiga na Ação Católica*. São Paulo: 1936.

\_\_\_\_\_ *O Apostolado Leigo*. Rio de Janeiro: Editora ABC: 1937

\_\_\_\_\_ *Programa de Estudos e Atividades*. Rio de Janeiro: Gráficas Indústrias Reunidas S/A. (Do ano de 1945 a 1964).

\_\_\_\_\_ *Revista Ação Católica*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica. Período de 1939 a 1968.

\_\_\_\_\_ *Círculos de Estudos da JCB – Arquidiocese de Porto Alegre. Porto Alegre:*  
Tipografia do Centro S/A. (Do ano de 1940 a 1955).

EQUIPE NACIONAL DA JEC. *Carta Ao Conselho nº3 JEC Março/1966.*

EQUIPE NACIONAL DA JEC. *Carta Da Equipe Nacional Entregue A/C D. Vicente Scherer, Junho/1966.*

EQUIPE NACIONAL DA JEC. *Circular 01/64 Secretaria JEC Regional Sul 2, 1964.*

EQUIPE NACIONAL DA JEC. *Circular 01/63 Secretaria JEC Nacional, 1963.*

EQUIPES REGIONAIS DA JEC. *Encontro da Juventude Estudantil Católica (Nacional).*  
Campinas, Julho/1968.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Márcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. 4ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1987.

AMARAL, D. Alexandre Gonçalves. *Três discursos sobre a Ação Católica*. Uberaba: mimeo, 1935.

ARNS, Dom Paulo Evaristo. In: *Primeiros Passos*, vol. 5, São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

ARQUIDIOCESE DE PORTO ALEGRE. *Primeira Semana de Estudos da Ação Católica do clero da Arquidiocese de Porto Alegre*. Porto Alegre: Tipografia do Centro S/A, 1940.

AZEVEDO, Dermi. A Igreja Católica e o seu papel político no Brasil. In: *Revista Estudos Avançados*, nº 18, São Paulo: IEA/USP, 2004.

BASTOS, E. R., RIDENTI, M. & ROLLAND, D. (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez Editora, 2003,

BECKER, D. João. *18ª Carta Pastoral: a cristianização da sociedade pela Ação Católica*. Porto Alegre: Boa Imprensa, 1929.

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue – os dominicanos e a morte de Carlos Marighella*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

BETTO, Frei. *O que é Comunidade Eclesial de Base?* 3ª ed., São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

BURGUIÈRE, André (Org.). *Dicionário das Ciências Históricas*; tradução de Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago Ed., 1993.

CAMPOS, José Narino de. *Brasil: uma Igreja diferente*. São Paulo: TAQ, 1981.

CARDOSO, C. e VAINFAS, R.(Orgs.) *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Camus, 1997.

CARVALHEIRA, Dom Marcelo Pinto. *Momentos Históricos e Desdobramentos da Ação Católica Brasileira*. In: Coleção Teologia Orgânica, nº 9, Rio de Janeiro, 1982.

CHARBONNEAU, Paul-Eugéne. *Cristianismo, Sociedade e Revolução*. 2ª ed. São Paulo: Editora Herder, 1967.

CIVARDI, Luigi. *Manual de Ação Católica*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937.

CORNWELL, Joseph. *O papa de Hitler - a história secreta de Pio XII*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2000.

COSTA, João B. P. *Ação Católica*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1937.

COSTA, Rogério Haesbert da; MOREIRA, Igor A. G. *Espaço e Sociedade no Rio Grande do Sul*. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

DABIN, Paul. *Ação Católica*. Rio de Janeiro: Editora ABC, 1936.

DALE, Frei Romeu. *A Ação Católica Brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

DELGADO, D. José de Medeiros. *Primeira Carta Pastoral: vida cristã, paróquia e ação católica*. Caicó: mimeo, 1941.

DICK, Pe. Hilário. *JEC no Brasil – uma proposta que não morreu*. Porto Alegre: CCJ, 1992.

DICK, Pe. Hilário. *Pastorais Específicas de Juventude*. Porto Alegre: Instituto de Pastoral da Juventude, 1993.

DIEHL, Astor. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul: um Projeto sócio-político dos anos trinta a 1964*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

DIEHL, Astor Antônio. *Do Método Histórico*. Passo Fundo: EDIUPF, 1997

DOSSE, François. *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio/Ed. Unicamp, 1992.

FARIAS, D. Ranulfo da Silva. *Carta Pastoral sobre o Apostolado da Ação Católica*. Maceió: Of. Graf. Da Casa Ramalho, 1943.

FAUSTO, Boris. *A História do Brasil*. 8ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 2000.

FILATOW, Fabian. *O Anti-Comunismo Católico em Porto Alegre (1930-1936). Um estudo de caso – Jornal Católico Estrela do Sul*. Porto Alegre: Mimeo, 1999.

FOLLMANN, José Ivo. *Igreja, Ideologia e Classes Sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

FONTENELLE, R. *Catecismo da Ação Católica*. Rio de Janeiro: Publicação da Junta Diocesana, s/d.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro? Depoimento*. 6ª ed. Rio de Janeiro: CODECRI, 1979.

GARRONE, Monsenhor. *A Ação Católica – sua história – sua doutrina – seu panorama – seu destino*. São Paulo: Livraria e Editora Flamboyant, 1960.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GAUER, Ruth M. Chittó (Org.). *Teoria/História*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (Org.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e Participação Popular nos Anos 60*. 10ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

INSTITUTO DE PASTORAL DA JUVENTUDE. *História da Igreja*. Porto Alegre: Instituto de Pastoral da Juventude, 1983.

KLOPPENBURG, Dom Boaventura (tradutor). *Compêndio Vaticano II*. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 1967.

LIMA, Haroldo; ARANTES, Aldo. *História da Ação Popular da JUC ao PC do B*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1984.

McADAM, Doug; McARTHUR, John D.; MAYER, N. Zald. *Comparative Perspectives on Social Movements – political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. New York: Cambridge University Press, 1996.

MARTINS, Roberto R. *A Segurança Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MARITAIN, Jacques. *Por um Humanismo Cristão*. São Paulo: Editora Paulus, 1999.

MARTINS, Roberto. R. *Segurança Nacional*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MONNET, Marie-Louise. *Com apasionado Amor – Libro de Recuerdos*. Montevideo: OBSUR, 1988.

MORAES, Pedro Francisco de. *O cristão leigo: homem da igreja no mundo e homem do mundo na igreja: considerações sobre a identidade e missão do cristão leigo em torno ao pensamento de João Paulo II*. Porto Alegre: mimeo, 2004.

MOUNIER, Emmanuel. *O Personalismo*. Lisboa: Moraes Editora, 1973.

MURARO, Valmir Francisco. *Juventude Operária Católica*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ORO, Ari Pedro. *O discurso dos pregadores eletrônicos*. In: Cadernos de Antropologia nº 2. Porto Alegre: PPGA/UFRGS, 1991.

PAIVA, Vanilda (Org.). *Catolicismo, Educação e Ciência*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

PESAVENTO, Sandra J. “Que história é esta? Uma incursão nos desafios do presente”. In: *Projeto – Revista de Educação: História*. Porto Alegre: Editora Projeto, v 2, nº 2, 2000.

PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Edições Paulinas, 1982.

SCHNEIDER, José Odelso; LENZ, Matias Martinho; PETRY, Almiro. *Realidade Brasileira*. 4ª ed. Porto Alegre: Livraria e Editora Sulina, 1977.

POTVIN, Abbé Roland. *L'Action Catholique – son organization dans l'iglesie*. Quebec: Less Presses Universitaires Laval, 1957.

RAMBO, Arthur B. Restauração Católica no Sul do Brasil. In: *História: Questões & Debates*, nº 36, Curitiba: Editora UFPR, 2002.

RENNO, Lucio R. Estruturas de oportunidade política e engajamento em organizações da sociedade civil: um estudo comparado sobre a América Latina. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 21, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782003000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782003000200006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 Fev 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0104-44782003000200006.

REESE, Thomas J. *O Vaticano por dentro: a política e a organização da Igreja Católica*. Bauru: EDUSC, 1999.

ROCHA, Frei Mateus. *JEC – o evangelho no colégio*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1958.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Democracia: teoria e prática. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, n. 22, 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782004000100015&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000100015&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 Fev 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0104-44782004000100015.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja Contra Estado (Crítica ao Populismo Católico)*. São Paulo: Kairós Livraria e Editora, 1979.

SCHNEIDER, José Odelso (org.). *Realidade Brasileira: um estudo dos problemas sociais brasileiros*. 9ª ed. Porto Alegre: Sulina, 1988.

SEMERARO, Giovanni. *A primavera dos anos 60 – a geração de Betinho*. São Paulo: Edições Loyola/Centro João XXIII, 1994.

SILVA, D. José Gaspar de Afonseca. *Carta Circular ao Revmo Clero Secular e Regular do Arcebispado de São Paulo sobre as próximas Semanas de Ação Católica*. São Paulo: Ed. Ave Maria, 1943.

STEPAN, Alfred (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SÜSS, Günther Paulo. *Catolicismo Popular no Brasil – tipologia e estratégia de uma religiosidade vivida*. São Paulo: Edições Lyola, 1978.

SILVA, Hélio. *O poder militar*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1983.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1984)*. 7ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. 7ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1982

VILLAS-BOAS, D. Mário de Miranda. *Ação católica por...* Salvador: Escola Tipografia Salesiana, 1938.

WILL, José. *Os problemas da Ação Católica*. Petrópolis: Editora Vozes: 1947.

## ANEXO – 1 (a)

... uma proposta que não morreu - 21

Colégio Militar, no Rio, com 44 núcleos representados. Lê-se num relatório do Encontro: "Enquanto que nos outros encontros havia uma grande preocupação pela estrutura do movimento, neste, o sentido principal foi o apostolado do meio. Os diversos setores do meio onde se deve realizar o apostolado jecista, o trabalho coletivo e individual no meio, o método de ver, julgar e agir sendo levado para os elementos do meio, a JEC como uma comunidade missionária que está inserida no meio para nele realizar o seu trabalho."

Na 7ª Semana Nacional da JECF (1960), além de sabermos que existiam 70 dioceses onde a JECF estava articulada, pode-se ver que este processo de descoberta do meio prosseguia. Diz-se que "as revisões trouxeram uma visão maior da situação do meio estudantil, das influências mais fortes exercidas sobre eles, a penetração de diferentes ideologias, a situação do ensino, etc". Uma das atividades que se destaca é a realização, em muitos lugares, da Semana do Estudante<sup>13</sup>.

Em 1959 e 1960 começaram a estruturar-se as equipes regionais, realizando seus encontros. O desenvolvimento com relação ao meio estudantil, no entanto, era variado. Enquanto algumas regiões tinham grande número de militantes neste setor, outras não tinham atuação neste campo. A superação da mentalidade de atividade "personalista" foi enfrentada com a reflexão, a nível nacional, do "Bem Comum". A caridade, dizia-se, visa essencialmente promover o bem comum da humanidade.

### Programas e Cadernos da Jec

Ano	Programas de JECF
1953	"Primeiros Círculos"
1954	"Tempo livre, fonte de enriquecimento"
1955	"Nossa missão na família"
1956	"Estudo, Trabalho do estudante"
1957	"Campanhas de leitura e cinema"
	"Evangelho e Hierarquia de valores"
1958	"Comunidade"
1959	"O Estudante como cidadão do mundo e cidadão do Reino de Deus"
1960	"Juventude, eterno tesouro"
1961	"O meio Estudantil"
1962	"Trabalho Estudantil"
1963	"Testemunho na Escola, na família e na sociedade"
1964	"Construindo o tempo da unidade e do amor"

continua...

Programas e Cadernos da JEC.

Fonte: DICK, Pe. Hilário. *JEC no Brasil – uma proposta que não morreu*. São Paulo: CCJ, 1992, p. 21.

## ANEXO – 1 (b)

22 - JEC ...

Ano	Programas de JECM
1953	.....
1954	.....
1955	.....
1956	.....
1957	.....
1958	"Comunidade Estudantil"
1959	"Bases na comunidade estudantil"
	"JEC/Estudos"
1960	"Valorização do Jovem pela graça e pela caridade pela fortaleza e temperança"
1961	"Justiça para a construção do mundo"
1962	"Justiça social para a construção do mundo"
1963	"Orientações Gerais"
1964	"Construindo o tempo da unidade e do amor"
Ano	Cadernos
1953	.....
1954	.....
1955	.....
1956	1. "Para iniciar a JEC"
1957	2. "O militante e suas equipes"
1958	3. "Comunidade Estudantil"
	4. "JEC nos colégios religiosos"
	5. "A teus pés, Senhor"
	6. "Para iniciar a JEC"
1959	7. "Bases na comunidade estudantil para uma Ação Jecista"
	8. "JEC - Estudos"
1960	9. "Ação Jecista no meio estudantil"
1961	10. "Engajamento nas bases"
1962	11. "JEC: Fermento no meio"
1963	.....
1964	.....

A caminhada foi gerando, por isso, tensões internas no movimento. Além disso, a Política Estudantil, sob a influência do clima do país, foi adquirindo vez mais características de ação em certa linha ideológica. Como diz o histórico

### Programas e Cadernos da JEC.

Fonte: DICK, Pe. Hilário. *JEC no Brasil – uma proposta que não morreu*. São Paulo: CCJ, 1992, p. 22

## ANEXO 2 (a)

1964

### RELATORIO DA JEC PARA DOM CÂNDIDO PADIN

O relatório aborda por Região os seguintes pontos:

- \* núcleos
- \* consequências da crise político-militar
- \* situação atual do movimento
- \* assistentes

#### REGIÃO NORTE:

##### \* NÚCLEOS:

Estado do Amazonas: Manaus, Parintins.  
Estado do Pará: Bragança, Santarém, Belém, Óbidos.

##### \* CONSEQUÊNCIAS DA CRISE POLÍTICO-MILITAR:

Em Belém o Sr. Arcebispo tornou o movimento de âmbito estritamente diocesano, sem contato regional e nacional demitindo o seu assistente, nomeando interventores para a Ação Católica. Os militantes de JEC, com espírito de Igreja, aceitaram as decisões do Sr. Arcebispo apesar de não acreditarem ser válidas as medidas por ele tomadas.

##### \* SITUAÇÃO ATUAL DO MOVIMENTO:

Os militantes tem começado a se reunir. Não conseguiram permissão para comparecerem a VI Reunião do Conselho Nacional, em julho p.p. Tem mantido contato extra-oficial com a Equipe Nacional. Sendo núcleo de liderança em toda a Região, sentem grande necessidade de liberdade de ação e inserção em plano nacional. Continua encarregado do movimento o antigo assistente, Padre Silverio, mas com tempo muito limitado.

#### REGIÃO NORDESTE:

##### \* NÚCLEOS:

Estado do Maranhão: São Luiz.  
Estado do Piauí: Terezina, Oeiras.  
Estado do Ceará: Fortaleza, Senador Pompeu.  
Estado do Rio Grande do Norte: Caico, Natal.  
Estado da Paraíba: Campina Grande, Solânea, Pombal, Itabaiana, João Pessoa.  
Estado do Pernambuco: Olinda, Recife.  
Estado de Alagoas: Arapiraca, Penedo, Maceio.

##### \* CONSEQUÊNCIAS DA CRISE POLÍTICO-MILITAR:

Foram presos: Gomes, militante de Natal, membro da Diretoria da União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais (UNETI), esteve preso por algumas dezenas de dias, sendo solto sem nada haver sido apurado que o incriminasse. Luciano, membro da Equipe Regional, preso na Casa dos Permanentes por ser dirigente regional da JEC. Foi libertado por intervenção de Dom Helder Câmara. Foram chamados a depor: Os outros membros da Equipe Regional: Waldir e José Claudio, juntamente com o Padre Clovis Pradins, assistente de Maceio. Nesta Região houve um clima de denúncias e perseguições que prejudicou a atuação dos militantes durante um grande tempo. Sob pressão do exercito o bispo de Campina Grande, se viu forçado a afastar de seu cargo o Padre Nobrega, assistente diocesano do movimento.

##### \* SITUAÇÃO ATUAL DO MOVIMENTO:

Fazem parte da Equipe Regional 4 dirigentes, sendo 2 permanentes. Recebem os 2 o total de R\$ 33.000,00, do Regional da CNEB, que é in-

Relatório da JEC para Dom Cândido.

Fonte: IPJ.

## ANEXO 2 (b)

- pag. 2 -

ranhã, Piauí e Ceará, que exerce um grande trabalho de expansão e revitalização do movimento nesses estados. Não há nenhum permanente e nem recebem ajuda constante da hierarquia, o que muito dificulta sua missão.

\* ASSISTENTE:

O assistente regional, Dom Mariano Costa Régio O.S.B., se encontra há muitos anos no Movimento, desejando há muito deixar o cargo de assistente regional, mas não encontrou ainda quem lhe pudesse substituir. Dedicou-se além disso, a inúmeras outras atividades, que lhe tolhem o impedem uma assistência mais eficiente à Região e à Equipe Regional.

### REGIÃO LESTE:

\* NÚCLEOS:

Estado de Sergipe: Aracaju.  
Estado da Bahia: Salvador, Ilheus, Santo Antônio, Jequié, Amargosa.

\* CONSEQUÊNCIAS DA CRISE POLÍTICO-MILITAR:

O Sr. Cardeal fechou todos os Movimentos de Ação Católica, permitindo 2 meses após o funcionamento apenas da JEC.

\* SITUAÇÃO ATUAL DO MOVIMENTO:

O Movimento ainda é novo nesta Região. A expansão para o interior existe apenas de um ano para cá, estando portanto em início.

\* ASSISTENTE:

Padre Dionísio S.J., assistente Regional, deseja deixar o movimento mas não encontra quem o substitua. Não é liberado, trabalhando no Secretariado da CNBB, setor de catequese.

### REGIÃO CENTRO LESTE:

\* NÚCLEOS:

Estado do Espírito Santo: Vitória.  
Estado do Rio de Janeiro: Pinheiral, Petropolis, Friburgo, Niterói, Nova Friburgo.  
Estado da Guanabara: Rio de Janeiro.

\* CONSEQUÊNCIAS DA CRISE POLÍTICO-MILITAR:

Alguns militantes, engajados em entidades políticas, se viram obrigados a esconder-se, aumentando-se de suas casas e mesmo da cidade, devido às ameaças e perseguições de que eram vítimas.

\* SITUAÇÃO ATUAL DO MOVIMENTO:

O movimento só começou a existir em plano regional há menos de um ano atrás. Na Guanabara já existia há mais tempo. A Equipe Regional é mista, coordenando em conjunto JEC e JECF.

\* ASSISTENTE:

Não existe assistente regional. Está fazendo papel de adjunto regional o adjunto nacional Irmão John Boyle C.S.C.

### REGIÃO CENTRO OESTE:

\* NÚCLEOS:

Estado de Mato Grosso: Gerais: Sete Lagoas, Recreio, Teófilo Otoni.

Relatório da JEC para Dom Cândido.

Fonte: IPJ.

## ANEXO 2 (c)

- pag. 3 -

Uberaba, Mar de Espanha, Mariana, Montes Claros, Ouro Preto, Nanuque, Poços de Caldas, Santa Rita de Capuçu, São João D'El Rey, Varginha, Aragua-ri, Araxá, Barbacena, Belo Horizonte, Campanha, Carmo da Cachoeira, Centralina, Cruzília, Divinópolis, Guaxupe, Heliadora, Itajubá, Itamonte, Juiz de Fora, Leopoldina, Governador Valadares. Estado de Goiás: Ipameri, Goiânia, Anápolis, Goiátupa, Porto Nacional, Tocantinópolis, Itumbiara.

### \* CONSEQUÊNCIAS DA CRISE POLÍTICO-MILITAR:

Foi invadida toda a sede da Ação Católica, sendo depredada pelos invasores, impedindo o funcionamento da sede por um certo tempo. Na cidade de Belo Horizonte e Juiz de Fora, vários militantes foram chamados a depor. Em Belo Horizonte: José Henrique, Antônio Augusto, Fausto e Julio. Em Juiz de Fora foram mais de 4. Em Belo Horizonte esteve preso por 3 vezes, num total de 60 dias, não estando ainda concluído o seu inquerito: Fernando Massote. Nos colégios e em toda a cidade a JEC sofreu grande pressão, ficando muito limitado o campo de atuação dos militantes. Em Centralina o assistente Padre João Rodrigues esteve preso durante três dias, enquanto em Teófilo Otonário Frei Cristóvão Pereira foi chamado a depor, ambos por suas atividades no meio estudantil. O Sr. Arcebispo de Juiz de Fora fechou o Movimento logo após a quartelada de abril, durante três meses.

### \* SITUAÇÃO ATUAL DO MOVIMENTO:

É uma Região de grande expansão e segurança do Movimento. A Equipe Regional conta com 5 elementos, sendo que todos dão tempo integral para a Equipe. A Região está dividida em Federativas que atualmente tem a preocupação de firmar o Movimento dando-lhe profundidade na fundamentação da ação.

### \* ASSISTENTE:

Em Goiânia que é sede de uma Equipe Federativa que coordena 7 núcleos no Estado de Goiás, necessita de um assistente ser liberado, porque o atual é religioso não atendendo as necessidades do Movimento.

### REGIÃO SUL:

#### \* NÚCLEOS:

Estado de São Paulo: Jaboticabal, Valparaíso, Santo André, Sorocaba, São José do Rio Preto, Marília, Guararapes, Campinas, Bauru, Botucatu, Aracatuba, Araraquara, Aparecida do Norte, São Paulo.

Estado do Paraná: Curitiba, Maringá, Campo Mourão.

Estado do Mato Grosso: Cuiabá, Campo Grande.

#### \* CONSEQUÊNCIAS DA CRISE POLÍTICO-MILITAR:

O assistente Regional foi chamado a prestar depoimento juntamente com alguns militantes do interior.

#### \* SITUAÇÃO ATUAL DO MOVIMENTO:

No interior o Movimento cresce em busca do Sentido do Movimento. Na capital encontra-se no momento, buscando superar uma anterior valorização das estruturas para descobrir o método do Movimento.

#### \* ASSISTENTE:

Relatório da JEC para Dom Cândido.

Fonte: IPJ.

BEB-Dezembro de 1961

Comunicações

## COMUNICAÇÕES

Diretrizes da Comissão Episcopal da A.C.B.  
e de Apostolado dos Leigos para a JUC Nacional.

A Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira e Apostolado dos Leigos, tomando a iniciativa de traçar diretrizes claras, concretas e firmes para os organismos nacional e regionais da JUC, fazendo-as chegar ao conhecimento dos Excelentíssimos Senhores Arcebispos e Bispos em cujas Arquidioceses e Dioceses estejam funcionando grupos justicistas, não poderia encontrar para guiá-la nessa tarefa roteiro mais seguro e mais feliz do que as próprias palavras do Santo Padre João XXIII, na introdução de sua celebrada encíclica *Mater et Magistra*. Com efeito, através delas, se verá, de um lado, a fidelidade à missão específica da Igreja que é a santificação e a salvação dos homens, pelo caminho do sobrenatural e, de outro, ficará evidente que a doutrina de Cristo "toma o homem em sua realidade concreta, espírito e matéria, inteligência e vontade". Ai está o pensamento do Santo Padre:

"A doutrina de Cristo, com efeito, une a terra ao céu, pois toma o homem em sua realidade concreta, espírito e matéria, inteligência e vontade e o convida a elevar o pensamento das mutáveis condições da vida terrena às alturas eternas onde gozará, um dia, de plena felicidade e paz.

Se bem que a missão precípua da Igreja seja a de santificar as almas e fazê-las participar nos bens de ordem sobrenatural, tem Ela, no entanto, solicitude em face das exigências da vida cotidiana dos homens, não apenas quanto à sua subsistência e suas condições de vida, mas também quanto à prosperidade e à civilização em seus múltiplos aspectos e segundo as várias épocas.

Realizando tudo isso, a Igreja põe em prática os preceitos de seu Fundador Cristo, que se refere, sobretudo, à salvação eterna do homem quando diz: "Eu sou o caminho, a verdade e a vida" (Jo 14,6) e "Eu sou a luz do mundo" (Jo 8,12), mas que, em outra parte, ao olhar a multidão de famintos, chama como a gema: "Tenho compaixão da turba" (Mc 8,2) provando, assim, que Ele se preocupa igualmente com as necessidades terrenas dos povos. E o Divino Redentor demonstra esse cuidado não apenas com as palavras, mas também com os exemplos de sua vida, quando, para satisfazer a fome da multidão Ele quis prenunciar o alimento celeste que iria dar aos homens, "na véspera de Sua Paixão".

## I.

Vale, pois, assinalar, logo de início, êsses dois aspectos que determinam a razão de ser da JUC, porque significam a maneira de ver, julgar e agir da Igreja:

1) Evangelização, santificação das almas, "sacralização das estruturas temporais", vida sobrenatural, participação nos bens de ordem sobrenatural. Tudo isto tem exigências de espiritualidade, de ascética e mística, principalmente à proporção que aumentam as responsabilidades apostólicas dos justicistas, quer em virtude de sua militância missionária, quer por motivo dos postos de direção que assumem no seio do movimento.

2) Solicitude em face das exigências da vida cotidiana dos homens, não apenas quanto à sua subsistência e suas condições de vida, mas, também, quanto à prosperidade e à civilização, em seus múltiplos aspectos e segundo as várias épocas.

Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 21, fasc. 4, Dezembro de 1961 945

## II.

É dever da Comissão Episcopal frisar aos Assistentes Eclesiásticos, Dirigentes e Militantes da JUC alguns pontos muito importantes que constituem objeto de observação e de experiência. A Comissão é movida por um grande amor paterno e pastoral à juventude universitária que foi confiada à sua orientação e sobre ela repousam imensas esperanças. Para que se possa compreender uma série de diretrizes e conselhos que daremos, solicitamos à JUC que medite profundamente no que se segue:

Há, hoje, dois tipos de neolaicismo que se inserem, por toda a parte, como se fôsse um retrato sócio-filosófico dos nossos tempos. Nós os apontamos como dois estados de alma, influenciando as decisões dos homens, no mundo atual. Em síntese, poderíamos apontá-los, muito rapidamente, assim:

1) Uma tendência, um espírito de oposição sistemática, alarmista, diante de toda e qualquer influência que possam exercer a Religião, a Igreja, e mais particularmente a Hierarquia Católica, sobre os homens, suas atividades, suas instituições, sobre os movimentos sociais, políticos, econômicos, nacionais ou internacionais, ou os programas que visam a uma transformação do mundo, para a implantação da Justiça Social. Nesta linha, estão os marxistas, a maçonaria, o capitalismo militante e todos quantos militam, por princípio e por interesse, no campo materialista.

2) Outra tendência é a que se explicita num novo estado de espírito, numa nova posição, moderna, aberta, liberal, em favor de uma transformação econômico-social das atuais estruturas do mundo burguês, em face da qual os planejamentos, as execuções das grandes soluções, a visão de um mundo novo de justiça social se colocam numa perspectiva radicalmente laica, num plano exclusivamente humano. Para a realização desta linha de ação, não há "preconceitos religiosos", mesmo porque o neolaicismo toma a religião como um dado sociológico que se torna tanto mais importante quanto mais ele é expressivo na realidade de uma região e incorporado a um pensamento progressista. Todos os homens esclarecidos, progressistas, vanguardistas se "encontram" no "todo da ação" para a Reforma (ou Revolução) que "liberará" o homem. Tudo se acentua, muito especialmente, quando se trata de áreas subdesenvolvidas. Há um evidente tom de "messianismo coletivo" nesse neolaicismo que estabelece, como princípio básico de relações humanas, o "princípio de convivência dos contrários". Ai, as afirmativas anticristãs que se levantarem correm por conta dos grupos e das pessoas que as formularam e as defendem; mas isto — segundo os neolaicistas — deve ser facilmente entendido pela "mística" da convivência dos contrários.

Nesse clima evidentemente carregado de notas negativas para a vivência de um cristianismo autêntico; nesse clima em que se dispensa qualquer presença de Deus para reconstruir o mundo; em que o Evangelho não tem vez, a não ser nas suas repercussões indiretas; nesse clima neolaicista que é, no momento histórico, o que domina sobretudo determinados ambientes de estudos e de reformas econômico-sociais, vamos encontrar, da parte de certos grupos católicos, dentro e fora da Ação Católica, as seguintes tendências laicizantes:

## ANEXO 3 (b)

a) espírito de desconfiança relativamente à Hierarquia Católica e ao Clero e um conseqüente fenómeno de resistência em ouvir e acatar os superiores eclesiásticos;

b) dificuldades na aceitação do princípio de que "compete à Igreja, como direito e dever, não somente a defesa de princípios de ordem moral e religiosa, mas também a intervenção de autoridade na ordem temporal, quando se trata de julgar a aplicação desses princípios a casos concretos" (*Mater et Magistra*);

c) a atitude de subestimar a doutrina social da Igreja como se fosse força incapaz de resolver os problemas sociais, por se apresentar ela como um conjunto de idéias *desencarnadas*, sem aparelhamento adequado para se realizar;

d) tendência para certo nivelamento entre o leigo e o padre, acompanhada de um espírito crítico que dificulta a simplicidade de alma, necessária à abertura total para a aceitação das leis disciplinares da Igreja e das determinações dos superiores eclesiásticos;

e) essa série de situações insustentáveis, muitas vezes, é coroada com a atitude do padre que, no seu pósto de representante da Hierarquia, nos Movimentos apostólicos, se coloca visivelmente numa perspectiva de quem procura a restauração da ordem humana, por vezes com certo radicalismo exclusivista, que parece colocar-se na linha daqueles que pensam em "humanizar, primeiro" para "depois, evangelizar", princípio que, de modo algum, pode ser aceito.

### III.

A JUC representa, para a Igreja, uma jovem universidade, uma cultura nova, o idealismo de uma elite despertada para as suas responsabilidades, em pleno verdor dos anos, os dirigentes que se preparam para os postos de direção nos diferentes setores da vida pública e privada do País, num futuro que se aproxima. Mas o que ela é, acima de tudo, na sua atuação de Movimento, é um quadro de militantes e dirigentes da Ação Católica mandatados pelos seus Pastores para participar de sua ação apostólica e missionária de evangelizar, de difundir a Verdade, dar testemunho da sua santidade e guardar íntegro o tesouro da Fé.

Os jucistas são chamados a exercer essa missão no difícil meio universitário dos nossos dias, onde se delatam os ideais de reforma universitária. A mocidade deseja que a Universidade não seja uma instituição para privilegiados mas aberta à cultura das elites populares e que, além disto, ela se reformule nas suas estruturas, nos seus métodos, no seu estilo, enfim, na sua maneira de ser atual.

A Comissão Episcopal está plenamente esclarecida a respeito do clima de inquietação social, das preocupações políticas e ideológicas que sacodem as mais íntimas fibras de grande parte da juventude universitária. Sabe, por isso mesmo, que os militantes e dirigentes jucistas, militantes cristãos, "braços alongados dos seus Pastores", nesses ambientes, têm que lutar terrivelmente. E quem não possui uma coragem, uma decisão de apóstolo, de confessor de sua fé, nesse meio, evidentemente não tem as condições necessárias ao exercício desta ação em comum com o seu Bispo: sucessor dos Apóstolos, ligado ao qual o jucista, se é fiel, está na linha de evangelização, de trabalho contínuo pela Redenção, continuando a missão de Cristo na terra. A política universitária juvenil se agita? O sópro quente chega até o militante jucista

crista e ele participa de jornadas, de congressos, de debates, de lutas, de programas, ligados aos interesses do seu meio. O jucista é um jovem universitário e deve estar no centro da vida de sua Universidade. Alhear-se seria o mesmo que anular-se. Em vão se pensaria em fazer apostolado à distância. Mas o jucista tem uma doutrina da qual não lhe é lícito afastar-se. Ninguém, nem dos quadros da JUC, nem de fora deles, pode apresentar interpretações ou estabelecer linha de conduta que leve o Movimento jucista ou um só dos seus membros a discrepar da orientação que lhe dá a Hierarquia Católica. De sorte que ao aplaudir a militância dos integrantes estudantis da Universidade, convém lembrar, veementemente que, se a ação for em nome da JUC, ou dos militantes jucistas, como tais — seja sempre recordado o princípio de que quem age *por mandato*, está ligado ao pensamento e às diretrizes de quem lhe conferiu esse mandato.

### IV.

Nessas notas, é oferecida aos dirigentes e militantes jucistas, bem como aos seus Assistentes, matéria para meditação. Fazendo assim, a Comissão Episcopal demonstra sua confiança no Movimento, e a certeza de que ele está maduro para fazer, a esta altura de sua existência, diante de Deus, um exame de consciência, uma revisão de suas atividades, de sua linha de ação, de suas tendências, para, em conclusão, se ajustar, cada vez mais, às diretrizes que, em linhas gerais, foi traçando, neste pronunciamento. E isto, em dois sentidos: de um lado, evitar erros que facilmente se inserem nos espíritos e, de outro lado, entrosar melhor a ação jucista, em sugestões que estão expressas nos conselhos que julgamos nosso dever expressar com clareza.

Além disto, ao louvamos, como louvamos, a preocupação que a JUC tem demonstrado, pelas nossas áreas subdesenvolvidas, pelas necessárias reformas de estruturas econômico-sociais e pela agudeza de sofrimentos que todos esses problemas trazem ao nosso povo, devemos, em nome de nossa consciência de Pastores, por motivo doutrinário, declarar:

1) Não é lícito apontar a cristãos o *socialismo* como solução de problemas econômico-sociais e políticos, nem muito menos apontá-lo como *solução única*. Aliás, essas observações deveriam ser óbvias a dirigentes nacionais do Movimento.

2) Não é lícito admitir-se que ao se formular a figura de uma *Revolução Brasileira* — em assembleias ou círculos de estudos da JUC, se afirme doutrina de violência como válida e aceitável.

3) Em face da ansiedade com que, em alguns grupos jucistas, se tenta apoiar as "Ligas Camponesas", o "Movimento de Cultura Popular", a Comissão Central da CNBB, em consonância com a Comissão Episcopal da ACB, louva o interesse desses grupos e o seu amor pelo bem dos camponeses e dos operários e aponta à JUC como campo de ação para essas preocupações o Movimento de Educação de Base — urbano e rural — e o Sindicalismo Rural, de vez que esses dois setores de atividade podem preencher, perfeitamente, os objetivos sociais e apostólicos dos que, sendo membros da Ação Católica, desejam se dedicar à cultura popular ou à organização dos trabalhadores rurais para sua promoção social, representação e defesa de seus direitos, segundo os preceitos da Constituição Brasileira. Não se deve levar para o seio da JUC outra solução diferente desta.

## ANEXO 3 (c)

948

Comunicações

V.

Queremos, agora, recordar aqueles princípios sobre os quais se deve erguer uma verdadeira JUC e o que, de mais importante, nos parece apto a lhe estimular uma vida autêntica e uma linha segura. Por isso, manifestamos o nosso empenho em que os militantes e dirigentes jucistas, bem como os seus Assistentes, meditem no pensamento que lhes transmitimos, convencidos de que, com espírito de Fé e disciplina, acatarão as normas doutrinárias e práticas que lhes apontamos.

Antes de tudo devemos afirmar que, sem sólida base teológica e preocupados em atender com uma predileção especial, as questões de eficácia do concreto atual, sem uma preocupação doutrinária que dê sólida segurança à ação, acabamos por agir sem segurança, na encruzilhada. "Nenhum estudo, por outro lado", escreve Pio XII, "pode conferir infalibilidade e os jovens por causa de sua inexperiência são levados mais do que os adultos a se enganarem" (8 de setembro de 1956).

A falta de cursos sistematizados da doutrina da Igreja, nos diferentes centros da Juventude Universitária Católica, tem nos preocupado sobretudo quando sabemos das enormes responsabilidades com que se deparam os militantes e dirigentes jucistas nos diálogos com seus companheiros sem fé, no meio universitário. Dir-se-á que a ação forma. Não. Não é verdade que a ação forme e dispense a formação. Quando se diz, com relação à Ação Católica: "formação na ação, pela ação", tem-se apenas em vista a formação prática nos métodos de ação, única, que realmente pode ser adquirida na ação e pela ação. Mas a formação em si é necessária "para tornar os leigos capazes de participarem de um apostolado tão elevado, como é o apostolado hierárquico da Igreja, de instituição divina e vindo das mãos e do coração do próprio Jesus Cristo, que formou os seus primeiros apóstolos, os colaboradores de sua missão divina" (Pio XI, 19.4.1931).

Sob pretêxto de eficácia no plano temporal, pode haver excesso de preocupação com este aspecto, com um decréscimo de doação ao apostolado propriamente dito. E não se pode esquecer que a Ação Católica é uma ação de ordem sobrenatural cujo fim é a transformação das almas e não as organizações de Economia e de Política. "Não diferindo da divina missão confiada à Igreja e a seu apostolado hierárquico, a Ação Católica não é de ordem temporal, mas espiritual, não é de ordem terrestre, mas divina, não é de ordem política, mas religiosa" (Pio XII, ao Cardeal Bertram); sendo assim, a Ação Católica só se pode preocupar com o plano temporal na medida em que a Igreja o faz, na missão de salvar o homem em todas as suas manifestações de vida. A esta altura, falando a militantes da A.C., não pode parecer estranho que insistamos em termos de exigência inarredável por uma vida cristã mais intensa entre eles, haurida na sua fonte indispensável, como ensinou São Pio X: A liturgia no seu triplice aspecto — sacramental, sacrificial e de louvor. Não é possível ser um apóstolo sem uma vida de oração, de penitência, sem a prática das virtudes sobrenaturais e apostólicas, como a humildade, a paciência, a bondade, a pureza de intenção, a abnegação, a fortaleza de espírito, a sabedoria, e a prudência que até nos jovens, que exercem em nome da Hierarquia postos de dirigentes e receberam dela um mandato para o seu apostolado, deve sobressair.

É claro que esta formação é tarefa que não se realiza sem o esforço de cada um em particular, mas seria falhar aos seus objetivos

Revista Eclesiástica Brasileira, vol. 21, fasc. 4, Dezembro de 1961 949

comunitários e aos seus deveres em face dos integrantes dos seus quadros, se os organismos da Ação Católica, no caso, a JUC, não ajudassem, por todos os meios, os seus militantes e dirigentes a alcançarem este valor de formação pessoal. Por isso, nos propomos indicar a formação de cursos sistematizados de cultura religiosa para os jucistas, a fim de formá-los no sentido de Igreja, à luz da teologia, sob a inspiração das grandes encíclicas como, por exemplo, a *Mystici Corporis Christi*, a *Mediator Dei*, do Papa Pio XII e, no que diz respeito à Doutrina Social da Igreja, a *Rerum Novarum*, *Quadragesimo Anno*, *Divini Redemptoris* e a famosa *Mater et Magistra* do Papa João XXIII. Nesta perspectiva, estarão em posição de compreender a importância da missão espiritual da Igreja na história, a sua missão de nos conduzir do tempo para a eternidade, de ser a guarda do tesouro da Fé e o erro que cometem os que julgam trabalhar pelo Reino de Deus quando se furtam à comunhão com a Igreja e com a Hierarquia visível que a governa.

Para os leigos com essa formação, o "sentido de Igreja" se traduzirá por um amor filial em relação a ela e uma participação estreita em sua vida, suas lutas, seus sofrimentos, seus objetivos e suas conquistas. E ninguém terá esta intimidade com a Igreja, ninguém se unirá a ela de forma tão íntima sem que seja profundamente religioso, com uma formação ascética e mística que se vai adquirindo gradativamente, a começar da própria infância, passando pela adolescência e pela juventude e amadurecendo na idade adulta do homem experimentado nas lutas da vida. Que esta clareza de idéias, com a graça de Deus, penetre particularmente no espírito dos nossos jucistas, ajudados por seus Assistentes, para evitar atitudes e posições que se prestem a equívocos. Certamente, os nossos caríssimos militantes e dirigentes da JUC têm de compreender a alta importância e o excepcional valor que damos ao trabalho missionário da Ação Católica em nosso país, no seio da qual está a JUC. E' com compreensão, com espírito de respeito e amor que tomamos conhecimento dos problemas que surgem por força da própria ação apostólica dos nossos militantes. Sabemos muito bem que é difícil existir ação sem contradição. E quando se trata de juventude, compreendemos os ímpetos, as impaciências e até as imprudências dos moços. Mas é preciso que esses entendam o papel da Hierarquia, que é orientar, disciplinar, corrigir, advertir, traçar diretrizes, com o direito de ser ouvida, acatada, não discutida. E já que a Comissão Episcopal está nessa linha de conselho, falando claro, positivo, é este o momento oportuno para manifestar à JUC a nossa convicção de que é na participação dos órgãos dirigentes da política estudantil, através de eleições, que surgem os maiores inconvenientes e as situações que deixam perplexos e sensibilizados os diferentes setores jucistas. E, muitas vezes, a Hierarquia fica nesta mesma situação quando vê o nome da JUC e os de seus militantes ou dirigentes, somados aos de comunistas em ação conjunta, para direções de organismos estudantis nacionais ou estaduais. Faz-se necessário, por consequência, que a Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira trace uma norma à JUC Nacional e faça chegar, através deste documento, a sua decisão aos Exmos. Srs. Arcebispos e Bispos das Dioceses em que há movimento jucista organizado, para que, se julgarem conveniente, ajam na mesma linha, em suas circunscrições eclesiais. A começar do ano de 1962, nenhum dirigente jucista poderá concorrer a cargos eletivos em organismos de política estudantil, nacionais ou internacionais, sem deixar os seus pos-

tos de direção na JUC. O mesmo se diga, como é evidente, quando se trata de participação ativa em partidos políticos.

A Comissão Episcopal de Ação Católica acredita ter dito o suficiente nesta mensagem que envia à JUC brasileira, na certeza de que é com alegria, com respeito e com a mais firme deliberação de acatamento que a nossa Juventude Universitária Católica receberá as diretrizes que foram traçadas para a sua formação e para o desdobramento de seus trabalhos apostólicos. Deus abençoe cada um dos nossos queridos jucistas e seus Assistentes e as graças celestiais não lhes faltem nunca pelas mãos da Virgem Santíssima, nossa Mãe e Mãe do Redentor do mundo.

### A Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro.

No dia 5 de outubro de 1961 a Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos fez publicar a seguinte declaração, assinada pelo Cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, Arcebispo do Rio de Janeiro e Presidente da CNBB; Cardeal Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, Arcebispo de São Paulo; Cardeal Dom Augusto Alvaro da Silva, Arcebispo de São Salvador da Baía e Primaz do Brasil; Dom José de Medeiros Delgado, Arcebispo de S. Luis do Maranhão; e Dom Fernando Gomes dos Santos, Arcebispo de Goiânia:

**I. Introdução: regozijo pela "Mater et Magistra".** — A Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil aproveita o ensejo de sua primeira reunião após a publicação da "Mater et Magistra" do Santo Padre João XXIII para, oficialmente, em nome de todo o Episcopado brasileiro, manifestar, de público, seu regozijo pelo surgimento desta Encíclica, oportuna para o mundo inteiro, oportuníssima para o caso especial do Brasil.

E' intenção nossa aproveitar todos os ensejos para difundir em nosso País as precisões e os desenvolvimentos trazidos à "Rerum Novarum" pela "Mater et Magistra" e para divulgar os novos aspectos da questão social indicados e analisados pelo Vigário de Cristo. Estaremos assim contribuindo para renovar os laços de vida em comum, na verdade, na justiça e no amor.

**II. Grave a situação do meio rural brasileiro.** — Por hoje, nossa atenção se volta, de preferência, para o meio rural cuja situação é grave e que mereceu todo um longo capítulo da Encíclica, a propósito de "exigências da justiça em relação aos setores de produção". Dêle extraímos um roteiro de atividades que para os católicos é um programa ideal, mas que é válido para todos, independentemente de religião.

**A) Roteiro de atividades.** E' vital ajudar a integrar a agricultura brasileira no ritmo do desenvolvimento nacional.

Merecerão atenção permanente e esforços concretos de realização direta ou indireta:

a) a obtenção, para o meio rural, de serviços essenciais como estradas, transportes, comunicações, água potável, habitações, cuidados médicos, instrução elementar e formação profissional, serviço religioso, recreação e, também, tudo que é necessário a uma casa rural, para seu arranjo e sua modernização;

b) a realização, no setor agrícola, das transformações, que dizem respeito às técnicas de produção, à escolha das culturas, às estruturas das empresas, necessárias, ou exigidas pela vida econômica, considerada em seu todo, e de modo a proporcionar, quanto possível, um digno nível de vida, semelhante aos dos setores industrial e de serviços;

c) a proveitosa inserção, em outros setores da produção, da mão-de-obra liberada pela modernização progressiva da agricultura, proporcionando-se — nas regiões de partida e de chegada, — formação profissional necessária, ajuda econômica e o socorro espiritual indispensável;

d) a promoção, no meio rural, de uma política econômica, abrangendo o regime fiscal, o crédito, os seguros sociais, o controle dos preços, o desenvolvimento das indústrias de transformação e modernização dos estabelecimentos agrícolas.

Ao promover a política econômica, adequada ao meio rural, é preciso ter presente:

a) quanto ao regime fiscal:  
— que os encargos sejam proporcionais à capacidade contributiva dos cidadãos;

— que seja levado em conta o fato de que os rendimentos do setor agrícola se obtêm mais lentamente e com maiores riscos no decurso de sua formação, sendo também mais difícil conseguir os capitais necessários ao seu crescimento;

b) quanto a capitais e juros razoáveis:  
— que se impõe, como reclamo do bem comum, adotar-se uma política especial de conceder crédito à agricultura, e de instituir estabelecimentos de crédito que lhe forneçam capitais e taxas razoáveis;

c) quanto a seguros sociais e previdência social:  
— que é indispensável estabelecer dois sistemas de garantias: um para os produtos agrícolas, o outro em favor dos agricultores e de suas famílias;

d) quanto ao controle de preços:  
— que é necessário recorrer a uma disciplina eficaz para proteger os preços, utilizando-se para esse fim os recursos variados que a técnica moderna pode oferecer;

— que esse disciplinamento seja, antes de tudo, obra dos interessados, sem, no entanto, desprezar-se a ação reguladora dos Poderes públicos;

— que não pode ser esquecido que o preço dos produtos agrícolas constitui, muitas vezes, antes uma remuneração do trabalho do que uma remuneração do capital;

— que os produtos agrícolas, destinando-se à satisfação de necessidades humanas primárias devem estar ao alcance de todos os consumidores, sem prejuízo, no entanto, dos agricultores que não podem ser privados de um poder de aquisição indispensável a um digno nível de vida;

e) quanto ao desenvolvimento das indústrias de transformação:  
— que é conveniente, também, promover nas regiões agrícolas as indústrias e serviços ligados à estocagem, à transformação e ao transporte dos produtos da lavoura;

— que é desejável que aí se manifestem iniciativas referentes aos outros setores econômicos e às outras atividades profissionais;

f) quanto à modernização dos estabelecimentos agrícolas:  
— que empresa ideal é a que se apresenta em dimensões familiares mas com salvaguarda dos rendimentos suficientes para um digno nível de vida;

— que, para esse fim, é indispensável que os agricultores recebam a instrução apropriada, sejam mantidos em dia com os conhecimentos necessários e recebam a assistência técnica adequada à sua profissão;

## ANEXO 4 (a)

Confidencial

Brasília - DF

13806/26 MAR. 1982

MOVIMENTOS ESPECIALIZADOS DA A.C.B.

( Sentido, linha de ação e método )

As equipes nacionais dos movimentos especializados de A.C., juventude e adultos, após o Encontro Nacional de Assistentes em julho, e de seu Encontro semestral em setembro de 1963, redigiram este documento-síntese.

Apresentamo-lo à Comissão Episcopal de Ação Católica e Apostolado dos Leigos, e a todos os Exmos. Srs. Arcebispos e Bispos do Brasil como a expressão do sentido da linha de ação e do método que orientam esses movimentos.

\*

Nossa espírito está iluminado por este momento histórico espiritual que é o Concílio Vaticano II. Nossa palavra é a do saudoso Papa João XXIII, de esperança nos tempos modernos, em discordância com os profetas de desgraças, conscientes de que uma nova ordem de relações humanas nasceu para o mundo concorrendo para a edificação do reino de Deus. Conjugamos com a "Mensagem ao Mundo" dirigida pelos Bispos em Concílio, a todos os homens, a todas as nações: Mensagem de salvação, amor e paz que o Cristo trouxe ao mundo. E olhamos para o mundo, especialmente o Brasil, na perspectiva aberta por Paulo VI: "que o mundo saiba: a Igreja olha para ele com profunda compreensão, com sincera admiração, com desejo real não de conquistar mas de o servir; não de desprezar mas de o valorizar, não de o condenar, mas de animar e salvar".

Temos consciência, os leigos, de nossa missão de "ponte" entre a Igreja e a sociedade temporal, como o afirma Paulo VI, no seu discurso aos diplomados, de 3 à janeiro deste ano: "Mas porque também se fala do laicato católico como "ponte" entre a Igreja e a sociedade., a ponte é necessária. A ponte sois vós. Vós, diplomados católicos. Não apenas vós, pois numerosos outros fiéis do laicato católico, organizados ou não, realizam esta função que consiste em colocar a vida religiosa da Igreja em comunicação com a vida profana da sociedade temporal". (Conf. "Igreja em Fôno" nº 19, 1964).

Nossa missão, embora de origem divina, está profundamente enraizada na cidade dos homens. A realidade humana que buscamos consagrar é a situação vivida pelo Brasil nesta conjuntura histórica em que a providência nos colocou. Apresentamos pois em uma síntese objetiva, alguns aspectos que condicionam a vivência cristã e a ação apostólica do laicato, que constituem mesmo a matéria em que ela se desenvolve.

### I. Aspectos da situação

#### 1. Brasil, país em vias de desenvolvimento.

Parte integrante do "Terceiro Mundo", o Brasil empreende, sobretudo no último decênio, um esforço gigantesco de desenvolvimento. Compreendido em seu sentido global e não apenas econômico, e na sua complexidade, é o problema humano fundamental de nossa época. Assinalamos apenas alguns de seus aspectos e exigências mais diretamente ligados ao nosso objetivo.

- A técnicação. A necessidade de melhor aproveitar os recursos naturais e aumentar o índice de produtividade leva o país a um pro-

Movimentos especializados da AC – síntese, linha de ação e método. Documento endereçado aos sacerdotes

Fonte: IPJ.

## ANEXO 4 (b)

2.

cesso rápido e crescente de técnicização. Somos chamados a um esforço intenso de competência e especialização que nos colocam continuamente em face de novas tarefas e novos desafios.

- A planificação, exigência e fruto da técnica, busca racionalizar, organizar e aproveitar melhor os esforços, sem dispersão nem desperdícios de energias e valores. Coloca-se hoje como o imperativo do desenvolvimento. Mas exige competência, opção, exercício responsável da liberdade, recusa à dominação e à tecnocracia. Estão em andamento vários planejamentos regionais, planos nacionais de alguns setores, e cada vez mais se impõe a urgência de um plano nacional global. Técnicização e planificação tendem a modificar sensivelmente as estruturas políticas e sócio-econômicas do país, e são igualmente por estas condicionadas.

A socialização, que leva os indivíduos e grupos a uma interdependência crescente de suas relações na sociedade, comporta hoje uma gama variada de grupos, movimentos, associações, instituições, visando atingir objetivos que ultrapassam as capacidades e meios de que os indivíduos dispõem. Supõe porém homens conscientes, livres levados por natureza a agir como responsáveis no reconhecimento e respeito às leis do desenvolvimento comum e do progresso social. Exige conscientização e renovação das comunidades de base e dos grupos intermediários e sua participação efetiva no poder. Supõe, igualmente, que os homens, investidos de autoridade pública, assumam suas responsabilidades precisas exigidas pelo processo de desenvolvimento. (Conf. "Mater et Magistra").

- As reformas estruturais. "Estamos diante da necessidade de uma transformação decisiva e urgente, isto é, da passagem para uma outra estrutura social em que a pessoa recupere toda sua dimensão humana, no uso da liberdade e dos recursos correspondentes a um digno padrão de vida". (Mensagem da Comissão Central da CNBB, de 30/5/63). Sem pretender um exame exaustivo de todas as transformações, a mensagem da Comissão Central aborda as que parecem mais urgentes e mais atinentes aos problemas humanos: reforma agrária, empresarial, administrativa, eleitoral, tributária, educacional.

É necessário porém que sejam autênticas reformas, capazes de criar as condições indispensáveis ao rápido desenvolvimento, e ajudem o povo todo a uma participação efetiva e funcional na construção, orientação e nos benefícios da comunidade nacional.

- A conscientização. É a tomada de consciência progressiva de uma promoção humana integral. O homem toma consciência do mundo que deve transformar e colocar a seu serviço e a serviço dos outros. Toma consciência dos outros com quem deve se comunicar. É neste esforço de intercomunhão recíproca que ele encontra seu aperfeiçoamento e realização. A matéria, as estruturas, as instituições são instrumentos desta comunicação, autênticos na medida em que favorecem a intercomunhão de pessoas. É neste esforço contínuo de assumir o universo em comunhão com os outros, que ele exerce sua liberdade, sua capacidade de iniciativa e realização de seu destino. É igualmente neste exercício livre de sua responsabilidade histórica que efetua o encontro e a comunhão com Deus, sujeito absoluto, princípio e fim do universo e da história.

Todos os fenômenos que assinalamos anteriormente, somados à intensificação dos meios de comunicação, e a técnicas cada vez mais aperfeiçoadas e amplamente aplicadas de educação popular, estão promovendo em todo o país um processo intenso de conscientização. É necessário porém um esforço para garantir-lhe a linha e o conteúdo de verdadeira libertação e realização das pessoas.

- A politização. É uma consequência da conscientização. Visa a levar todos e cada um a participar mais efetivamente na construção da comunidade em todos os seus níveis, dos grupos locais à comunidade nacional e internacional. Significa um esforço de conhecimento o mais claro, objetivo e global possível, da situação. Exige que cada um participe dos centros de decisão da sociedade, de sua organização concreta, tentando su

Movimentos especializados da AC – síntese, linha de ação e método. Documento endereçado aos sacerdotes

Fonte: IPJ.

## ANEXO 4 (c)

3.  
perar estruturas injustas de dominação e desequilíbrio e construir estruturas e instituições que favoreçam a libertação, o aperfeiçoamento e a comunhão das pessoas.

Este processo de politização intensifica-se hoje, sobretudo entre as classes trabalhadoras que encontravam-se e encontram-se ainda em grande parte marginalizadas da vida nacional. Ao mesmo tempo está promovendo uma radicalização cada vez mais profunda entre grupos que se debatem por posições ideológicas e projetos históricos diversos.

- A cultura popular. É consequência em grande parte, de uma autêntica conscientização e politização. É o povo brasileiro e todo o povo, conscientizado e politizado, criando livremente suas formas de expressão, seu modelo de desenvolvimento global. Distingue-se do "saber" que já é a cultura "sistemática", "justificada" e "explicada".

Para favorecer e mesmo possibilitar este processo, impõe-se a necessidade de um vasto programa de educação popular, conduzida dentro das técnicas modernas, mas numa autêntica promoção das pessoas, que devem tornar-se sujeitos de sua realização social e histórica.

- A opinião pública, fenômeno que com o desenvolvimento dos meios de comunicação, com o rápido crescimento demográfico, e com o processo acelerado de urbanização, assume dimensões amplas e inteiramente novas. Coloca em jogo porém, dois direitos fundamentais da pessoa: direito à liberdade de manifestação e difusão de pensamento dentro dos limites da ordem moral e do bem comum; direito à informação verdadeira sobre os acontecimentos públicos ("Paxem in Terris").

- O fenômeno ideológico. Entendemos por ideologia o conjunto de idéias-forças, assumidas por um grupo engajado no processo social que o orientam no esforço de organização da sociedade, e na conservação ou transformação de sua estrutura e dinâmica social.

A ideologia supõe uma concepção determinada do homem, do mundo, da liberdade e da história; supõe pois uma doutrina, mas não se confunde com ela. A ideologia é a doutrina já aplicada; é fruto da reflexão entre a doutrina e o processo social. Uma doutrina pôde pois inspirar várias ideologias.

A ideologia é dinâmica. É revista e refeita diante da própria ação, evolução e experiência do processo. "Cumprir não identificar fal - sas idéias filosóficas sobre a natureza, origem e o fim do universo e do homem com movimentos históricos de finalidade econômica, social, cultural e política embora tais movimentos encontrem nestas idéias filosóficas a sua origem e inspiração. A doutrina, uma vez formulada, é aquilo que é, mas um movimento mergulhado como está em situações históricas, em continuo devir não pode deixar de lhes sofrer o influxo e portanto é susceptível de alterações profundas". ("Paxem in Terris").

O fenômeno ideológico acentua-se profundamente na conjuntura brasileira. Três ou quatro correntes estão em jogo: neo-capitalismo, socialismo, socialismo personalista, marxismo.

- Os projetos históricos. A ideologia implica na formulação de um projeto histórico que a concretiza. Este define a ação a desenvolver e a estruturação da sociedade a realizar. Situa-se no campo da opção e do engajamento completo. Uma ideologia pode inspirar vários projetos diferentes.

- Tensões internacionais. Esta realidade nacional está porém imersa em todo um contexto mundial, onde se processam os grandes embates políticos e econômicos da coexistência pacífica, e sobretudo, o grande desequilíbrio assinalado por João XXIII entre comunidades políticas desenvolvidas e 2/3 do mundo ainda no sub-desenvolvimento. Esta situação não é fruto somente de uma justaposição de dois mundos, mas em grande parte de estruturas injustas que mediatizam as relações mútuas e colocam em tensão o participantes desses dois mundos.

Movimentos especializados da AC – síntese, linha de ação e método. Documento endereçado aos sacerdotes

Fonte: IPJ.

## ANEXO 5 (a)

São Paulo, 13 de Julho de 1971.

JEC - S. Paulo  
RASCUNHO

À CONFERENCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL  
A/C PE. CELSO JOSÉ PINHO DA SILVA  
LINHA 1 PASTORAL SUB SETOR: JUVENTUDE

Prezado pe. Celso,

Iaz e bom! Prosseguindo na linha de diálogo e informação que vem caracterizando nosso relacionamento, sirvo-me da presente para convidá-lo a participar conosco de um encontro para revisão, avaliação e crítica da experiência de JEC que está sendo realizada atualmente. Como objetivos secundarios, buscará o encontro enriquecer os militantes com a troca de experiências e de métodos de trabalho, sua unidade e integração. Tudo isso visando um aperfeiçoamento do compromisso temporal junto ao meio estudantil.

Contamos com a participação seguinte-

Estado de São Paulo: Campinas - 5 militantes  
Santo André - 2 militantes  
São Paulo - 5 militantes  
Sorocaba - 5 militantes  
Estado do Paraná - Apucarana - 2 militantes  
Curitiba - 1 militante.  
Estado Rio G. do Sul: Caxias do Sul - 1 milte.

Somando aproximadamente 21 jovens. Quanto a assistentes convidamos:

Pe. Xavier Uytendroek - Paróquia do Brugo Paulista - São Paulo  
Pe. Arnaldo Beltrami - Catedral de Apucarana - Paraná  
irmã Anetie - Congrega de Sto. Agostinho - São Paulo

Convidamos ainda D. Luis Fernandes, bispo - auxiliar de Vitória e Membro da Equipe Episcopal do Departamento de Leigos do CELAM, mas que infelizmente não poderá participar. Participará conosco o sr. Ivan Jaramillo - membro do Secretariado do Latino Americano de JEC secundária de Montevideo.

Maiores detalhes sobre o encontro podem ser encontrados nas circulares anexas. Esperando sua resposta nos despedimos.

Em Cristo Jesus

Ednardo Miranda

Relatório sobre a experiência atual da JEC.

Fonte: IPJ

ANEXO 5 (b)

JEL - S. Paulo

Rio de Janeiro, 23 de setembro de 1971

P.l.-L.Nº 755/71

Exmo.Revmo.  
D.Paulo Evaristo Arns  
Caixa postal, 6788  
01000-SÃO PAULO - SP

Prezado D.Paulo

Venho, embora com atraso, agradecer sua visita ao encontro dos jovens da J.E.C. V.Excia não pode imaginar o que significaram aqueles minutos no contexto da reunião. Sua presença e suas palavras suscitaram espontaneamente a questão do sentido da comunhão com os bispos na vida da Igreja. Assim, um dos temas do encontro, pode ser tratado num clima de simpatia, à luz de uma experiência concreta e positiva de relacionamento com a hierarquia.

Graças a Deus o encontro transcorreu num ambiente de muita seriedade e trabalho. Embora todos os presentes manifestassem o carácter de iniciação de suas experiências, o confronto de suas atividades e a reflexão sobre os objetivos do movimento deram a todos uma orientação sã e novo estímulo.

Creio que dentro do quadro geral das atuais tentativas de pastoral de juventude, esta vem se caracterizando por sua seriedade pedagógica e pela preocupação de dar aos jovens uma consciência mais profunda de um engajamento à luz da Fé. E aqui, devo ressaltar, por justiça, o valor e o trabalho deste moço que vem, quase sozinho, coordenando o movimento. Pediria mesmo a V.Excia, que se fosse possível, proporcionasse a seu trabalho em S.Paulo, uma assistência mais próxima e continuada que lhe servisse de estímulo, segurança e orientação. Sem isto, apesar de sua formação e generosidade será muito difícil caminhar sem desvios e equívocos.

O relatório e as conclusões do encontro serão, dentro de poucos dias, entregues a V.Excia pelo próprio Eduardo.

Muitíssimo grato, cordialmente

---

Pe.Celso José Pinto  
Assessor de Leigos

CP/ts.

Carta de agradecimento a D. Paulo Evaristo Arns.

Fonte: IPJ